

# **Relatório e Contas**

## **2010**



# ÍNDICE

▪ 1. MENSAGEM DO PRESIDENTE .....	3
▪ 2. SUMÁRIO EXECUTIVO .....	7
▪ 3. ANÁLISE MACROECONÓMICA .....	8
▪ 4. PRINCIPAIS FACTOS .....	13
▪ 5. INFORMAÇÃO FINANCEIRA .....	14
▪ 6. VOLUME DE NEGÓCIOS .....	15
▪ 7. RECURSOS HUMANOS .....	16
▪ 8. ÁREAS DE NEGÓCIO .....	18
▪ 9. OBJECTIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DE RISCO .....	35
▪ 10. EVENTOS MAIS SIGNIFICATIVOS DO ANO .....	36
▪ 11. ACÇÕES PRÓPRIAS .....	37
▪ 12. EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO TÍTULO OREY .....	38
▪ 13. TRANSACÇÕES DE DIRIGENTES .....	39
▪ 14. ACÇÕES E VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE .....	41
▪ 15. LISTA DE TITULARES COM PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA .....	42
▪ 16. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	43
▪ 17. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE .....	44
▪ 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS .....	45
– DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA .....	45
– DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS .....	46
– DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS .....	47
– DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL .....	48
– DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA .....	49
▪ 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS .....	50
▪ 20. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS .....	79
– CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA .....	79
– RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS .....	82
▪ 21. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	85
– DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA .....	85
– DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS POR NATUREZAS .....	86
– DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS .....	87
– DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL .....	88
– DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA .....	89
▪ 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS .....	90
▪ 23. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS .....	134
– CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA .....	134
– RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS .....	137
▪ 24. RELATÓRIO DO GOVERNO DAS SOCIEDADES .....	140

# 1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Excelentíssimos Senhores Accionistas:

O ano de 2010 é um ano memorável na nossa história: pela primeira vez os Resultados foram superiores a 3 milhões de Euros, o que representa o maior resultado de sempre do Grupo Orey.

## ENQUADRAMENTO ECONÓMICO:

O ano de 2010 marca o início da recuperação mundial, motivada essencialmente pelo aumento da procura mundial e do investimento privado. Realça-se aqui o papel que os países emergentes desempenharam na recuperação, atingindo, em alguns casos, taxas de crescimento de dois dígitos.

Na Europa, a intervenção da Alemanha e o forte contributo do crescimento das economias emergentes, permitiu que a Zona Euro registasse um aumento geral do PIB em 1,8%, valor fortemente influenciado pela boa performance Alemã, que registou um aumento de 3,6%.

Também no outro lado do Atlântico, o ano de 2010 fica marcado pelo início da recuperação económica. A Economia Americana cresceu cerca de 2,8% em 2010, um valor já significativo e com perspectivas positivas e dignas de destaque para períodos futuros.

No caso do Grupo Orey, as economias dos países onde o Grupo está presente voltaram a registar, uma vez mais, comportamentos distintos:

### Economia Nacional

Portugal beneficiou da recuperação da

economia mundial em 2010, prevendo-se um crescimento do PIB de 1,3%, sustentado essencialmente pelo crescimento das exportações, função de um aumento significativo aumento da procura externa e, por outro lado, pelo elevado dinamismo do consumo privado.

As previsões do Banco de Portugal apontam para um crescimento das exportações de bens e serviços de 9% para 2010, o que significa um aumento de 20,6 pontos percentuais em relação a 2009.

Não obstante o crescimento registado, os agentes económicos públicos e privados, depararam-se com maiores dificuldades de financiamento nos mercados internacionais, tendo-se assistido ao agravamento das condições de financiamento ao longo do ano, com as taxas de juro a 10 anos a ultrapassar os 7%.

### Espanha

Durante o ano de 2010, o nosso país vizinho continuou emergido num clima económico adverso não se verificando o nível de recuperação do consumo privado como ocorreu em outros países europeus e com o PIB a contrair ligeiramente em cerca de 0,3%.

Outro dos factos que marca o ano em Espanha é o nível de desemprego, que atingiu uns históricos 20,2%, o que corresponde a um aumento 3,19% em relação ao período homólogo.

Por outro lado, as condições de financiamento nos mercados internacionais foram agravadas com uma acentuada subida das *yields*, obrigando o governo a adoptar um pacote de medidas de combate

# 1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

ao défice ainda no primeiro semestre do ano.

Na Banca assistiu-se a uma capitalização e consolidação, nomeadamente através da fusão de diversas *Cajas*, cujos balanços se encontravam muito afectados pela forte crise que assolou o mercado imobiliário espanhol, com consequências no crédito mal parado. Pensamos que este processo poderá ainda não ter terminado.

## Angola

Depois da contracção de 2009 o ano de 2010 em Angola foi marcado pelo crescimento elevado, ainda que longe das taxas de 2 dígitos de anos anteriores.

O sector não petrolífero desenvolveu-se e já apresenta níveis de robustez assinaláveis. No caso da indústria petrolífera, pilar da economia angolana, aumentaram substancialmente as exportações em função do aumento da procura mundial e da subida do preço do petróleo nos mercados internacionais. É de realçar que Angola assumiu o papel de principal fornecedor de petróleo da China, ultrapassando a Arábia Saudita. Desta forma, prevê-se um crescimento do PIB em torno dos 5%.

## Brasil

O crescimento económico no Brasil foi igualmente condicionado pela subida da procura mundial e pelos preços das matérias-primas em 2010. Prevê-se assim que a actividade económica cresça 7,5%,

igualmente motivada por um forte aumento do investimento privado em resultado de fortes inflows de capital estrangeiro que originaram uma forte valorização do Real face ao USD.

O Banco Central adoptou uma política de subida da taxa de Juro SELIC para travar eventuais pressões inflacionistas no país. Não obstante, a taxa de inflação situou-se nos 5,9% em Dezembro de 2010 face aos 4,3% em Dezembro de 2009.

Por outro lado, a fim de combater a excessiva valorização do Real e suas repercussões em termos de decréscimo das exportações, foram criadas, durante o ano, taxas de impostos directos sobre novas entradas de capitais estrangeiros no país.

No ano de 2010, a economia brasileira fica marcada pelas incertezas externas em relação às medidas proteccionistas e de austeridade que influenciaram a economia do país.

Perante este clima de recuperação económica, mas de alguma incerteza política, o Grupo Orey demonstrou mais uma vez a sua força e capacidade de inovação e renovação, tendo terminado o ano com resultados históricos, para os quais contribuíram a grande generalidade dos negócios.

Como já temos vindo a afirmar, é nestes contextos menos favoráveis que as organizações têm de se adaptar e, por isso, em 2010 solidificámos as mudanças estratégicas iniciadas em 2009. O Grupo

# 1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

antecipou momentos difíceis e através de um processo de reestruturação e de diversificação protegemo-nos para podermos continuar a crescer. Os Resultados de 2010 comprovam que esta foi uma aposta vencedora.

## PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS EM 2010:

### Área Financeira:

Ao nível da actividade financeira, o Grupo está presente em Portugal, Espanha e Brasil.

Em Portugal o negócio financeiro solidificou a sua posição no mercado e assumiu um papel de maior destaque dentro do grupo. 2010 foi, a exemplo do que já tinha acontecido em 2009, um ano de forte crescimento no negócio online, tanto no número de novos clientes como em volume de transacções. Neste segmento lançámos o novo site da Orey iTrade e o *blog* iTrade, que permitem uma melhoria significativa da relação com os nossos clientes de corretagem online.

2010 foi ainda um ano importante em termos de mudanças organizacionais e de criação de valor nas relações com os clientes. A aposta na segmentação da base de clientes e uma orientação da comunicação para o exterior adequada às diferentes necessidades e perfis foi um factor diferenciador e um catalisador importante para o forte crescimento registado. Resultado da estratégia implementada, as áreas de consultoria de investimento e Gestão discricionária,

conseguiram apresentar, em 2010, um crescimento médio de Activos sob Gestão de 7%.

Globalmente, os activos sob gestão e as comissões líquidas da Orey Financial em Portugal aumentaram 39% e 105%, respectivamente, enquanto o volume de transacções de corretagem em Portugal aumentou 42%.

Em Espanha, 2010 marca o segundo ano de actividade, tendo-se caracterizado, em termos relativos, pelo aumento exponencial dos principais indicadores de performance e com o volume de transacções a aumentar cerca de 311%.

No Brasil são de assinalar vários projectos em curso. Estamos a trabalhar com sucesso em operações de reestruturação financeira e a criar novos produtos e soluções de investimento. Os activos sob gestão aumentaram 12% e temos conquistado novos clientes, lançando novos fundos, entre os quais o *Distressed Fund*, fundo inovador que visa investimentos em situações especiais no Brasil.

### Área não Financeira:

Na área não financeira, a *holding* da área de Transportes & Logística - Horizon View - continua com um bom desempenho e aumentou as suas vendas em 47% e a margem bruta em 21%, constituindo-se como um dos factores determinantes para os bons resultados do Grupo. Destaca-se ainda o excelente desempenho das áreas de Trânsitos marítimos e de Linhas Regula-



# 1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

res, que registaram crescimentos nas Vendas de 85% e de 185%, respectivamente.

No plano da actividade internacional, a actividade global em Angola teve um crescimento de 35%, fortemente influenciados pela actividade de Trânsitos em que a marca Orey continua a ser sinónimo de prestígio e qualidade.

Em Espanha, já se denotam algumas melhorias na actividade de logística, com variações positivas das Vendas de 61% e da Carga Geral de 84%, embora continue a ter um peso negativo nos resultados consolidados.

A actividade da área de representações técnicas navais e de segurança teve um aumento de 33% nas vendas e 31% na margem bruta. Destaca-se ainda a aquisição em 2010 de duas empresas (Secur e Segurvouga), que se enquadra na estratégia de *Private Equity* definida pelo grupo Orey e permite complementar a oferta do Grupo na Área da Segurança e ainda explorar de forma mais eficiente o mercado da região norte do País.

No que se refere às representações técnicas industriais estas registaram um aumento de 11% nas vendas e 9% na margem bruta.

Também a área de representações técnicas industriais, onde estamos presentes nas áreas da petroquímica, monitorização e controlo e águas e saneamento, o Grupo

registou um aumento de 11,3% nas vendas.

## PRINCIPAIS CONCLUSÕES DE 2010:

- Ano de consolidação da reestruturação: deu frutos, os Resultados líquidos consolidados cresceram 134%, atingindo os 3 milhões de Euros;
- Demonstrámos capacidade de renovação, adaptação e de reacção aos condicionalismos externos. Porque nos preparámos antecipadamente diversificando geograficamente o nosso negócio;
- Elevada incerteza quanto ao futuro, eleições em junho, pedido de ajuda ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira e ao FMI vão condicionar fortemente cenário macro económico em Portugal e, consequentemente a actuação das empresas. Este cenário não nos surpreende e iremos continuar a estar atentos e a tentar antecipar o melhor que soubermos os desenvolvimentos futuros no sentido de continuar a criar valor para os accionistas.

## Agradecimentos:

Desejamos ainda agradecer a todos os Excelentíssimos Senhores Accionistas, colaboradores do Grupo e membros dos Órgãos Sociais toda a colaboração, confiança e apoio que deram ao Conselho de Administração no ano que passou.

## 2. SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2010 é um ano histórico pois pela primeira vez os Resultados foram superiores a 3 milhões de Euros, o que representa o maior resultado de sempre. Este facto torna-se ainda mais relevante se considerarmos a conjuntura económica muito desfavorável, a subsistência da instabilidade nos mercados financeiros e a instabilidade política interna e externa. Apesar deste cenário, as vendas e prestações de serviços consolidadas cresceram em 19,3 milhões de Euros para 81 milhões de Euros, os Resultados Líquidos consolidados mais do que duplicaram e o ROE do Grupo cresceu de 4,7% para 11,2%, quando comparado com o período homólogo de 2009

De um modo geral, todos os negócios do Grupo contribuíram para estes resultados, quer na área financeira - em Portugal e nos restantes mercados em que estamos presentes - quer na área não financeira - Transportes & Logística e Representações Técnicas. Em Espanha – em que a área de negócio de Logística apresenta resultados negativos - os negócios estão a correr melhor quando comparados com o período homólogo, embora continuem a ter um peso negativo nos resultados consolidados.

Em Portugal, o negócio financeiro da Orey Financial solidificou a sua posição no mercado e assumiu um papel de maior destaque dentro do grupo. Estamos a conquistar novos segmentos de forma sustentada, com serviços inovadores e diferenciadores. Os activos sob gestão e as comissões líquidas aumentaram 39,0% e 105,4%, respectivamente enquanto o volume de transacções de corretagem em Portugal e Espanha aumentaram 41,7% e 311,1%. Os Resultados da Orey Financial foram ainda influenciados por ganhos em

operações financeiras.

Na área não financeira, a *holding* da área de Transportes & Logística Horizon View continua com um bom desempenho e aumentou as suas vendas em 46,6% e a margem bruta em 21,2%, a actividade das representações técnicas navais e de segurança teve um aumento de cerca de 32,9% nas vendas e 31,0% na margem bruta. Também a área de representações técnicas industriais registou um aumento de 11,3% nas vendas.

Em Angola o crescimento da actividade de continua a ser sinónimo do prestígio da marca Orey neste mercado.

No Brasil são de assinalar vários projectos em curso, onde existem várias oportunidades de crescimento. Podemos dizer que estamos a trabalhar com sucesso em operações de reestruturação financeira e a criar novos produtos e soluções de investimento. Os activos sob gestão aumentaram 12,1% e temos conquistado novos clientes, lançando novos fundos, entre os quais o *Orey Distressed Fund*, que é um fundo inovador que visa investimentos em situações especiais no Brasil onde estamos bem posicionados para aproveitar este tipo de oportunidades.

Reestruturámos o Grupo, transformando o negócio não financeiro em financeiro, para podermos continuar a crescer. Os Resultados de 2010 comprovam que esta é uma aposta vencedora. Podemos agora olhar para novas oportunidades, sempre com os objectivos que caracterizam os mais de 125 anos de história do Grupo: crescer, partilhar e fazer melhor!

### 3. ANÁLISE MACROECONÓMICA

#### ▪ Economia Internacional

- Após uma retracção da economia mundial no ano de 2009, com a maioria das economias a constatarem retracções ou desacelerações do seu crescimento económico, o ano de 2010 ficou claramente marcado pelo início da recuperação da economia mundial. Desta forma é esperado um crescimento mundial para 2010 de 5%.
- O crescimento económico deveu-se maioritariamente ao aumento da procura mundial e do investimento privado. Nesse sentido, realça-se o papel que os países emergentes desempenharam na recuperação, atingindo, em alguns casos, taxas de crescimento de dois dígitos.
- Por outro lado, notou-se um esforço claro por parte dos governos em prolongar e aumentar os pacotes de estímulos fiscais e de apoio ao sector financeiro com o intuito de acelerar a recuperação da actividade económica.
- O ambiente de reduzido perigo de uma subida da inflação foi propício à manutenção, por parte dos Bancos Centrais, nomeadamente Reserva Federal, BCE, Banco do Japão, Banco de Inglaterra, das taxas de juro de referência a níveis históricos baixos, ainda que algumas economias tenham efectuado movimentos de subida de taxas de juro (Austrália, Brasil, Canadá, Suécia, Noruega, etc.)

#### ▪ Economia Zona Euro

- A divulgação dos números de crescimento económico referentes à segunda metade do ano realçou a forte dependência que a economia da zona Euro tem do sector exportador. Na zona Euro, prevê-se que o PIB cresça 1,8%, sustentado, em grande medida pelo crescimento do PIB previsto para a Alemanha de 3,6%. Nesta última, a forte expansão do produto ficou a dever-se maioritariamente ao comportamento positivo do sector das exportações em conjunto com o contributo positivo da procura interna. Desta forma, dentro da Zona Euro, a Alemanha mostrou forte robustez não obstante a maioria dos outros países se encontrar numa fase de recuperação mais atrasada.
- Durante o ano, o BCE prolongou o seu pacote de estímulos à economia da Zona Euro, através da cedência de liquidez ao sistema financeiro, quer através da compra de dívida soberana, nomeadamente dos países da periferia, que atingiram elevados défices no final de 2009 e viram as suas condições de financiamento serem agravadas nos mercados internacionais.
- A subida generalizada dos preços do petróleo e bens alimentares teve um impacto na subida da taxa de inflação, atingindo 2,2% a Dezembro de 2010, acima dos 2% de referência do BCE. Esta situação poderá potenciar uma mudança por parte do BCE na condução da política monetária.



### 3. ANÁLISE MACROECONÓMICA

- Num ambiente de défices elevados por parte dos países da periferia e de taxas de desemprego igualmente elevadas, não será de esperar que o investimento público nem o consumo privado se assumam como motores da economia da Zona Euro, sendo de esperar que o maior ou menor crescimento da zona Euro volte a depender, em grande escala para 2011, do crescimento da Alemanha.
- **Economia Portuguesa**
  - Portugal beneficiou da recuperação da economia mundial em 2010, prevendo-se um crescimento do PIB de 1,3%. Esta evolução é fortemente suportada por um elevado crescimento das exportações, em função de um aumento significativo aumento da procura externa e, por outro lado, pelo elevado dinamismo do consumo privado.
  - As previsões do Banco de Portugal apontam para um crescimento das exportações de bens e serviços de 9% para 2010, o que significa um aumento de 20,6 pontos percentuais em relação a 2009.
  - Não obstante o crescimento em 2010, os agentes económicos públicos e privados, depararam-se com maiores dificuldades de financiamento nos mercados internacionais, tendo assistido a um agravamento das suas condições de financiamento ao longo do ano. Neste sentido, as taxas de juro a 10 anos ultrapassaram os 7%.
- Para 2011, as previsões do Banco de Portugal apontam para uma contracção da actividade económica de 1,3%. Esta evolução deverá resultar principalmente de uma forte contracção do consumo privado, uma vez que, dada a necessidade de Portugal atingir metas orçamentais de controlo do défice, foi aprovado um novo pacote de medidas, de carácter maioritariamente recessivo, para o Orçamento de Estado de 2011.
- **Economia Espanhola**
  - A elevada taxa de desemprego foi agravada de 18% em 2009 para torno dos 20% em 2010, não permitindo o nível de recuperação do consumo privado como ocorreu em outros países europeus. Este factor, conjugado com um elevado défice orçamental com repercussões numa forte diminuição do investimento público, contribuiu para que o PIB venha, previsivelmente, a cair 0,3%.
  - Por outro lado, as condições de financiamento nos mercados internacionais foram agravadas com uma acentuada subida das *yields*, tendo o governo adoptado um pacote de medidas de combate ao défice em meados de Maio.
  - O sector financeiro foi igualmente alvo de uma capitalização e consolidação, nomeadamente através da fusão de diversas *Cajas*, cujos balanços se encontravam muito afectados pela forte crise que assolou o mercado imobiliário espanhol, com consequências no crédito mal parado.

### 3. ANÁLISE MACROECONÓMICA

- Prevê-se que em 2011 a economia saia da situação de recessão e cresça 0,7%.

#### ▪ Economia Americana

- Foram notórios os sinais de uma economia em claro processo de recuperação, esperando que cresça 2,8% em 2010. As componentes do consumo privado registaram recuperação, com principal destaque para a procura de bens duráveis. Foram também visíveis os sinais de recuperação do investimento privado, principalmente na componente não residencial. No entanto, o investimento no sector residencial mostra-se ainda longe de um processo de recuperação.
- Com a finalidade de dinamizar a actividade económica e normalizar o sistema financeiro, a administração Obama prolongou e aumentou o pacote de estímulos fiscais e a *Federal Open Market Committee* (FOMC) manteve inalterada a taxa de referência nos 0,25%, injectando igualmente liquidez no mercado através do programa de *Quantitative Easing I* e *Quantitative Easing II*.
- Com um crescente aumento da confiança no sistema financeiro e um mercado de crédito em crescente normalização de funcionamento, as medidas económicas de índole fiscal e monetária deverão reflectir um maior optimismo na recuperação do consumo privado e na recuperação do mercado imobiliário.
- Não obstante estes esforços, a taxa de desemprego apenas abrandou de 9,9%

em Dezembro de 2009 para 9,4% em Dezembro de 2010, apresentando-se a sua descida como factor crítico para uma maior recuperação do consumo privado e recuperação do mercado imobiliário.

#### ▪ Economia Japonesa

- O Japão deverá apresentar uma taxa de crescimento em torno dos 4,3%, devido à forte procura externa, nomeadamente americana e asiática, que evidenciaram a forte dependência do Japão face à economia externa, ainda que pontualmente prejudicadas pela forte valorização do Yen ocorrida em 2010.
- Para 2011, espera-se um crescimento mais moderado em 1,5%, sendo difícil o Japão, na actual conjuntura económica, influenciar o seu consumo interno, uma vez que existe pouco espaço para estímulos quer monetários quer fiscais: as taxas de juro encontram-se próximas de zero, estando o Banco Central sem grande margem de manobra para subir os níveis de massa monetária. Por outro lado, os níveis já muito elevados de dívida pública (cerca de 175% do PIB) limitam a capacidade do estado em termos de aumento de despesa pública.

#### ▪ Economia Angolana

- Depois da forte desaceleração ocorrida em 2009, a economia angolana deverá apresentar uma taxa de crescimento real elevada, ainda que abaixo das taxas de dois dígitos da última década.

### 3. ANÁLISE MACROECONÓMICA

- A actividade económica em Angola apresentou um comportamento positivo, assente na recuperação do sector exportador, em função do aumento da procura mundial e da subida do preço do petróleo nos mercados internacionais. Por outro lado, também o sector não petrolífero apresentou um desempenho positivo para a formação do PIB de 2010. Desta forma, prevê-se um crescimento em torno dos 5%.
- Para 2011 o FMI prevê um crescimento de 7% do PIB, apoiado numa expansão dos sectores não petrolíferos de 8,8%.
- **Economia Brasileira**
  - O crescimento económico no Brasil foi igualmente afectado pela subida da procura mundial e pelos preços das *commodities* em 2010. Prevê-se que a actividade económica cresça 7,5%. Este crescimento assentou igualmente num forte aumento do investimento privado em resultado de fortes *inflows* de capital estrangeiro que originaram uma forte valorização da moeda Real face ao USD.
  - O Banco Central adoptou uma política de subida da taxa de Juro *SELIC* para travar eventuais pressões inflacionistas no país. Não obstante, a taxa de inflação situou-se nos 5,9% em Dezembro de 2010 face aos 4,3% em Dezembro de 2009.
  - Por outro lado, a fim de combater a excessiva valorização do Real, e suas repercussões em termos de decréscimo das exportações, foram criadas, durante o ano, taxas de impostos directos sobre novas entradas de capitais estrangeiros no país.
- Será de esperar que o Brasil continue a beneficiar da procura mundial, nomeadamente da Ásia, embora as previsões apontem para um crescimento do PIB de 4,1% em 2011.
- **Economia Chinesa**
  - A China atingiu, em 2010, o segundo maior PIB mundial por país, crescendo 10,3%. Se o sector exportador permaneceu como grande motor da sua economia, foi o sector privado, através do investimento e do consumo, que representou um salto quantitativo em termos de contribuição para o PIB. A manutenção dos estímulos governamentais com forte foco no sector privado permitiu obtenção de taxas de crescimento anual da produção industrial e das vendas a retalho na casa dos dois dígitos. Por outro lado, a manutenção da expansão do crédito, de medidas de apoio à dinamização do mercado imobiliário, nomeadamente de arrendamento, e do consumo contribuíram para um forte aumento da procura interna.
  - A taxa de inflação atingiu os 4,6% em Dezembro 2010, face aos 1,9% de Dezembro de 2009. Com o risco de aumento de pressões inflacionistas no país foram retirados alguns estímulos durante o segundo semestre do ano para limitar o crescimento do crédito concedido, tal como o aumento das reservas de caixa por parte das instituições bancárias. Nesse sentido, para o ano de 2011, é esperado um decréscimo marginal na taxa de crescimento, que prevê situar-se nos 9,6%.

### 3. ANÁLISE MACROECONÓMICA

#### ▪ Mercados Financeiros

- O ano de 2010 ficou marcado por uma subida generalizada dos mercados accionistas, em resultado da recuperação económica maioritariamente conduzida pelos mercados emergentes e EUA, mas com níveis elevados de volatilidade. Parte da turbulência nos mercados foi originada pelos elevados défices dos países da periferia europeia (Portugal, Espanha, Irlanda, Grécia) que levaram à forte subida das *Yields* durante o ano, tendo a Grécia e a Irlanda recorrido ao Fundo de Estabilização Financeira e Fundo Monetário Internacional.
- A nível *corporate*, o aumento da procura mundial contribuiu para uma melhoria generalizada das vendas das empresas, animando os *earning seasons* e contribuindo para uma melhoria do risco de crédito para empresas quer com risco "*investment grade*" quer com risco "*high yield*".
- Por outro lado, o forte aumento da procura mundial serviu de suporte à valorização generalizada das *commodities* com particular destaque para a energia, bens agrícolas e ouro.
- Os principais índices bolsistas americanos registaram subidas entre 11,02% e 16,91%. O principal índice Europeu caiu 5,81%. No mercado obrigacionista, as taxas de juro a 10 anos nos Estados Unidos caíram de 3,83% para 3,29%, tendo as taxas para o mesmo prazo na Alemanha caído de 3,38% para 2,96%.

## 4. PRINCIPAIS FACTOS

### ACTIVIDADE CONSOLIDADA

- Os **resultados líquidos consolidados atingiram o valor histórico de 3,04 milhões de Euros**, enquanto que em igual período de 2009, os resultados foram de 1,3 milhões de Euros. Esta variação representa um aumento de cerca de 133,8%;
- O **EBT** passou de 1 milhão de Euros em 2009 para 3 milhões de Euros em 2010 aumentando cerca de 3 vezes o seu valor;
- O **EBIT** teve um acréscimo de 110,3%, passando de 1,61 milhões de Euros em 2009 para 3,4 milhões de Euros em 2010;
- O **EBITDA** passou de 2,8 milhões de Euros para 4,6 milhões de Euros em 2010 o que corresponde a um aumento de 64,3%;
- As **vendas e prestações de serviços** consolidadas aumentaram 31,3% face ao ano transacto e atingiram o valor de 81 milhões de Euros.

### ÁREA FINANCEIRA

- Ano de consolidação de crescimento, com os activos sob gestão e as comissões líquidas da **Orey Financial** a aumentarem 39,0% e 105,4%,

respectivamente;

- O volume de transacções da **corretagem** em Portugal e Espanha aumentou 41,7% e 311,1%, respectivamente;
- No Brasil, os activos sob gestão da **Orey Financial Brasil**, aumentaram 12,4%.

### ÁREA NÃO FINANCEIRA

- A **Horizon View** aumentou as suas vendas e margem bruta em 46,6% e 21,2% respectivamente;
- A actividade da área de **representações técnicas navais e de segurança** teve um aumento de 32,9% nas vendas e 31,0% na margem bruta. Destaca-se também a aquisição durante o exercício das empresas Secur e Segurvouga, que se enquadra na estratégia de *Private Equity* definida pelo grupo Orey com particular incidência no crescimento na área de segurança;
- As **representações técnicas industriais** registaram um aumento de 11,3% nas vendas e 9,1% na margem bruta;
- A actividade global em **Angola** teve um crescimento de 35,1%;
- Em Espanha, já se denotam algumas melhorias na actividade, com uma variações positivas das Vendas de 61,3% e da Carga Geral de 84,0%.



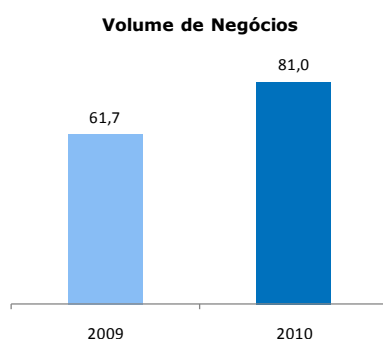
## 5. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Demonstração de Resultados consolidada	Dez. 2010	Dez. 2009	10/09 (%)
Vendas e Prestações de serviços	80.963.044	61.683.798	31,3%
Custo das Vendas e Subcontratos	(54.344.891)	(39.296.475)	38,3%
<b>Margem Bruta</b>	<b>26.618.153</b>	<b>22.387.324</b>	<b>18,9%</b>
Outros proveitos operacionais	4.655.571	1.772.053	162,7%
Outros custos operacionais	(26.659.920)	(21.350.898)	24,9%
<b>EBITDA</b>	<b>4.613.804</b>	<b>2.808.480</b>	<b>64,3%</b>
Amortizações do exercício	(1.227.870)	(1.198.605)	2,4%
<b>EBIT</b>	<b>3.385.934</b>	<b>1.609.875</b>	<b>110,3%</b>
Ganhos/ (Perdas) financeiras	(406.686)	(611.057)	33,4%
<b>EBT</b>	<b>2.979.247</b>	<b>998.817</b>	<b>198,3%</b>
Impostos sobre Lucros	117.842	302.274	-61,0%
<b>Resultados das oper. em continuidade</b>	<b>3.097.090</b>	<b>1.301.091</b>	<b>138,0%</b>
Resultados de oper. descontinuadas	0	(2.558)	-100,0%
Interesses Minoritários	(58.983)	995	-6029,0%
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>3.038.107</b>	<b>1.299.528</b>	<b>133,8%</b>
ROE	11,16%	4,71%	6,4 p.p.
ROA	3,34%	1,67%	1,7 p.p.
Cash-flow	4.797.206	3.226.774	48,7%
Margem Bruta (em %)	32,9%	36,3%	-3,4 p.p.
Cost-to-Income	100,2%	95,4%	4,8 p.p.
Resultados Financeiros/Margem Bruta	-1,5%	-2,7%	1,2 p.p.
EBITDA/Vendas	5,7%	4,6%	1,1 p.p.
Margem EBITDA	17,3%	12,5%	4,8 p.p.

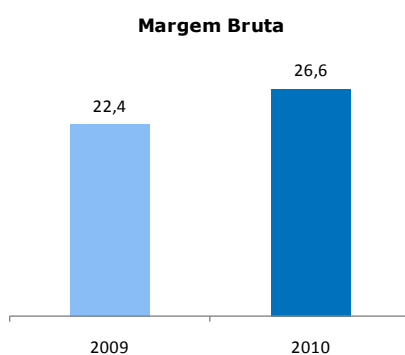
(Valores em Euros)

## 6. VOLUME DE NEGÓCIOS

O volume de negócios atingiu os 81,0 milhões de Euros em 2010, um aumento de 19,3 milhões face ao ano de 2009.



A margem bruta do Grupo Orey foi de 26,6 milhões de Euros em 2010, um valor significativamente superior aos 22,4 milhões verificados em 2009.



## 7. RECURSOS HUMANOS

▪ O Capital Humano do Grupo Orey constitui um dos factores diferenciadores e de sucesso da Organização.

▪ O desenvolvimento pessoal e profissional, bem como a exigência do cumprimento de todas as actividades operacionais e burocráticas, constitui uma das prioridades da Administração do Grupo.

▪ Em termos estratégicos, pretende-se, cada vez mais, alinhar os macro processos de Recursos Humanos (recrutamento e selecção, formação e desenvolvimento, sistemas de avaliação de desempenho, sistemas de remuneração e incentivos, etc.) com o core business da empresa, de forma a potenciar criação de valor.

### –5.1.Recrutamento

▪ O Grupo Orey privilegia o Recrutamento Interno, por forma a promover o potencial humano, proporcionar oportunidades de progressão de carreira, bem como contribuir para a manutenção de elevados índices de satisfação e motivação dos quadros da empresa. No entanto, sempre que se verifica necessidade de recorrer a empresas externas, o Grupo Orey conta com a colaboração de alguns parceiros, nomeadamente, empresas de Recrutamento e Selecção e Executive Search.

▪ O Grupo Orey procura investir cada vez mais no recrutamento de colaboradores chave, por forma tornar a organização cada vez mais competitiva e com um forte

impacto no Mercado.

### –5.2. Formação e Desenvolvimento de Colaboradores

▪ O Plano de Formação do Grupo Orey prevê um investimento contínuo na formação dos colaboradores, de forma a reforçar e otimizar as suas competências técnicas e comportamentais, adaptando-os cada vez mais às exigências provocadas pelo crescimento e expansão do Grupo.

▪ A definição e implementação das acções de formação tem por finalidade o desenvolvimento e optimização das competências que se pretendem promover na organização, proporcionar o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, bem como promover elevados índices de motivação e de produtividade e consequentemente a rentabilidade da empresa.

### –5.3.Sistemas de Avaliação de Desempenho

▪ O Sistema de Avaliação de Desempenho actualmente em vigor no Grupo Orey é um procedimento que visa apoiar o desenvolvimento e o reconhecimento do desempenho dos colaboradores da organização.

## 7. RECURSOS HUMANOS

- Este procedimento tem uma periodicidade anual e constitui uma ferramenta importante para a gestão dos recursos humanos da organização.

- O Sistema de Avaliação de Desempenho baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Identificação da contribuição de cada um na organização
- Identificação das necessidades de formação, bem como da adequação de cada colaborador à sua função
- Estimulação dos desempenhos considerados adequados e desejáveis à realidade de cada empresa do Grupo, sem perder de vista a plena integração dos colaboradores, oferecendo instrumentos facilitadores ao desempenho

- Esta é uma ferramenta que auxilia o colaborador a clarificar para si mesmo e para a organização, quais as competências que possui e quais deverão desenvolver ou incrementar, por forma a estar alinhado com as competências da própria estrutura organizacional, bem como com os valores, missão e cultura do Grupo.

### –5.4.Sistemas de Remuneração e Incentivos

- O Grupo Orey procura promover uma filosofia de remuneração e benefícios que proporcione um equilíbrio entre as necessidades dos seus colaboradores e

os interesses da organização. Pretende-se, desta forma, ter um sistema de remuneração justo, adequado e competitivo, que promova comportamentos e desempenhos de excelência e que, por outro lado, permita atrair e reter talentos, necessários para o alcance do sucesso.

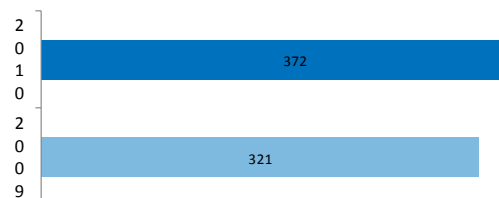
O Capital Humano do Grupo Orey constitui um dos factores diferenciadores e de sucesso da Organização.

A 31 de Dezembro de 2010 o número de colaboradores do grupo por área de negócio era o seguinte:

SCOA	OSO	Orey Shipping	Orey Technical	Orey International	Orey Financial	TOTAL
2	38	79	70	111	72	372

- Em Dezembro de 2010, o número de colaboradores do Grupo era de 372.

Face a Dezembro de 2009, verifica-se um aumento (de 321 para 372).



## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

### ÁREA FINANCEIRA

#### OREY FINANCIAL

A Orey Financial presta serviços de Corretagem *Online*, Consultoria de Investimento e Gestão Discrecional, Gestão de Fundos de Investimento Mobiliários e Imobiliários e Gestão de Fundos de *Private Equity*.

A 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o total dos activos sob gestão e das comissões líquidas era o seguinte:

Total	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Activos sob Gestão	201.633	145.022	39,0%
Comissões Líquidas	5.715	2.782	105,4%

(Milhares de Euros)

Activos sob Gestão	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Corretagem Online	38.559	36.632	5,3%
Consultoria de Inv. E Gestão Discrecional	69.920	65.319	7,0%
Fundos de Investimento Mobiliário	20.450	16.825	21,5%
Fundos de Investimento Imobiliário	29.504	26.246	12,4%
Private Equity	43.201		0,0%
<b>Total Gerido</b>	<b>201.633</b>	<b>145.022</b>	<b>39,0%</b>

(Milhares de Euros)

#### Corretagem Online

A corretagem *online* continuou a sua base de operações em Portugal e em Espanha,

através da sucursal da Orey Financial, IFIC.

Online PT	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
AUM	32.887	33.974	-3,2%
Volume de transacções (CFD e FX)	28.639.987	20.214.498	41,7%
Comissões Líquidas	3.056	1.504	103,1%

(Milhares de Euros)

Número de clientes	1.324	804	64,7%
--------------------	-------	-----	-------



## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

Em Portugal 2010 foi, a exemplo do ano anterior, um ano de forte crescimento no negócio *online*, tanto no número de novos clientes como em volume de transacções. A continuada aposta e o reconhecimento da marca *Orey iTrade*, através do marketing *online* - com presença nos mais importantes sites financeiros e através da divulgação da plataforma nas redes sociais - e do esforço de formação de clientes, em uma iniciativa que conta com a participação de formadores externos especializados.

Exemplos do acima referido foram a reformulação do site [www.oreyitrade.com](http://www.oreyitrade.com) e

o lançamento do Blogue *iTrade*. Outras actividades paralelas foram sendo desenvolvidas ao longo do ano, das quais destacamos a forte presença na Feira Infovalor, bem como o patrocínio do “*team around the world*”, que na sua volta ao Mundo promove acções de solidariedade patrocinadas pela Orey Financial.

Online SP	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
<b>AUM</b>	5.672	2.659	113,4%
<b>Volume de transacções (CFD e FX)</b>	10.637.979	2.587.778	311,1%
<b>Comissões Líquidas</b>	679	215	215,8%
(Milhares de Euros)			
<b>Número de clientes</b>	413	182	126,9%

Em Espanha, 2010 foi o segundo ano de actividade, tendo-se caracterizado, em termos relativos, pelo aumento exponencial dos principais indicadores de performance. Em termos absolutos, o mercado espanhol apresenta ainda uma conjugação de factores que estão a travar um desenvolvimento ainda mais rápido do negócio de corretagem, nomeadamente: a

nuvem de incerteza em relação às consequências da crise imobiliária, a forte tendência de concentração de investimentos pelos clientes, num número reduzido de activos castelhanos e ainda, a precoce existência dos *CFDs* (*Contract for Difference*) no mercado financeiro espanhol.

## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

### Consultadoria de Investimento e Gestão Discricionária

Consultadoria de Investimento e Gestão Discricionária	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Activos sob Gestão	69.920	65.319	7,0%
Comissões Líquidas	789	445	77,3%
Nº de Clientes	169	116	45,7%

(Milhares de Euros)

2010 foi um ano importante em termos de mudanças organizacionais e de criação de valor nas relações com os clientes. A aposta na segmentação da base de clientes e uma orientação da comunicação para o exterior adequada às diferentes necessidades e perfis foi um factor diferenciador e um catalisador importante para o forte crescimento registado. O lançamento do site [www.oseuperfilfinanceiro.com](http://www.oseuperfilfinanceiro.com), ferramenta *online* que permite aos clientes avaliarem o seu perfil financeiro, é deveras revelador do compromisso da Orey Financial com as regras de “*know your client*” e posterior adequação e segmentação, em função das necessidades e expectativas dos mesmos.

Resultado da estratégia implementada, estas áreas de negócio conseguiram apresentar, em 2010, um crescimento médio de Activos sob Gestão de 7%.

A área de gestão discricionária é responsável pelo planeamento e implementação das estratégias de investimento, de acordo com as características de risco de cada cliente. De uma forma global, existem cinco tipos de estratégias de investimento, as quais obtiveram as seguintes rentabilidades

durante 2010:

- Estratégia Conservadora: 2,91%
- Estratégia de Rendimento: 5,51%
- Estratégia Equilibrada: 7,95%
- Estratégia de Crescimento: 10,25%
- Estratégia Agressiva: 14,63%

## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

### Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário

Fundos de Investimento Mobiliário	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Hedge Funds	20.443	16.799	21,7%
Fundos Harmonizados	6	26	-75,5%
(Milhares de Euros)			
	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Comissões Líquidas	535	259	106,5%
(Milhares de Euros)			

A área de gestão de fundos mobiliários é responsável pela gestão do fundo *Orey Opportunity Fund* (OOF), um *Hedge Fund* não harmonizado com sede nas ilhas Caimão. O fundo utiliza uma abordagem *non-standard* ao conceito de multi-manager, investindo em activos diversificados, criando estratégias que possam beneficiar dos diferentes enquadramentos macroeconómicos.

O fundo, desde a sua existência, não só tem batido consistentemente o seu *benchmark* (*HFRX Global Hedge Fund Index*), tendo sido 2010 o 11º ano em 12 anos de actividade em que tal facto aconteceu, como também apenas apresentou um ano negativo (2008). Em 2010, o *Orey Opportunity Fund* apresentou uma rentabilidade de 12,3%.

### Gestão de Fundos de Investimento Imobiliário

Real Estate Funds	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
AUM	29.504	26.246	12,4%
Comissões Líquidas	125	118	5,5%
(Milhares de Euros)			
	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Nº de Fundos	5	5	0,0%

O ano de 2010 foi um ano difícil para o mercado de Fundos Imobiliários. Em Abril, com a aprovação tardia do Orçamento de Estado de 2010, foi revogada a isenção parcial de IMT e de IMI de que os fundos fechados beneficiavam, o que representa

uma dificuldade acrescida na constituição de novos fundos.

## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

Associado ao fraco desempenho do mercado imobiliário em Portugal, estas medidas tiveram influência sobre o mercado de Fundos Imobiliários, com uma redução efectiva de 2,5% dos capitais totais investidos em Fundos Imobiliários, num total de 11,5 mil milhões de Euros aplicado neste mercado. O número total de fundos em actividade no final de 2010 aumentou para 259 fundos, uma variação de apenas 3% (mais 8 fundos), quando no final de 2009 essa variação havia sido de 8,7% (mais 20 fundos).

Quanto aos fundos geridos pela Orey Gestão de Activos, SGFIM, SA, no final de 2010 mantêm-se cinco fundos em actividade, embora dois fundos estejam em fase de liquidação, o fundo REF – Real Estate Fund – FIIF e o fundo CLAVIS – FEIIF. O valor total de activos sob gestão no final de 2010 era de 29,5 milhões de Euros, o que representa um aumento de 12,4% relativamente ao final de 2009.

### Private Equity

Private Equity	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
AUM	43.201	0	0,0%
Comissões Líquidas	530	0	0,0%

(Milhares de Euros)

No seguimento da implementação do plano estratégico 2009 – 2012 foram constituídas pela Orey Financial as sociedades de direito luxemburguês Orey Capital Partners I SCA SICAR (sociedade de capital de risco) e Orey Capital Partners GP Sàrl (sociedade gestora da sociedade de capital de risco) com o objectivo de gerir através de veículos de capital de risco as participações das áreas de negócio tradicionais do grupo Orey.

O Orey Capital Partners GP Sàrl assinou com a Sociedade Comercial Orey Antunes um mandato para a gestão das participações relativas às áreas de shipping e de representações técnicas. Este mandato vigorará até ao momento em que

todas estas participações sejam transferidas para a sociedade de capital de risco Orey Capital Partners I SCA SICAR.

O objectivo desde mandato é o de gerir, desde o primeiro momento, estas participações das entidades que gerem capital de risco, utilizando as melhores práticas da indústria e seguindo a implementação dos leveraged *buy-outs* previamente à entrada dos activos para o *portfolio* do fundo.

A 31 de Dezembro de 2010 o valor do conjunto de activos financeiros sob o mandato de gestão correspondem a 43,2 milhões de Euros.

## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

### OREY FINANCIAL BRASIL

A Orey Financial Brasil presta serviços de Gestão de Carteiras, Gestão de Fundos de Investimento, *Corporate Finance* e *Family Office*.

A 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, o total dos activos sob gestão dos fundos de investimento e das comissões líquidas era o seguinte:

Activos sob Gestão	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Gestão de Carteiras	160,06	115,09	39,1%
Gestão de Fundos de Investimento	26,03	50,41	-48,4%
<b>Total Gerido</b>	<b>186,09</b>	<b>165,50</b>	<b>12,4%</b>

Comissões Líquidas*	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Brasil	1,84	1,86	-1,1%

\* Inclui comissões que não estão relacionadas com os activos sob gestão

(Milhões de Euros)

### Gestão de carteiras

Neste segmento de negócio e comparativamente com 2009, há a realçar

um aumento do volume de activos sob gestão, como se ilustra de seguida:

Gestão de Carteiras	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Activos sob Gestão	160,06	115,09	39,1%
Número de clientes	285	264	8,0%

(Milhões de Euros)

A actividade de gestão de carteiras de investimento da Orey Financial Brasil apresentou uma variação percentual positiva de 39,1% em Euros, comparando-se o primeiro semestre de 2009 e 2010. Este crescimento foi motivado pela recuperação dos valores dos activos no mercado local e, fundamentalmente, através da entrada de novos recursos ao longo do primeiro semestre de 2010.

Em relação ao número de clientes houve uma recomposição da base em relação ao período pré-crise de 2008. Atingiram-se os 285 clientes, o que corresponde a um incremento de 21 clientes no período em observação.



## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

### Gestão de Fundos de Investimento

Ao nível dos fundos de investimento geridos pela Orey Financial Brasil, a 31 de Dezembro de 2010, os dados relativamente

aos valores patrimoniais geridos eram os seguintes:

Gestão de Fundos de Investimento	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Total Gerido	26,03	50,41	-48,4%
(Milhões de Euros)			

Gestão de Fundos de Investimento	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
OREY MULTIGESTOR FIC DE FI MULTIMERCADO	11,15	12,33	-9,6%
OREY RENDA FIXA - FI RF	5,14	3,71	38,5%
OREY CRÉDITO FIC DE FIM CRÉDITO PRIVADO	2,98	3,07	-2,9%
OREY PREVIDÊNCIA PGBL - FI MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	1,58	1,88	-16,0%
OREY AÇÕES BRASIL FI EM AÇÕES	0,62	1,09	-43,1%
OREY PREVIDÊNCIA VGBL - FI MULTIMERCADO- PREVIDENCIÁRIO	0,57		0,0%
OREY OBRIGAÇÕES BRASIL FIC DE FIM - CRED PRIVADO - IQ	0,15	28,33	-99,5%
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES OREY I	3,84		0,0%
Total Gerido	26,03	50,41	-48,4%
(Milhões de Euros)			

O mercado local em 2010 foi marcado pelas incertezas económicas decorrentes da fragilidade fiscal de alguns países que integram a Zona Euro, pela expectativa acerca das novas regras prudenciais para os Bancos e o seu impacto, nomeadamente sobre as Instituições Financeiras Europeias e pela incógnita sobre a continuidade da incipiente recuperação económica dos Estados Unidos.

Estas situações nos mercados externos, aliadas à redefinição da política monetária do Banco Central do Brasil, em relação à provável redução do ritmo económico do país, e ao início do processo eleitoral presidencial, contribuíram para um semestre de indefinições e ausência de claras tendências nos mercados locais. O conservadorismo ditou o rumo das decisões dos investidores, tanto locais, como

estrangeiros, em relação ao mercado brasileiro.

A performance do principal índice do mercado bolsista local, o Ibovespa, variou bastante durante 2010 mas acabou o ano em alta de 1,04%. A queda do índice foi intensificada no segundo trimestre, influenciada pelas acções de empresas *blue chips*, como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, e o comportamento dos mercados internacionais. No entanto, este facto não caracteriza uma tendência negativa, pois as empresas locais continuam com boas perspectivas no médio e longo prazo, sobretudo nos sectores ligados às infra-estruturas o que levou a um aumento do índice principalmente no segundo semestre de 2010.

## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

No que respeita ao mercado local de juros, recentemente os níveis de consumo abrandaram, o que coloca em risco a trajectória de alta da taxa de juros básica (Selic) programada pelo Banco Central do Brasil para o ano de 2010, com o claro objectivo de manter a inflação dentro das metas estabelecidas. Os actuais 10,75% passariam, de acordo com expectativas de mercado, para valores próximos de 12,50% no final de 2010. Contudo, face a esta redução do consumo, é consensual que esta tendência não se irá materializar e o mercado aguarda apenas mais um aumento da Selic para valores próximos dos 11,50%.

Em relação às principais moedas, como o Dólar Norte-Americano (USD) e o Euro (EUR), o Real (BRL) apresentou variações de 3,46% e 12,09%, respectivamente, durante 2010. Esta situação foi reflexo da turbulência económica na Zona Euro que depreciou a moeda única europeia face a outras moedas, incluindo o Real.

Em relação aos fundos de investimento geridos pela Orey Financial Brasil observou-se uma redução de 48,4% em Euros. Esta redução é justificada pela conclusão do produto Orey7 que era o investidor único do fundo Orey Obrigações do Brasil.

## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

### ÁREA NÃO FINANCEIRA

#### PRIVATE EQUITY

#### Transportes & Logística

No sector da navegação, a Orey está presente em Portugal, Espanha e Angola, investindo em diferentes tipos de serviços:

Linhas Regulares, Trânsitos Marítimos e Aéreos, Agenciamento de Navios e Logística.

#### I. Horizon View

A Horizon View actua em Portugal e presta serviços de agenciamento, linhas regulares, serviços de trânsitos marítimos, aéreos e de logística e de produtos industriais de fluxo continuado.

A 31 de Dezembro de 2010, o volume de vendas destas áreas de negócio totalizava 37,9 milhões de Euros, o que representa um aumento de 46,6% relativamente ao mesmo período do ano anterior

Vendas	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Linhas Regulares	2.216	778	184,6%
Trânsitos	20.174	11.009	83,3%
Agenciamento	14.640	13.278	10,3%
Logística	701	772	-9,2%
Outros	139		0,0%
<b>Total</b>	<b>37.870</b>	<b>25.838</b>	<b>46,6%</b>

(Milhares de Euros)

A margem bruta totalizou 5,47 milhões de Euros, o que representa um aumento de 21,2% em relação a 31 de Dezembro de

2010. O seu detalhe por área de actuação é o seguinte:

Margem Bruta	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Linhas Regulares	457	243	88,2%
Trânsitos	2.067	1.503	37,5%
Agenciamento	2.477	2.423	2,2%
Logística	339	344	-1,4%
Outros	131		0,0%
<b>Total</b>	<b>5.471</b>	<b>4.513</b>	<b>21,2%</b>

(Milhares de Euros)

## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

### Trânsitos

Os principais dados neste segmento de actividade são:

Trânsitos	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
<b><u>Marítimos</u></b>			
Vendas	19.532	10.534	85,4%
Margem Bruta	1.752	1.245	40,7%
<b><u>Aéreos</u></b>			
Vendas	642	475	35,1%
Margem Bruta	315	258	22,0%
<b>Vendas Totais</b>	<b>20.174</b>	<b>11.009</b>	<b>83,3%</b>
<b>Margem Bruta Total</b>	<b>2.067</b>	<b>1.503</b>	<b>37,5%</b>

(Milhares de Euros)

Em 2010, a área de negócio dos Trânsitos aumentou a margem bruta em 37,5%, comparativamente ao mesmo período de 2009.

Nos trânsitos marítimos, as vendas a Dezembro de 2010 tiveram um aumento de 85,4% relativamente a Dezembro de 2009, atingindo um montante 19,53 milhões de Euros. A margem bruta atingiu um montante de 1,75 milhões de Euros, significando um aumento de 40,7% face ao período homólogo de 2009.

Durante o ano de 2010 tem sido conseguido um aumento bastante significativo no volume da carga contentorizada. Esta evolução positiva

reflecte a conquista de novos tráfegos e também o esforço comercial da diversificação da carteira de clientes, que já começa a evidenciar-se.

Nos trânsitos aéreos conseguiu-se, em 2010, uma evolução positiva na actividade, que se reflectiu quer nas vendas quer na margem.

Neste segmento, as vendas atingiram 642 milhares de Euros, tendo-se registado um aumento de 35,1%, comparativamente com o período homólogo de 2009. Em termos de margem bruta este segmento atingiu 315 milhares de Euros, o que representa um aumento de 22,0%.

### Agenciamento

Em 31 de Dezembro de 2010, o número de navios agenciados e a margem bruta

tiveram a seguinte evolução, relativamente a 31 de Dezembro de 2010:

Agenciamento	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Vendas	14.640	13.278	10,3%
Margem Bruta	2.477	2.423	2,2%

(Milhares de Euros)

A actividade de agenciamento cresceu 10,3% ao nível das prestações de serviço.

## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

### Logística

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe das vendas e margem bruta da

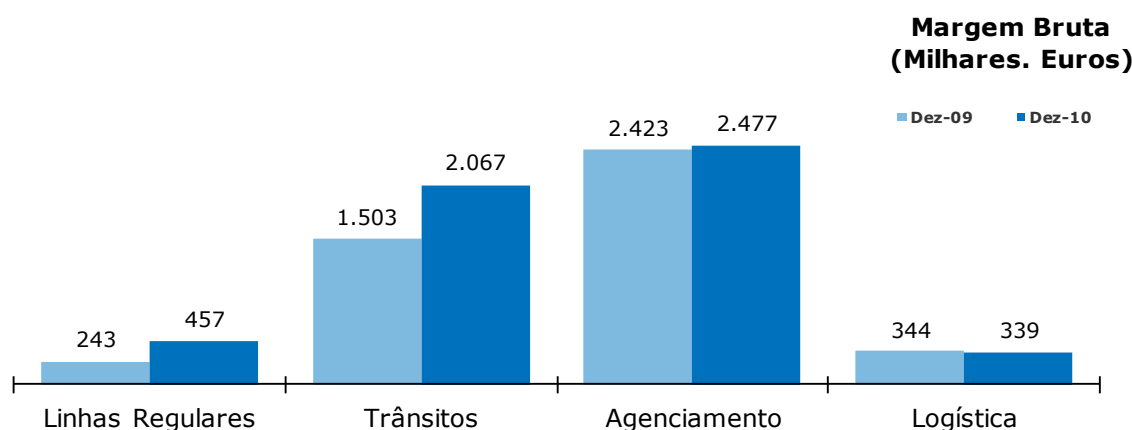
Logística foi o seguinte:

Logística	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Vendas	701	772	-9,2%
Margem Bruta	339	344	-1,4%

(Milhares de Euros)

No segmento da Logística as vendas e a margem bruta evidenciam uma ligeira quebra, de 9,2% e de 1,4% respectivamente.

Ao nível da margem bruta há a destacar o desempenho das áreas de trânsitos e linhas regulares.



### Linhas Regulares

A evolução dos principais dados de negócio neste segmento de actuação foi a seguinte,

comparativamente a 31 de Dezembro de 2009:

Linhas Regulares	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Vendas	2.216	778	184,6%
Margem Bruta	457	243	88,2%

(Milhares de Euros)

No segmento das linhas regulares as vendas e margem bruta aumentaram

184,6% e 88,2% relativamente ao mesmo período do ano anterior.



## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

### II. Angola

Em Angola, o Grupo Orey está presente nos segmentos dos Trânsitos, Agenciamento de Navios e Transportes e Distribuição.

Em 2010 foram agenciados 198 navios face a 150 no mesmo período de 2009.

O número de viaturas movimentadas decresceu 7,9% face ao mesmo período de 2009.

A evolução das vendas e margem bruta foi a seguinte, comparativamente a 31 de Dezembro de 2009:

Angola	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Vendas	26.469	19.594	35,1%
Margem Bruta	7.715	6.348	21,5%
Dos quais:			
Trânsitos	2.932	1.315	122,9%
Agenciamento	575	2.251	-74,4%
Logística	3.744	2.507	49,3%
(Milhares de Euros)			
Carga rolante (Viaturas)	28.702	31.174	-7,9%
Navios Agenciados	198	150	32,0%

(Milhares de Euros)

O volume de vendas atingiu um valor 26,47 milhões de Euros em Dezembro de 2010, o que significa um aumento de 35,1% em

relação ao mesmo período de 2009, enquanto a margem bruta cresceu 21,5% face ao período homólogo.

### III. Espanha

O Grupo Orey está presente em Espanha através das sociedades Orey Shipping S.L. que opera na área de trânsitos e de consignação e da Agemasa – Agencia Marítima de Consignaciones, S.A., que opera na área das Operações Portuárias e que detém duas concessões (Reina Victoria e Príncipe das Astúrias até 2030) no Porto de Bilbao para a exploração de um

Terminal de carga geral. Depois da alienação de 50% do capital da Agemasa, à Marítima del Mediterráneo S.A. (MARMEDSA), esta actividade passou a ser contabilizada pelo método proporcional, a partir de 1 de Janeiro de 2008.

## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

Desta forma, a informação apresentada corresponde à totalidade da actividade desenvolvida pela Agemasa em 2010, sendo que, desta, o grupo Orey apropria apenas 50%.

Em 31 de Dezembro de 2010, os principais os valores da actividade total desenvolvida em Espanha são os seguintes:

Espanha	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Vendas	10.982	6.809	61,3%

(Milhares de Euros)

Os dados relativos a **Operações Portuárias** são os apresentados abaixo:

Operações Portuárias	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Vendas	9.286	5.446	70,5%
EBITDA	-172	-1.396	87,7%
Carga Geral (Tons.)	633.888	344.486	84,0%

(Milhares de Euros)

No ano de 2009 o Porto de Bilbao sofreu uma forte quebra na carga convencional não contentorizada. Todas as Empresas do Porto foram afectadas, sendo-o a Agemasa particularmente visto os seus clientes terem tido uma redução de actividade superior à da concorrência.

Durante o ano de 2010 a carga movimentada aumentou consideravelmente devido ao crescimento da economia regional e à forte actividade comercial desenvolvida pela empresa, o que trouxe os seus frutos.

## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

### NAVAL E SEGURANÇA

No sector naval e segurança, o Grupo Orey está presente em diferentes áreas, tais como equipamentos navais e segurança no mar e combate a incêndios.

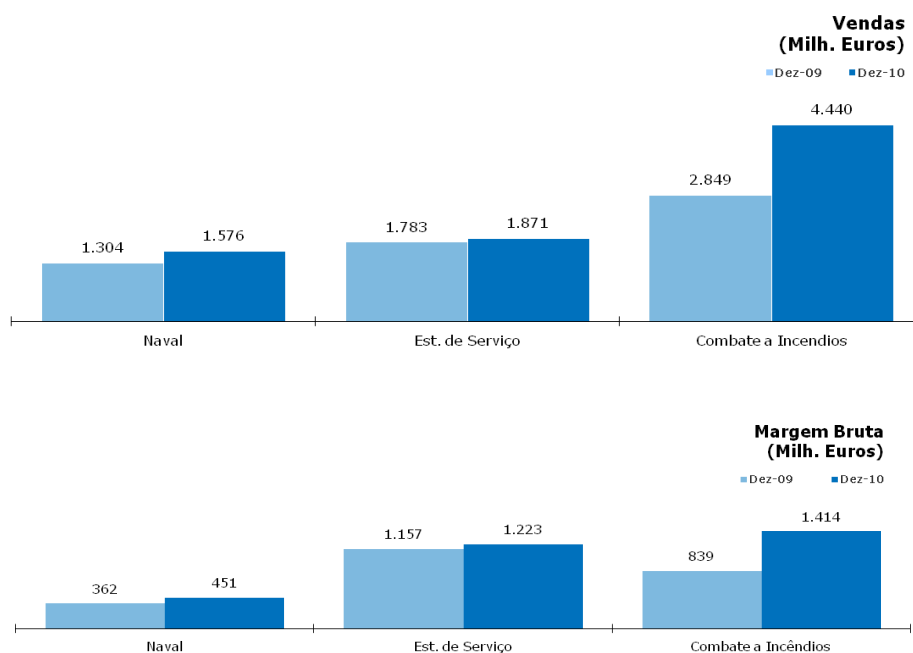
A evolução dos principais dados neste segmento de negócio foi a seguinte, comparativamente com 2009:

Técnicas Navais	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
<b>Vendas</b>	7.887	5.936	32,9%
<b>Margem Bruta</b>	3.088	2.358	31,0%
<b>(Margem Bruta em %)</b>	39,1%	36,9%	6,2%

(Milhares de Euros)

As vendas registaram um aumento de 32,9% face ao período homólogo de 2009 e a margem bruta registou um aumento 31,0% para o mesmo período comparativo. Destaca-se também em 2010 a aquisição da Secur e Segurvouga, duas empresas que desenvolvem a sua actividade no sector da comercialização de

equipamentos de segurança, com especial incidência nos equipamentos de emergência médica e de equipamentos de protecção pessoal. A repartição por segmento de negócio é a seguinte:



## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

### I. Naval

A evolução dos principais dados neste segmento de negócio foi a seguinte, comparativamente com 2009:

Naval	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Vendas	1.576	1.304	20,9%
Margem Bruta	451	362	24,5%
(Margem Bruta em %)	28,6%	27,2%	5,0%

(Milhares de Euros)

As vendas registaram um aumento de 20,9% face ao período homólogo de 2009 e a margem bruta registou um aumento de 24,5% para o mesmo período comparativo. Este incremento deve-se em parte à

incorporação das actividades provenientes da Azimute (empresa já descontinuada e fora do perímetro de consolidação) que foram objecto de trespasse para a Contrafogo.

### II. Estações de Serviço

No segmento das estações de serviço, a evolução do volume de vendas e da margem bruta realizadas pelas empresas do Grupo Orey foi a seguinte:

Estações de Serviço	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
Vendas	1.871	1.783	5,0%
Margem Bruta	1.223	1.157	5,7%
(Margem Bruta em %)	65%	65%	0,7%
Jangadas Inspeccionadas	2.497	2.402	4,0%

(Milhares de Euros)

As participadas Orey Técnica Serviços Navais, e Contrafogo inspeccionaram, até ao final do de 2010, 2497 jangadas, distribuídas pelo Algarve, Lisboa, Leixões, Setúbal e Açores, o que significa um

aumento de 4,0% face ao igual período de 2009. Nesta área de negócio existiu um fenómeno similar ao registado na área Naval por via do trespasse da Azimute.

## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

### III. Combate a Incêndios

A partir do ano de 2009 as representações técnicas passaram a incluir também a área de Combate a Incêndios, através da aquisição da participada Contrafogo. A 31

de Dezembro de 2010 o detalhe das vendas e da margem bruta desta actividade é o seguinte:

Combate a Incêndios	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
<b>Vendas</b>	4.440	2.849	55,8%
<b>Margem Bruta</b>	1.414	839	68,6%
<b>(Margem Bruta em %)</b>	31,9%	29,5%	8,0%
<i>(Milhares de Euros)</i>			

O aumento verificado no segmento de combate a incêndios foi de 55,8%, situação para a qual contribuiu a referida aquisição da Secur e Segurvouga. O aumento

verificado na margem bruta foi de 68,6%.

## 8. ÁREAS DE NEGÓCIO

### INDUSTRIAL

No sector das técnicas industriais, o Grupo Orey está presente nas áreas da petroquímica, monitorização e controlo e águas e saneamento.

Técnicas Industriais	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
<b>Vendas</b>	3.678	3.304	11,3%
<b>Margem Bruta</b>	1.145	1.049	9,1%
<b>(Margem Bruta em %)</b>	31,1%	34,5%	-9,8%
<i>(Milhares de Euros)</i>			

#### I. Petroquímica

Neste segmento os dados referentes às vendas realizadas e margem bruta são os seguintes:

Petroquímica	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
<b>Vendas</b>	3.177	2.576	23,4%
<b>Margem Bruta</b>	1.002	887	13,0%
<b>(Margem Bruta em %)</b>	31,5%	34,4%	-8,4%
<i>(Milhares de Euros)</i>			

O volume de vendas aumentou cerca de 23,4% e a margem bruta cerca de 13,0% em comparação com o mesmo período de 2009.

#### II. Águas e Saneamento e Monitorização e Controlo

No segmento das Águas e Saneamento e Monitorização e Controlo a evolução das vendas e margem bruta foi a seguinte:

Águas e Saneamento e Monitorização e Controlo	Dez-10	Dez-09	10 vs 09
<b>Vendas</b>	501	728	-31,3%
<b>Margem Bruta</b>	143	162	-11,9%
<b>(Margem Bruta em %)</b>	28,5%	22,2%	28,2%
<i>(Milhares de Euros)</i>			

O volume de vendas diminuiu 31,3% e a margem bruta diminuiu cerca de 11,9%, em comparação com o mesmo período de 2009.

## 9. OBJECTIVOS E POLÍTICAS EM MATÉRIA DE GESTÃO DE RISCOS

- Atendendo à dimensão actual e recursos existentes, neste momento a sociedade não possui a função de Gestão de Riscos independente. Esta função está assegurada em última instância pela Comissão Executiva, com o contributo das restantes áreas, essencialmente do Planeamento e Controlo de Gestão. Tendo em conta o reduzido número de colaboradores, as áreas de Planeamento e Controlo de Gestão são corporativas, prestando serviços a todas as empresas do grupo.
- O risco de estratégia é considerado como sendo o principal risco a que esta entidade está sujeita. Relativamente ao risco de estratégia, a Comissão Executiva recorre frequentemente a entidades externas – Consultores, com o objectivo de traçarem um plano estratégico, ou avaliação de um já existente, e que em conjunto com a Comissão Executiva, efectuem a respectiva avaliação face aos cenários considerados. Também o comité de investimentos, realizado periodicamente, ajuda na análise das diversas nuances que possam surgir no desenrolar da actividade, que poderão ou não implicar, em último caso, na alteração de objectivos previamente estabelecidos.
- O risco reputacional é também um risco relevante a que esta entidade está sujeita, transversal a todo o Grupo Orey. Este baseia-se na forma de como os clientes, parceiros e accionistas/investidores vêem a organização. A sua avaliação fundamenta-se na identidade da organização, sua visão e estratégia, assim como a sua actuação ao longo do tempo e responsabilidade social. O risco reputacional é, portanto, a perda potencial da reputação, através de publicidade negativa, perda de rendimento, litígios, declínio na base de clientes ou saída de colaboradores relevantes.
- O risco operacional é também considerado como um dos principais a que o Grupo Orey se encontra sujeito, sendo definido como a potencial ocorrência de falhas relacionadas a pessoas, a especificações contratuais e documentações, à tecnologia, à infraestrutura e desastres, a projectos, a influências externas e relações com clientes. A estrutura organizacional compreende papéis e responsabilidades, identifica linhas hierárquicas, assegura a comunicação apropriada e oferece ferramentas e sistemas que permitem a adequada gestão do Risco Operacional, tendo sempre por base a dimensão da empresa e as respectivas necessidades.
- Mais, a Sociedade, com a definição da nova área de Planeamento e Controlo de Gestão, tem como objectivo primordial a redução do impacto destes riscos, e consequentemente das respectivas implicações no negócio.
- Caso haja necessidade de intervenção imediata em alguma situação/área, revelando-se a existência de riscos materialmente significativos para a Sociedade, a Comissão Executiva admite recorrer a uma consultoria externa para o efeito.



# 10. EVENTOS MAIS SIGNIFICATIVOS NO ANO (INCLUINDO POSTERIORES)

06 | 01

A 6 de Janeiro a Orey informou sobre alterações na composição dos seus órgãos sociais.

19 | 02

A 19 de Fevereiro a Orey informou sobre aquisição de acções próprias

29 | 04

A 29 de Abril a Orey convocou os accionistas para se reunirem em Assembleia Geral a realizar-se no dia 31 de Maio de 2010.

30 | 04

A 30 de Abril a Orey informou sobre os resultados consolidados do exercício de 2009.

31 | 05

A 31 de Maio a Orey informou sobre os resultados consolidados do 1º trimestre de 2010.

31 | 05

A 31 de Maio a Orey informou sobre as deliberações da Assembleia Geral, nomeadamente a prestação de contas e o Relatório das Sociedades de 2009.

01 | 06

A 1 de Junho a Orey informou sobre alterações na composição dos seus órgãos sociais.

24 | 06

A 24 de Junho a Orey informou sobre notação de risco relativa a emissão obrigacionista.

28 | 06

A 28 de Junho a Orey informou sobre emissão de empréstimo obrigacionista.

02 | 07

A 2 de Julho a Orey informou sobre proposta de deliberações da Assembleia Geral de 23 de Julho de 2010.

02 | 07

A 2 de Julho a Orey informou sobre convocatória para a Assembleia Geral de Accionistas a realizar dia 23 de Julho de 2010.

08 | 07

A 8 de Julho a Orey anunciou oferta pública de venda de um máximo de 1.247.224 acções, sujeita ainda a deliberação da Assembleia Geral.

14 | 07

A 14 de Julho a Orey informou sobre redução de capital no montante de €750.000 sujeita ainda a deliberação na Assembleia Geral.

22 | 07

A 22 de Julho a Orey informou sobre aquisição da Secur e Segurvouga.

23 | 07

A 23 de Julho a Orey informou sobre as deliberações da Assembleia Geral realizada a 23 de Julho de 2010, incluindo alterações dos estatutos.

23 | 07

A 23 de Julho a Orey informou sobre a distribuição de bens da Sociedade e pagamento aos accionistas referente à redução de capital.

26 | 07

A 26 de Julho a Orey informou sobre os resultados da Oferta Pública de Venda reservada a Accionistas.

29 | 07

A 29 de Julho a Orey informou sobre os resultados consolidados do primeiro trimestre.

02 | 08

A 2 de Agosto a Orey informou sobre venda e saldo de acções próprias.

24 | 08

A 24 de Agosto a Orey informou sobre a alteração do acordo com o Grupo Domus.

11 | 11

A 11 de Novembro a Orey informou sobre os resultados consolidados do 3º trimestre de 2010.

22 | 12

A 22 de Dezembro a Orey, informa sobre renuncia de um membro do conselho fiscal.

# 11. ACÇÕES PRÓPRIAS

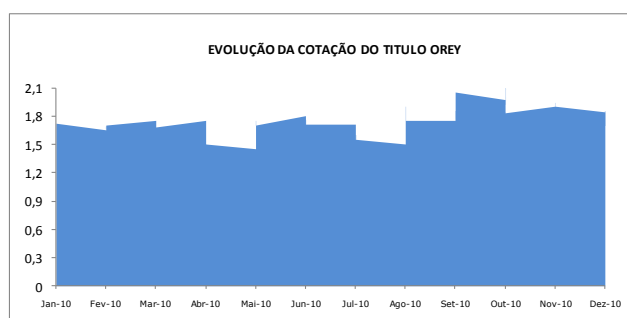
- Ao abrigo do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Sociedade adquiriu, fora de bolsa, durante o exercício 158.707 acções a um preço médio de 1,70 Euros, com o detalhe que segue em baixo.
- Como estava previsto efectuar uma oferta publica de venda reservada aos accionistas, em substituição do pagamento de dividendos e devido ao preço reduzido a que as mesmas se transacionavam no mercado a sociedade decidiu adquirir essas acções.
- Em 31 de Julho aconteceu a oferta publica de venda, em que a sociedade vendeu a um preço médio de 2,61€, a quantidade de 1.190.453 acções próprias.
- Assim a 31 de Dezembro de 2010, a Sociedade detém directa e indirectamente 67.690 acções, as quais correspondem às acções remanescentes da operação pública de venda supra mencionada.

Acções Próprias	Quantidade	Custo médio	Valor Total
Detidas a 31/12/09 por: -SCOA	1.119.048	2,74	3.064.277
Adquiridas a 18/02/10 por: -SCOA	158.707	1,70	269.802
Redução de Capital (Nota 11)	-19.612	2,61	-51.174
OPV 31/07/10	-1.190.453	2,61	-3.106.279
Detidas a 31/12/10 por: -SCOA	67.690	2,61	176.626

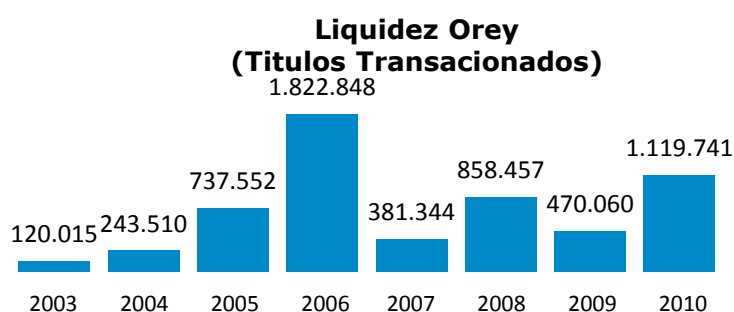
(Unidade Monetária - Euro)

## 12. EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO TÍTULO OREY

- O capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes S.A. durante o período encontrava-se representado por 13.000.000 acções ordinárias, escriturais e ao portador, com o valor nominal de 1 Euro cada, admitidas à cotação no Eurolist by Euronext Lisbon.
- A acção Orey a 31 de Dezembro apresentava o valor de 1,85 Euros.



- A evolução da liquidez desde o ano de 2003 até Dezembro de 2010 foi a seguinte:



- A Sociedade mantém em vigor um contrato de “liquidity provider” com o Caixa – Banco de Investimento, S.A. o qual entrou em vigor em 6 de Janeiro de 2005. Este contrato tem como objectivo proporcionar o aumento da liquidez do título cotado na Eurolist by Euronext Lisbon.

# 13. TRANSACÇÕES DE DIRIGENTES

- A 31 de Agosto foi comunicada a seguinte transacção de acções de Duarte Maia Albuquerque D'Orey:

Nº Transacções	Tipo Transacção	Local	Quantidade	Preço	Data Transacção	Notas
1	Venda	Fora de Bolsa	150.000	2,575 €	15-09-2009	1)
2	OPV	Euronext Lisbon	965.472	0,010 €	29-07-2010	2)
3	RCEA	Euronext Lisbon	567.925	2,000 €	30-07-2010	3)
4	Venda	Euronext Lisbon	150.000	1,690 €	11-08-2010	
5	Venda	Euronext Lisbon	250.000	1,690 €	11-08-2010	
6	Compra	Euronext Lisbon	5.654	1,750 €	10-08-2010	4)
7	Compra	Euronext Lisbon	361	1,750 €	11-08-2010	4)
Total			146.438			

## Notas:

- Informamos que por lapso não foi comunicado, embora conste no saldo das acções do relatório e contas
- Oferta Pública de Venda (Reservada Aos Accionistas) realizada pela Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., em 29-07-2010
- Redução do Capital Com Extinção de Acções realizada pela Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., em 30-07-2010
- Compras em nome pessoal

- Assim, nesta data, o dirigente possuía à data: 9.658.283 acções, representativas de 74,2945 % do capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., distribuídas da seguinte forma:

–Em nome da Orey Inversiones Financieras, S.L. Sociedade dominada e onde exerce funções de Presidente do Conselho de Administração: 4.529.118 Acções

–Em nome da Triangulo-Mor – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A. sociedade por si dominada e onde exerce funções de Presidente do Conselho de Administração: 5.123.150 Acções

–Em título pessoal: 6.015 Acções

–Total: 9.658.283 Acções.

- A 7 de Outubro foi comunicada a seguinte transacção de acções de Duarte Maia Albuquerque D'Orey:

Nº Transacções	Tipo Transacção	Local	Quantidade	Preço	Data Transacção	Notas
1	Venda	Euronext Lisbon	33.151	2,00 €	28-09-2010	1)
2	Venda	Euronext Lisbon	5.000	2,09 €	29-09-2010	1)
3	Venda	Euronext Lisbon	15.000	2,04 €	29-09-2010	1)
4	Venda	Euronext Lisbon	20.132	2,07 €	30-09-2010	2)
5	Venda	Euronext Lisbon	22.500	2,04 €	01-10-2010	2)
6	Venda	Euronext Lisbon	20.000	2,09 €	06-10-2010	2)
7	Venda	Euronext Lisbon	6.015	2,04 €	01-10-2010	3)
Total			121.798			

## Notas:

- Triangulo-Mór, Consultoria Económica e Financeira, SGPS, SA
- Orey Inversiones Financieras, SL
- Vendas em nome pessoal

- Assim, após a transacção o dirigente possuía à data 9.741.455 acções, representativas de 74,93% do capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., distribuídas da seguinte forma:

–Em nome da Orey Inversiones Financieras, S.L. Sociedade dominada e onde exerce funções de Presidente do Conselho de Administração: 4.466.486 Acções

–Em nome da Triangulo-Mor – Soc. Gestora de Participações Sociais, S.A. sociedade por si dominada e onde exerce funções de Presidente do Conselho de Administração: 5.070.000 Acções

–Em nome da Orey Gestão de Activos SGFIM,S.A., referente à carteira de clientes de gestão discricionária: 204.969 acções

–Total: 9.741.455 acções

- A 15 de Outubro foi comunicada a seguinte transacção de acções de Duarte Maia Albuquerque D'Orey:

Nº Transacções	Tipo Transacção	Local	Quantidade	Preço	Data Transacção	Notas
1	Venda	Euronext Lisbon	24.850	2,08 €	07-10-2009	1)
2	Venda	Euronext Lisbon	21.636	2,09 €	08-10-2010	1)
3	Venda	Euronext Lisbon	22.500	1,99 €	11-10-2010	1)
4	Venda	Euronext Lisbon	27.500	1,99 €	12-10-2010	1)
5	Venda	Euronext Lisbon	30.000	2,08 €	13-10-2010	1)
6	Venda	Euronext Lisbon	25.350	2,08 €	14-10-2010	1)
Total			151.836			

## Notas:

- Orey Inversiones Financieras, SL

- Assim, após esta data, detinha 9.589.619 acções, representativas de 73,77%, distribuídas da seguinte forma:



# 14. ACÇÕES E VALORES MOBILIÁRIOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

- (Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do nº 7 do Artigo 14º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM)

representativas de 1,14% dos direitos de voto, nos termos do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

- **Jorge Delclaux Bravo:** Não detém qualquer participação na Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.

- **Alexander Somerville Gibson:** a 31 de Dezembro de 2010 não detém acções da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., directa e indirectamente. Foi nomeado Administrador na Assembleia Geral de 31/5/2010.

- **Miguel Ribeiro Ferreira:** a 31 de Dezembro de 2010 detém 263.442 acções da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., indirectamente através da Invespri SGPS, SA. Foi nomeado Administrador na Assembleia Geral de 31/5/2010.

- **Francisco Van Zeller:** Não detém directamente qualquer participação na Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.

- **Duarte Maia de Albuquerque d'Orey:** Não detém directamente acções da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.. Detém indirectamente 73,42% dos direitos de voto da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., nos termos do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

- **Tristão José da Cunha de Mendonça e Menezes:** Não detém qualquer participação na Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.,

- **Joaquim Paulo Claro dos Santos:** Não detém qualquer participação na Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.

- **Juan Celestino Lázaro González:** Não detém qualquer acção directamente. Detém indirectamente 182.510 acções

Membros do Conselho de Administração	Detidas em 31-12-2009	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 31-12-2010
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey	0	0	0	0
Tristão José da Cunha de Mendonça e Menezes	0	0	0	0
Joaquim Paulo Claro dos Santos	0	0	0	0
Juan Celestino Lázaro González	0	0	0	0
Jorge Delclaux Bravo	0	0	0	0
Alexander Somerville Gibson	261.312	0	-261.312	0
Miguel Ribeiro Ferreira	0	0	0	0
Francisco Van Zeller	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>261.312</b>	<b>0</b>	<b>-261.312</b>	<b>0</b>

Membros do Conselho Fiscal	Detidas em 31-12-2009	Adquiridas	Transmitidas	Detidas em 31-12-2010
José Martinho Soares Barroso	0	0	0	0
Acácio Augusto Lougares Pita Negrão	0	0	0	0
Nuno de Deus Vieira Paisana Salvador Pinheiro	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

# 15. LISTA DE TITULARES COM PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

- (Nos termos do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea b) do n.º1 do Artigo 8º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM)
- Em 31 de Dezembro de 2010, os accionistas detentores de participações qualificadas no capital social da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., eram os seguintes:

Participações Qualificadas	Quantidade	% do Capital Social	% dos direitos de voto
<b>Duarte Maia de Albuquerque d'Orey</b>			
Directamente:	0	0,00%	0,00%
Indirectamente:			
- Orey Inversiones Financieras, SL	4.270.000	32,85%	32,85%
- Triângulo-Mor Consultadoria Económica e Financeira, S.A.	5.070.000	39,00%	39,00%
- Através da Orey Gestão de Activos SGFIM, S.A. Referente a Carteiras de Clientes de Gestão Discricionária	204.969	1,58%	1,58%
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>9.544.969</b>	<b>73,42%</b>	<b>73,42%</b>
<b>Jochen Michalski</b>	<b>370.044</b>	<b>2,85%</b>	<b>2,85%</b>
<b>MCFA, SGPS, S.A.</b>	<b>275.000</b>	<b>2,12%</b>	<b>2,12%</b>
<b>Invespri SGPS, S.A.</b>	<b>263.442</b>	<b>2,03%</b>	<b>2,03%</b>
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>908.486</b>	<b>7,00%</b>	<b>7,00%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.453.455</b>	<b>80,42%</b>	<b>80,42%</b>



## 16. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

- A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. encerrou o exercício de 2010 com um resultado líquido positivo, apurado em base consolidada, de 3.038.107 Euros e com um resultado positivo, apurado em base individual, de 3.104.970 Euros.
- Considerando as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que seja feita a seguinte aplicação de resultados:
  - Para reserva legal (5%): 155.248,5 Euros
  - O remanescente para resultados transitados.
- Lisboa, 31 de Março de 2011

## 17. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

### Declaração

Para os efeitos da alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários os abaixo assinados, na sua qualidade de Administradores da sociedade comercial anónima com a firma “SOCIEDADE COMERCIAL OREY ANTUNES, S.A.”, sociedade aberta, com sede em Lisboa, na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto nº 17, 6º andar A, em Lisboa, com o número único de registo e pessoa colectiva 500255342, declaram que tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida nas demonstrações financeiras condensadas, foi elaborada de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação.

Mais declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão expõe fielmente a evolução de negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação.

Lisboa, 31 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Duarte Maia de Albuquerque d'Orey  
Tristão José da Cunha de Mendonça e Menezes  
Joaquim Paulo Claro dos Santos  
Juan Celestino Lázaro González  
Jorge Delclaux Bravo  
Alexander Somerville Gibson  
Miguel Ribeiro Ferreira  
Francisco Van Zeller

# 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

ACTIVO	NOTAS	Dez-10	Dez-09
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES</b>			
Activos Fixos Tangíveis	4	305.210	221.189
Propriedades de Investimento	5	4.572.000	4.379.000
Outros activos Intangíveis		451	451
Investimentos Financeiros em Empresas do Grupo	6	76.832.538	82.836.924
Outros Activos Financeiros		6.058	6.058
Activos por Impostos Diferidos	7	792.353	588.230
<b>Total dos Activos Não Correntes</b>		<b>82.508.609</b>	<b>88.031.851</b>
<b>ACTIVOS CORRENTES</b>			
Contas a Receber- Clientes	8	697.937	515.932
Contas a Receber- Outras	9	25.244.840	9.244.336
Diferimentos		334.450	141.250
Caixa e Equivalentes de Caixa	10	3.633.019	128.580
<b>Total dos Activos Correntes</b>		<b>29.910.246</b>	<b>10.030.099</b>
<b>Activo Total de Unidades Operacionais em Continuidade</b>		<b>112.418.855</b>	<b>98.061.950</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>112.418.855</b>	<b>98.061.950</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital	11	13.000.000	13.750.000
Ações Próprias	12	-176.626	-3.064.277
Prémios de Emissão	11	7.486.204	8.236.204
Reservas	13	58.273.061	56.043.127
Resultados Transitados	13	305.420	3.106.734
Resultado Líquido do Período		3.104.970	506.544
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>81.993.029</b>	<b>78.578.333</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVOS NÃO CORRENTES</b>			
Provisões	14	140.000	8.635
Empréstimos e Descobertos Bancários	15	4.333.331	5.416.666
Empréstimo por Obrigações	15	12.616.425	0
Responsabilidades por Benefícios de Reforma	16	154.568	462.021
Passivos por Impostos Diferidos	7	808.271	757.126
Passivos por Locação Financeira	17	92.166	0
<b>Total dos Passivos Não Correntes</b>		<b>18.144.761</b>	<b>6.644.448</b>
<b>PASSIVOS CORRENTES</b>			
Contas a Pagar- Fornecedores	18	344.762	165.798
Empréstimos e Descobertos Bancários	15	10.476.532	11.989.043
Contas a Pagar- Outras	19	1.415.022	675.252
Diferimentos	19	15.326	9.076
Passivos por Locação Financeira	17	29.422	0
<b>Total dos Passivos Correntes</b>		<b>12.281.064</b>	<b>12.839.169</b>
<b>Passivo Total de Unidades Operacionais em Continuidade</b>		<b>30.425.825</b>	<b>19.483.617</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>30.425.825</b>	<b>19.483.617</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>112.418.855</b>	<b>98.061.950</b>

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

# 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração dos Resultados por Naturezas	Nota	Dez-10	Dez-09
<b>Proveitos Operacionais</b>			
Prestações de Serviços		349.785	844.023
Ganhos/Perdas em Empresas do Grupo	20	6.436.877	2.295.000
Outros Proveitos Operacionais	21	871.883	338.691
<b>Total dos Proveitos Operacionais</b>		<b>7.658.545</b>	<b>3.477.714</b>
<b>Custos Operacionais</b>			
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	22	-2.275.218	-1.643.564
Gastos com o Pessoal	23	-854.148	-768.303
Provisões	14	-137.429	0
Outros Gastos Operacionais	24	-117.347	-68.380
<b>Total dos Custos Operacionais</b>		<b>-3.384.142</b>	<b>-2.480.247</b>
<b>EBITDA</b>		<b>4.274.403</b>	<b>997.467</b>
Gastos de Depreciação e de Amortização		-92.556	-38.191
<b>EBIT</b>		<b>4.181.847</b>	<b>959.276</b>
Resultados Financeiros	25	-1.183.514	-628.815
<b>Resultado Antes de Impostos</b>		<b>2.998.333</b>	<b>330.462</b>
Gastos (Rendimentos) de Impostos	26	106.638	176.082
<b>Resultado das Unidades Operacionais em Continuidade</b>		<b>3.104.970</b>	<b>506.544</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>3.104.970</b>	<b>506.544</b>
<b>Resultado Líquido do Período por Ação</b>			
Básico	27	0,240	0,040
Diluído	27	0,240	0,040

(Unidade Monetária - Euro)

# 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

	Capital emitido	Acções próprias valor nominal	Acções próprias descontos e prémios	Prémios de emissão	Reservas legais	Excedentes de reavaliação	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2009</b>	<b>13.640.834</b>	<b>-488.385</b>	<b>-897.625</b>	<b>8.127.038</b>	<b>1.958.802</b>	<b>2.414.728</b>	<b>35.511.364</b>	<b>-330.020</b>	<b>1.985.666</b>	<b>61.922.402</b>
Resultado Integral							19.028.069		506.544	19.534.613
Aumento de Capital	109.166			109.166						218.332
Transferência do Resultado de 2008								1.985.666	-1.985.666	0
Dividendos de 2008								-1.418.748		-1.418.748
Transferência de Reservas Afectas a Acções Próprias					-3.064.277					-3.064.277
Realização dos Excedentes de Revalorização						-1.583.110		4.647.387		3.064.277
Aplicação de Resultados					99.283			-99.283		-0
Aquisição Acções Próprias		-630.663	-1.047.605		1.678.267			-1.678.267		-1.678.268
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>13.750.000</b>	<b>-1.119.048</b>	<b>-1.945.230</b>	<b>8.236.204</b>	<b>672.075</b>	<b>831.618</b>	<b>54.539.433</b>	<b>3.106.735</b>	<b>506.544</b>	<b>78.578.333</b>
Resultado Integral							3.170.284		3.104.970	6.275.254
Redução de Capital (Nota 11)	-750.000	19.612	31.562	-750.000				-1.136.268		-2.585.094
Transferência do Resultado de 2009								506.544	-506.544	0
Constituição Reservas					25.327			-25.327		0
Alienação de Participação Financeira (Nota 13)							-965.677	965.677		0
OPV		1.190.453	1.915.826					-3.111.941		-5.662
Aquisição Acções Próprias (Nota 12)		-158.707	-111.093							-269.800
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>13.000.000</b>	<b>-67.690</b>	<b>-108.934</b>	<b>7.486.204</b>	<b>697.403</b>	<b>831.618</b>	<b>56.744.040</b>	<b>305.420</b>	<b>3.104.970</b>	<b>81.993.029</b>

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

# 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## DEMONSTRAÇÃO RENDIMENTO INTEGRAL

Demonstração do Resultado Integral	Notas	Dez-10	Dez-09
<b>Resultado Líquido</b>		3.104.970	506.544
Revalorização de Investimentos Financeiros em Subsidiárias	12	3.170.284	19.028.069
<b>Resultado Integral</b>		6.275.254	19.534.613
<i>(Unidade Monetária - Euro)</i>			

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

# 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa (Método Directo)	Notas	Dez-10	Dez-09
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de Clientes		942.729	1.035.072
Pagamentos a Fornecedores		-2.605.498	-1.885.426
Pagamentos ao Pessoal		-330.231	-1.042.323
Fluxos Gerado pelas Operações		<b>-1.993.000</b>	<b>-1.892.677</b>
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento		-81.811	-166.241
Outros Pagamentos relativos à Actividade Operacional		-1.095.594	-1.248.583
Fluxos Gerados nas rubricas operacionais		-3.170.405	-3.307.501
<b>Fluxos das Actividades Operacionais (1)</b>		<b>-3.170.405</b>	<b>-3.307.501</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Investimentos em empresas do grupo		9.250.000	
Juros e Proventos Similares		218.072	1.568.845
Dividendos		1.515.500	0
		<b>10.983.572</b>	<b>1.568.845</b>
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Investimentos Financeiros		-425.329	-29.800
		<b>-425.329</b>	<b>-29.800</b>
<b>Fluxos das Actividades de Investimentos (2)</b>		<b>10.558.242</b>	<b>1.539.045</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos		26.592.628	12.020.451
Venda de Acções Próprias		11.905	218.332
Aumentos de Capital, prestações suplementares e prémios de emissão		0	0
		<b>26.604.533</b>	<b>12.238.783</b>
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos		-26.798.269	-8.377.874
Amortizações de Contratos de Locação Financeira		-3.097	-426.654
Juros e Custos Similares		-780.499	0
Redução de Capital		-1.500.000	0
Aquisição de Acções Próprias		-269.800	-1.678.267
Dividendos		-1.136.268	-1.496.962
		<b>-30.487.932</b>	<b>-11.979.757</b>
<b>Fluxos de Actividades de Financiamento (3)</b>		<b>-3.883.399</b>	<b>259.026</b>
<b>Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)</b>		<b>3.504.439</b>	<b>-1.509.431</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no Inicio do Período</b>		<b>128.580</b>	<b>1.638.011</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período</b>	<b>10</b>	<b>3.633.019</b>	<b>128.580</b>

(Unidade monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

*(Todos os valores são expressos em euros, salvo expressamente indicado)*

## ▪ Nota Introdutória

- A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. (“Sociedade” ou “SCOA”) foi fundada em 1886 por Rui d'Orey sob o nome de Rui d'Orey & Cia. e tem por objecto social o comércio de comissões e consignações e qualquer outro ramo de comércio ou indústria que, por deliberação do Conselho de Administração, resolva explorar e lhe não seja vedado por lei.
- Adicionalmente a SCOA também presta serviços de gestão de imóveis.
- Actualmente a SCOA é a holding de um Grupo de sociedades que actuam em Portugal, em Espanha, em Angola e no Brasil em três actividades diferentes:
  - Navegação (Agentes de Navegação, Transitários, Consignação, Operações Portuárias);
  - Representações técnicas em diferentes áreas (Equipamentos navais e segurança no mar, Petroquímica, Monitorização e controlo, Águas e saneamento e Combate a Incêndios);
  - Área Financeira (Gestão de Patrimónios e de Fundos de Investimento).
- A SCOA é uma sociedade de direito português com sede na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº 17 6º A no Ed. Amoreiras Square.
- Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 31 de Março 2011.
- Nos termos do artº 68 do CSC, a

Assembleia Geral de Accionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

## ▪ 1. Políticas Contabilísticas

### ▪ Bases de Apresentação

- As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte dessas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) quer as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC), desde que e na versão em que tenham sido publicadas sob a forma de regulamento da Comissão Europeia, no jornal oficial das Comunidades Europeias (tal como previsto no artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho). Estas normas e interpretações serão, de ora em diante, designadas genericamente por “IAS/IFRS”.

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## ▪ Critérios de Reconhecimento e Mensuração

### *Rédito e Especialização de Exercícios*

- Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização.
- Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são ainda reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.
- Os gastos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.
- Os gastos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as

receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de “Diferimentos”.

### *Activos Fixos Tangíveis*

- Nos termos da IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis, os activos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade, são contabilisticamente relevados ao custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.
- Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.
- A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem.
- As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo, com a vida útil estimada dos bens, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados. A vida útil estimada da generalidade dos activos incluídos nas várias rubricas é a seguinte:

	Anos de vida útil
Equipamento Básico	4
Equipamento Transporte	4
Ferramentas e Utensílios	3-4
Equipamento Administrativo	4-8
Outras Imobilizações Corpóreas	4-8

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## *Propriedades de Investimento*

- As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital. Estes activos encontram-se valorizados ao justo valor e não são amortizados. As propriedades de investimento foram sujeitas a avaliação independente por parte da CPU Consultores de Avaliação, Lda com referência à data de 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009.
- As avaliações foram efectuadas ao valor de mercado, entendendo-se por Valor de Mercado, ou “Presumível Valor de Transacção em Mercado Aberto” (“Open Market Value”), como “a estimativa do montante mais provável em termos monetários pelo qual, à data de avaliação, a propriedade poderá ser trocada num mercado livre aberto e competitivo e após adequada exposição, que reúna todas as condições para uma venda normal entre um vendedor e um comprador que actuem de livre vontade, com prudência, plena informação e interesse equivalente e assumindo que o preço não é afectado por estímulos específicos ou indevidos”.
- Na determinação dos valores dos imóveis foi considerado o facto de os edifícios onde as fracções avaliadas estão inseridas se encontrarem em propriedade horizontal. As áreas consideradas neste estudo foram as mesmas que as consideradas em estudos anteriores. Foi determinado o Valor de Mercado dos imóveis, considerando que este deverá traduzir o máximo e melhor uso de cada uma das propriedades. Foi considerado

que os imóveis se encontram livres de quaisquer ónus ou encargos. Importa ainda realçar que neste processo de reavaliação não são tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios exercidos nos imóveis, sendo estes avaliados tal como se encontram e com os seus usos actuais.

- O valor financeiro foi determinado tendo por base as rendas mensais actuais.
- Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.
- Apenas o imóvel da rua dos Remolares sofreu obras de beneficiação a nível interior e exterior.

## *Outros Activos Intangíveis*

- Um activo intangível é um activo não monetário identificável sem substância física.

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

- Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sociedade, sejam controláveis por esta e se possa medir razoavelmente o seu valor.

## *Impostos sobre o rendimento*

- A SCOA e a generalidade das suas empresas subsidiárias sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, incrementada em 1,5% pela derrama, que resulta numa taxa de imposto agregada de 26,5%. A tributação da Sociedade em sede de IRC e da maioria das suas subsidiárias portuguesas é efectuada conjuntamente, no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades.
- O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis, de acordo com as taxas e leis fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.
- Desde o exercício de 2002, o Grupo contabiliza, para além dos impostos correntes, os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, entre as quantias escrituradas dos activos e passivos e a sua base fiscal (quantia atribuída a esses

activos e passivos para efeitos fiscais).

- Conforme previsto no IAS 12 – “Impostos sobre o Rendimento”, são reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis, excepto quando associadas ao goodwill ou quando resultem do reconhecimento inicial de activos e passivos que não sejam concentrações de actividades empresariais e que, no momento da transacção, não afectem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal). Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que existe uma segurança razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais poderão ser utilizadas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais reportáveis.
- Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados com base nas taxas e leis fiscais que se espera que estejam em vigor quando o activo for realizado/ passivo for liquidado, isto é a data em que os impostos serão revertidos
- Os gastos (rendimentos) de impostos sobre o rendimento são relevados como resultados do exercício, excepto se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados directamente em rubricas do capital próprio, no mesmo ou num diferente período, caso em que o imposto é também relevado no capital próprio.

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## *Responsabilidades por Benefícios de Reforma*

▪ A Sociedade assumiu o compromisso de conceder aos seus colaboradores admitidos até 1980, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituído para o efeito um fundo de pensões autónomo. Cobrindo a diferença entre 80% do último salário como trabalhador activo e o valor pago pela Segurança Social a título de reforma.

▪ A fim de estimar as suas responsabilidades com os complementos de reforma, a Sociedade obtém, anualmente, estudos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, de acordo com o método denominado por “Projected Unit Credit” e pressupostos e bases técnicas e actuariais internacionalmente aceites.

▪ A Sociedade adoptou o modelo do corredor, conforme preconizado no IAS 19.

## *Imparidade*

▪ Na generalidade dos activos não correntes de valor significativo é efectuada uma avaliação de imparidade à data do Balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indicie que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. No âmbito destas avaliações de imparidade, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a

identificar e determinar a extensão de eventuais perdas de imparidade.

▪ Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda de imparidade, registada na Demonstração dos Resultados.

## *Provisões*

▪ Uma provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

▪ As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

## *Investimentos financeiros em empresas do grupo*

▪ Os investimentos em empresas do grupo são reconhecidos / desreconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à posse, independentemente da data de liquidação financeira.

▪ Os investimentos em empresas do grupo são inicialmente mensurados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transacção.



# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

- O reconhecimento subsequente destes investimentos é efectuado ao justo valor. São efectuadas avaliações independentes que determinam o justo valor que altera o valor do investimento financeiro por contrapartida de reservas, se o justo valor for superior ao valor contabilizado.
- *Activos e passivos financeiros*
- Activos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se constitui parte na respectiva relação contratual.
- Contas a receber
  - As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo custo amortizado e apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma reflectir o seu valor realizável líquido.
  - As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Sociedade tem em consideração informação de mercado que demonstre que:
    - a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
    - se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
    - se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.
- As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.
- Caixa e Bancos
  - Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e bancos correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.
- Instrumentos de Capital
  - Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprios são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo, após dedução dos passivos.

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

—Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

## ▪ Financiamentos

—Os financiamentos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respectivo justo valor nessa data.

—Subsequentemente, financiamentos correntes são mensurados ao justo valor, na data de reconhecimento, visto que as diferenças destas valorizações para a valorização segundo o custo amortizado não são materiais.

—Os financiamentos não correntes são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva.

## ▪ Contas a Pagar

—As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal e não vencem juros.

## ▪ Acções próprias

—As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas decorrentes da alienação de acções próprias são registados em “outras reservas”.

## ▪ Instrumentos Derivados

▪ A Sociedade recorre a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar a cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

▪ Em situações específicas, a Sociedade pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efectuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

▪ Os instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos (fundamentalmente opções cambiais), são inicialmente registados pelo seu custo, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor. As variações afectam directamente as rubricas de “Rendimentos e Ganhos financeiros” e “Gastos e Perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados.



# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## ▪ *Activos e Passivos Contingentes*

- Os passivos contingentes são reconhecidos, quando a possibilidade de uma saída de fundos no futuro seja certa ou provável, sendo objecto de divulgação, quando esta ocorrência seja possível.
- Um activo contingente é um provável activo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

## *Eventos Subsequentes*

- Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre situações existentes à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras separadas.
- Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras separadas.

## ▪ **2. Alterações de políticas, estimativas e erros**

### *Alterações de políticas*

- Com excepção das alterações decorrentes das emendas às normas que o Grupo já adoptava, durante o exercício de 2010 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada para efeitos comparativos.
- Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), foram adoptadas as seguintes normas e interpretações com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2010, embora sem qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Grupo:

– IFRS 3 (Revista) –  
Concentrações de actividades empresariais. - Esta revisão vem trazer alterações significativas ao nível da mensuração e reconhecimento das concentrações de actividades empresariais efectuadas em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009, nomeadamente no que diz respeito:

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

- (a) à determinação do Goodwill implícito numa concentração
- (b) à mensuração dos interesses que não controlam (anteriormente designados interesses minoritários);
- (c) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes;
- (d) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e

–IAS 39 (Emenda) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.

- Finalmente, não foram adoptadas as disposições das normas e interpretações cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos futuros e que são as seguintes:

- Já endossadas pela UE:

–IAS 24 (Revista) – Transacções com partes relacionadas

–IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de Capital Próprio

- Ainda não endossadas pela UE:

–IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros) Esta emissão insere-se num projecto faseado de revisão e substituição gradual da IAS 39, com o objectivo de reduzir a complexidade da sua aplicação. As principais alterações são as seguintes:

Ao nível da classificação e mensuração:

- são reduzidas as categorias de activos financeiros;
- são eliminados os requisitos de separação de derivados embutidos;
- são eliminadas as restrições de reclassificação.

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

A classificação de activos passa a seguir o modelo de negócio onde se enquadram os activos, tendo também em conta as características dos instrumentos;

As diferenças de justo valor em instrumentos de capital próprio considerados estratégicos passam a ser reconhecidas em reservas, sem passagem por resultados, mesmo em situações de imparidade ou venda.

- Outras emendas às IFRS – melhoramentos de 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas. A União Europeia ainda não endossou estas emendas.
- Da aplicação das normas acima descritas (normas que não foram adoptadas e cuja aplicação é obrigatória apenas em exercícios futuros), não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo.

## *Alteração de estimativas e erros*

- Os efeitos das alterações das estimativas são reconhecidos de forma prospectiva.

- O efeito das alterações dos erros são reconhecidos de forma retrospectiva.

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## ▪ **3. Julgamentos, Estimativas e Pressupostos**

- A preparação das demonstrações financeiras separadas do Grupo obriga a Administração a proceder a julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam os valores reportados de rendimentos, gastos, activos, passivos e divulgações. Contudo, a incerteza em volta das estimativas e pressupostos podem resultar em ajustamentos futuros susceptíveis de afectarem os activos e passivos futuros. As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras separadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas.

### *Estimativas*

- Na preparação das demonstrações financeiras anexas a Administração baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.
- As estimativas contabilísticas mais significativas, reflectidas nas demonstrações financeiras separadas do exercício, incluem:

–Revalorização dos activos fixos tangíveis e das propriedades de investimento

–Revalorização dos investimentos das empresas do grupo

### *Pressupostos*

–Benefícios de reforma

–Impostos diferidos activos

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## ▪ 4. Activos Fixos Tangíveis

- Até Dezembro de 2010, o movimento ocorrido nas rubricas de activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, foi o seguinte:

Activo Bruto	Saldo Inicial 31-12-2009	Revalorizações	Aumentos	Transferencia	Abates	Saldo Final 31-12-2010
Terreno e Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0
Edifícios e o construções	0	0	0	0	0	0
Equipamento Básico	207.227	0	0	0	0	207.227
Equipamento Transporte	34.200	0	149.149	0	-34.200	149.149
Ferramentas e Utensílios	1.727	0	0	0	-1.727	0
Equipamento Administrativo	237.369	0	35.266	0	0	272.635
Outras Imobilizações Corpóreas	16.722	0	0	0	0	16.722
Imobilizações em Curso	107.300	0	0	0	0	107.300
	<b>604.545</b>	<b>0</b>	<b>184.415</b>	<b>0</b>	<b>-35.927</b>	<b>753.033</b>

Depreciações e Perdas de imparidade acumuladas	Saldo Inicial 31-12-2009	Revalorizações	Aumentos	Transferencia	Abates	Saldo Final 31-12-2010
Terreno e Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0
Edifícios e o construções	0	0	0	0	0	0
Equipamento Básico	184.474	0	885	0	0	185.359
Equipamento Transporte	25.650	0	59.038	0	-25.650	59.038
Ferramentas e Utensílios	1.727	0	0	0	-1.727	0
Equipamento Administrativo	158.547	0	30.872	0	0	189.419
Outras Imobilizações Corpóreas	12.957	0	1.047	0	0	14.004
	<b>383.356</b>	<b>0</b>	<b>91.843</b>	<b>0</b>	<b>-27.377</b>	<b>447.823</b>
Valor Líquido	<b>221.189</b>	<b>0</b>	<b>92.571</b>	<b>0</b>	<b>-8.550</b>	<b>305.210</b>

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## 5. Propriedades de Investimento

- Os imóveis da SCOA situados na Rua dos Remolares e em Alcântara, estão hipotecados ao Banco Espírito Santo, como garantia do financiamento de médio-longo prazo, contraído em 2008. Este financiamento, efectuado no Banco Espírito Santo, tem um valor actual de 5.416.667 de Euros.

### I - Quadro Evolução

Propriedades	Saldo Inicial em 31-12-2009	Aquisições	Dispêndios Subsequentes	Ajust. Justo valor Ganhos e Perdas Líquidos	Alienações	Saldo Final em 31-12-2010
Rua dos Remolares, 12 a 18 - Lisboa	1.598.000			148.000		1.746.000
Rua Luisa Holstein, 20/ Rua Maria Isabel Saint-Léger, Alcântara	2.691.000			45.000		2.736.000
Rua do Patrocínio, 63 - 3ªB Lisboa	90.000			-		90.000
	<b>4.379.000</b>	-	-	<b>193.000</b>	-	<b>4.572.000</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- A forma de determinação do justo valor foi a seguinte:

Imóvel	Valor Financeiro (Áreas Arrendadas)	Valor de Mercado do Imóvel considerado Livre e Disponível	Valor Base de Negociação da venda ao Inquilino	Valor do Imóvel tal como se encontra
Rua do Patrocínio, 63 - 3ªB - Lisboa	13.600	168.000	90.000	90.000
Rua Luisa Holstein, 20 / Rua Maria Santa Isabel Saint-Léger, 5, Alcântara - Lisboa	1.972.000	2.736.000	0	2.736.000
Rua dos Remolares, 12 a 18 - Lisboa	1.255.000	1.910.000	1.746.000	1.746.000
<b>Total</b>	<b>3.240.600</b>	<b>4.814.000</b>	<b>1.836.000</b>	<b>4.572.000</b>

- Os pressupostos utilizado na determinação do valor financeiro são os seguintes:

Propriedades de Investimento	Pressuposto Valor Unitário / m2	Pressuposto Valor arrendamento / m2	Área Bruta Total m2	Valor das rendas/m2	Valor total da renda	Rendibilidade
Rua dos Remolares, 12 a 18 - Lisboa	2.300€/m2	4,5 - 20,0 €/m2	1.375	2,76€/m2 ; 3,54€/m2 ; 8,34€ - 9€/m2 ; 18,75€/m2	6271,51€	5,5% - 9,5%
Rua Luisa Holstein, 20/ Rua Maria Isabel Saint-Léger, Alcântara	2.000 - 2720€/m2	5,5 - 10,5€/m2	2.134	0	0	8,0% - 9,5%
Rua do Patrocínio, 63 - 3ªB Lisboa	800 - 975€/m2	11,5 - 12,0€/m2	70	0	0	4,5% - 5,5%

### II – Quantias reconhecidas nos resultados

- Durante o ano não foram incorridas despesas com a reparação e manutenção dos edifícios.

Propriedades	31-12-2010	31-12-2009
Rua dos Remolares, 12 a 18 - Lisboa	258	258
Rua Luisa Holstein, 20/ Rua Maria Isabel Saint-Léger, Alcântara	115.601	111.339
Rua do Patrocínio, 63 - 3ªB Lisboa	610	609
	<b>116.469</b>	<b>112.206</b>

(Unidade Monetária - Euro)

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## 6. Investimentos Financeiros em Empresas do Grupo

- O detalhe da rubrica de investimentos financeiros em empresas do grupo, a 31 de Dezembro de 2010, é o seguinte:

Participações Directas	Saldo Inicial 31-12-2009	Aumentos/Diminuição de Participação	Outras Correções de Capitais Próprios	Variações para o Justo Valor	Saldo Final 31-12-2010
Orey Financial IFIC SA	39.886.000	0	0	-2.915.000	36.971.000
OA Agencies- Navegação e Trânsitos SA	15.726.000	-15.726.000	0	0	0
OA Technical Representations SA	6.538.000	0	0	-395.000	6.143.000
Orey Safety and Naval	0	50.000	0	0	50.000
Orey Ind Representations	0	50.000	0	0	50.000
OA International BV	17.706.000	0	0	6.382.000	24.088.000
OP Incrível SGPS SA	0	260.133	0	0	260.133
Orey (Angola) Comércio e Serviços Lda	2.686.000	0	0	-1.346.000	1.340.000
Orey Serviços e Organização SA	59.762	75.000	0	321.650	456.412
Orey Gestão Imobiliária SA	205.362	0	548.733	148.897	902.993
Horizon View	29.800	6.390.196	0	151.004	6.571.000
	<b>82.836.924</b>	<b>-8.900.671</b>	<b>548.733</b>	<b>2.347.551</b>	<b>76.832.538</b>

- A Sociedade vendeu a OA Agencies – Navegação e Trânsitos SA à sua participada Horizon View por Eur 16.000.000, tendo ficado com uma participação nesta de 91,78%.
- Em Outubro 2010 as duas empresas fundiram-se por incorporação da OA Agencies.
- Os pressupostos utilizados na avaliação ao justo valor foram os seguintes:

Pressupostos	Agemasa	Orey Financial IFIC	Orey Financial Brasil	Contrafogo	Horizon View	OCN	Storkship
Método utilizado	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados	Método patrimonial (2)	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados
Base utilizada	Business Plan 2011-2015	Business Plan 2011-2015	Business Plan 2011-2015	Business Plan 2011-2015	Business Plan 2011-2015	Business Plan 2011-2015	Business Plan 2011-2015
Taxas de crescimento dos cash flows de 2016 - 2020	2,50%	2,50%	5%	5%		2,50%	7,50%
Taxas de crescimento dos cash flows a partir de 2020	1%, 2%, 3%	1%, 2%, 3%	1%, 2%, 3%	1%, 2%, 3%		1%, 2%, 3%	1%, 2%, 3%
Probabilidade de sucesso do business plan (1)	75%, 15%, 10%	75%, 15%, 10%	75%, 15%, 10%	80%, 10%, 10%		75%, 15%, 10%	75%, 15%, 10%
Taxa de desconto utilizada	4,50%	9,90%	16,70%	12,20%		9,06%	10,50%
Valor residual não ajustado por sensibilidade	[ 9.905.000 ; 7.510.000 ] [ 44.362.000 ; 45.041.000 ]	[ 6.889.000 ; 6.963.000 ]	[ 2.342.000 ; 2.379.000 ]	[ 9.029.000 ; 9.215.000 ] [ 10.113.000 ; 10.221.000 ]		[ 951.000 ; 963.000 ]	
Valor residual ajustado por sensibilidade do plano de negócio	[ 5.268.000 ; 5.767.000 ] [ 36.617.000 ; 37.128.000 ]	[ 5.731.000 ; 5.792.000 ]	[ 2.018.000 ; 2.050.000 ]	[ 6.496.000 ; 6.649.000 ]		[ 8.614.000 ; 8.703.000 ]	[ 830.000 ; 840.000 ]
Valor residual ajustado por sensibilidade à taxa de desconto:							
WACC +1 p.p.	4.743.000	35.730.000	5.484.000	1.909.000	5.926.000	8.308.000	798.000
WACC -1 p.p.	6.383.000	38.282.000	6.039.000	2.171.000	7.258.000	9.032.000	873.000
WACC +2 p.p.	4.075.000	34.613.000	5.238.000	1.795.000	5.342.000	7.992.000	765.000
WACC -2 p.p.	7.391.000	39.744.000	6.353.000	2.320.000	8.019.000	9.446.000	916.000

(1) As probabilidades correspondem consecutivamente à probabilidade de pleno sucesso do business plan, probabilidade de atingimento de 50% do business plan e probabilidade de insucesso do business plan.

(2) Para avaliar a sub-holding responsável pelo negócio de navegação e transportes em Portugal, foi considerado o método de avaliação patrimonial, resultando o seu valor no valor contabilístico após uma reavaliação dos seus principais activos.

O principal activo da Horizon View é o valor de investimentos financeiros onde estão contabilizadas as participações nas sociedades: Atlantic - Lusofrete, CMA-CGM, OCN, Storkship e Mendes e Fernandes.

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## 7. Activos e passivos por Impostos Diferidos

- O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, de acordo com as diferenças temporárias que o geraram é o seguinte:

Activos por Impostos Diferidos	Saldo em 31-12-2009	Origem	Reversão	Saldo em 31-12-2010
Prejuízos Fiscais Reportáveis	574.675	204.123	0	778.798
Aumento de Capital	13.555	0	0	13.555
<b>Total</b>	<b>588.230</b>	<b>204.123</b>	<b>0</b>	<b>792.353</b>

Passivos por Impostos Diferidos	Saldo em 31-12-2009	Origem	Reversão	Saldo em 31-12-2010
Variações Justo Valor	757.126	51.145	0	808.271
<b>Total</b>	<b>757.126</b>	<b>51.145</b>	<b>0</b>	<b>808.271</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- As variações de justo valor referem-se a variações de justo valor nas propriedades de investimento.

## 8. Contas a Receber – Clientes

- O detalhe desta rubrica em Dezembro de 2010 e Dezembro de 2009 era o seguinte:

Contas a Receber - Clientes	31-12-2010	31-12-2009
<b>Empresas do Grupo</b>	<b>694.953</b>	<b>515.466</b>
<b>Empresas não Grupo:</b>		
Valor Bruto	3.992	1.474
Perdas por Imparidade Acumuladas	(1.008)	(1.008)
<b>Total</b>	<b>697.937</b>	<b>515.932</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- O movimento ocorrido na imparidade é o seguinte:

Imparidade de Clientes	Saldo em 31/12/09	Reforço	Utilizações / Reversões	Saldo em 31/12/10
<b>Imparidades</b>				
- Devedores Cobrança Duvidosa	1.008	0	0	1.008
<b>Total</b>	<b>1.008</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.008</b>

(Unidade Monetária - Euro)

## 9. Contas a Receber – Outras

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Contas a Receber - Outras	31-12-2010	31-12-2009
<b>Estado e Outros Entes Públicos</b>		
- IVA	365.446	183.011
- IRC:		
Imposto estimado	-146.036	-160.147
Pagamento especial por conta	298.176	228.176
Retenções	32.224	41.960
<b>Empréstimos Empresas Subsidiárias</b>	<b>24.316.502</b>	<b>8.663.880</b>
Outros Devedores	359.581	287.457
Acréscimo de Proveitos	18.947	0
<b>Total</b>	<b>25.244.840</b>	<b>9.244.337</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- A rubrica de empréstimos a empresas do grupo tem a seguinte composição:

Empresas do Grupo	31-12-2010	31-12-2009
<b>OA International BV</b>	<b>8.159.723</b>	<b>725.167</b>
OA Agencies	0	38.021
OA Technical	1.347.115	698.929
Orey Gestão Imobiliária SA	800.000	2.131.593
Orey Financial IFIC SA	3.400.000	0
Orey Serviços e Organização SA	75.000	660.965
Orey Shipping SL	5.279.205	4.329.205
OTNI	0	80.000
Oilwater	93.704	0
Horizon View	350.000	0
Orey Moçambique	105.177	0
Orey Financial Holdings (Brasil)	2.712.807	0
OP Incrível SGPS	1.903.771	0
Outras	90.000	0
<b>Total</b>	<b>24.316.502</b>	<b>8.663.880</b>

(Unidade Monetária - Euro)



# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## 10. Caixa e Bancos

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Caixa e bancos	31-12-2010	31-12-2009
Caixa	4.853	6.826
Depósitos à Ordem	378.166	121.754
<b>Total da caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>383.019</b>	<b>128.580</b>
Depósitos a Prazo	3.250.000	0
<b>Total de caixa e bancos</b>	<b>3.633.019</b>	<b>128.580</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- O depósito a prazo indicado foi constituído junto do Millennium BCP pelo prazo de uma ano encontrando-se a ser remunerado às taxas actuais de mercado, pelo que não deverá existir grande diferença face ao seu justo valor. Este depósito serve de garantia ao financiamento de médio/longo prazo de Eur 6.500.000 concedido à Horizon View (Nota 15).

## 11. Capital e Prémios de Emissão

- O capital a 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2010 representa-se em seguida, existiu uma redução de capital de 750.000€ durante o ano de 2010.

Participações Qualificadas	Quantidade	% do Capital Social	Valor
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey			
Directamente:	0	0,00%	0
Indirectamente:			
- Orey Inversiones Financieras, SL	4.270.000	32,85%	4.270.000
Ingulio-Mor Consultoria Económica e Financeira,	5.070.000	39,00%	5.070.000
- Através da Orey Gestão de Activos SGFIM, S.A.	204.969	1,58%	204.969
Referente a Carteira de Clientes de Gestão			
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>9.544.969</b>	<b>73,42%</b>	<b>9.544.969</b>
Jochen Michalski	370.044	2,85%	370.044
MCFA, SGPS, S.A.	275.000	2,12%	275.000
Invespri SGPS, S.A.	263.442	2,03%	263.442
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>908.486</b>	<b>6,99%</b>	<b>908.486</b>
Outros	2.546.545	19,59%	2.546.545
<b>TOTAL</b>	<b>13.000.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>13.000.000</b>

(Unidade Monetária - Euros)

- A redução de capital resultou da extinção de 1 em cada 17 acções existentes

(incluindo acções próprias) e abrangeu também a distribuição de resultados a accionistas, pelo montante de 0,09 por acção (com excepção de acções próprias).

- A decomposição dos prémios de emissão é a seguinte:

Rubrica	Ano	Nº Acções	Prémio Unitário	Sub-Total Prémio Emissão	Custos de Emissão	Impostos Diferidos	Total Prémio de Emissão
Aumento de Capital por subscrição de acções	2006	5.000.000	1	5.000.000	-233.725	64.274	4.830.550
Conversão VMOP's	2008	3.409.272	1	3.409.272	-115.086	2.303	3.296.489
Conversão VMOP's	2009	109.166	1	109.166	0	0	109.166
Redução de Capital	2010	-750.000	1	-750.000	0	0	-750.000
<b>Total</b>							<b>7.486.204</b>

(Unidade monetária - Euros)

## 12. Acções Próprias

- O movimento do ano de 2010 relativo a acções próprias é descrito no quadro seguinte. O detalhe é encontrado na parte 11 do relatório.

Acções Próprias	Quantidade	Custo médio	Valor Total
Devidas a 31/12/09 por:			
-SCOA	1.119.048	2,74	3.064.277
Adquiridas a 18/02/10 por:			
-SCOA	158.707	1,70	269.802
Redução de Capital (Nota 11)	-19.612	2,61	-51.174
OPV 31/07/10	-1.190.453	2,61	-3.106.279
Devidas a 31/12/10 por:			
-SCOA	67.690	2,61	176.626

(Unidade Monetária - Euro)

## 13. Reservas e resultados transitados

### Reservas

- Em 31 de Dezembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2010 o detalhe das reservas era o seguinte:

Reservas	31-12-2010	31-12-2009
Reservas Legais	697.403	672.076
Reservas de Valorização dos Investimentos Financeiros ao justo valor	56.744.040	54.539.433
Outras Reservas	831.618	831.618
<b>Total</b>	<b>58.273.061</b>	<b>56.043.127</b>

(Unidade Monetária - Euro)

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

- Estas reservas não se encontram disponíveis para efeitos de distribuição.
- As reservas legais, de acordo com o artigo 296 do Código das Sociedades Comerciais só podem ser utilizadas para:

–Cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;

–Cobrir parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;

–Incorporação no Capital

- A reserva de valorização dos investimentos Financeiros ao justo valor não é distribuível aos accionistas porque não se encontra realizada.
- As outras reservas referem-se a reservas efectuadas nas propriedades de investimento, ao abrigo de diplomas legais em datas anteriores à data de transição das IFRS. Só podendo ser utilizadas, depois de realizadas, para cobrir prejuízos até à data a que se reporta a reavaliação ou para incorporação no capital social na parte remanescente.

## Resultados Transitados

- Desta rubrica destaca-se variações de justo valor no montante de Eur 1.583.110 decorrentes da valorização das propriedades de investimento as quais só estarão disponíveis para distribuição depois de realizadas mediante a venda dos bens que lhe deram origem.
- O montante de Eur 965.677 referente à realização da reserva de revalorização dos investimentos financeiros ao justo valor, consequência da alienação de 8% da participação na Horizon View.

## 14. Provisões

- O movimento verificado na rubrica foi o seguinte:

Provisões	Saldo em 31/12/09	Reforço	Utilizações / Reversões	Saldo em 31/12/10
Provisões	8.635	137.429	-6.064	140.000
<b>Total</b>	<b>8.635</b>	<b>137.429</b>	<b>-6.064</b>	<b>140.000</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- A rubrica de Provisões sofreu um acréscimo significativo no decorrer do exercício de 2010 em função do reconhecimento de uma provável contingência fiscal, referente aos exercícios de 2001 a 2003.
- Apesar de já teoricamente prescritos estes exercícios foram inspeccionados em anos anteriores e o processo encontra-se agora no âmbito do Tribunal Administrativo e Fiscal, o que levou ao reconhecimento desta provisão nas contas da sociedade.

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## 15. Empréstimos e Descobertos Bancários

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 esta rubrica tem a seguinte composição

Financiamentos e Descobertos Bancários		
Passivo Não Corrente	31-12-2010	31-12-2009
Banco Espírito Santo	4.333.331	5.416.666
<b>Total</b>	<b>4.333.331</b>	<b>5.416.666</b>
Passivo Corrente	31-12-2010	31-12-2009
Fortis Bank	0	1.673.187
Banco Espírito Santo	3.476.516	3.414.586
Caixa Geral de Depósitos	1.000.000	1.000.000
Banco Santander Totta	1.000.000	2.000.000
Banco Comercial Português	0	1.678.905
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	2.500.000	1.004.173
Banco Português de Negócios	1.000.016	718.192
Caja Duero	500.000	500.000
Banco Popular	1.000.000	0
<b>Total</b>	<b>10.476.532</b>	<b>11.989.043</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- As condições de financiamento para os principais empréstimos são as seguintes:

Banco	Forma	Valor Aprovado	Montante em dívida	Taxa de Juro	Taxa de Juro Nominal	Taxa de Juro Efectiva
<b>Passivos não correntes</b>						
Banco Espírito Santo	-Médio/Longo Prazo	6.500.000	5.416.667	Euribor 3M + Spread 3,5%	3,25%	3,37%
<b>Passivos Correntes</b>						
Banco Espírito Santo	-Descoberto Autorizado	2.500.000	2.393.181	Euribor 3M + Spread 3,5%		
Caixa Geral de Depósitos	-Curto Prazo	1.000.000	1.000.000	Euribor 3M + Spread 4%		
Banco Santander Totta	- Conta Corrente Caucionada	3.000.000	1.000.000	Euribor 3M + Spread 3,5%		
Banco Bilbao Vizcaya e Argentaria	- Conta Corrente Caucionada	2.500.000	2.500.000	Euribor 3M + Spread 2,5%		

(Valores em Euros)

- A Sociedade contraiu em 2010 um empréstimo por obrigações .
- Este empréstimo por obrigações é passível do seguinte detalhe:

	Limite de Emissão	Montante Utilizado	Valor Contabilístico
Empréstimo por Obrigações Orey Best / 2010-2018	30.000.000	13.000.000	12.616.425

(Unidade Monetária - Euro)

- A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2010 para este empréstimo por obrigações era de 5,50%.

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## 16. Responsabilidades por Benefícios de Reforma

- As responsabilidades por benefícios de reforma referentes em 2010 e 2009 são:

Responsabilidade por benefícios de reforma	31-12-2010	31-12-2009
Responsabilidades	610.735	820.270
Contribuições pagas no ano	-327.185	-276.714
Acréscimo responsabilidade no ano	19.732	24.081
<b>Subtotal</b>	<b>303.282</b>	<b>567.637</b>
Ganhos e perdas actuariais diferidos	-148.714	-105.616
<b>Total</b>	<b>154.568</b>	<b>462.021</b>
(Unidade monetária - Euros)		

- O valor do fundo de pensões em 2010 é o seguinte:

Valor do fundo de pensões	31-12-2010	31-12-2009
Saldo Inicial	1.148.396	927.288
Contribuições	327.185	276.714
Retorno real dos activos	-64.871	50.014
Benefícios e prémios pagos pelo fundo	-117.514	-105.620
<b>Total</b>	<b>1.293.196</b>	<b>1.148.396</b>
(Unidade monetária - Euros)		

- A responsabilidade e valor dos activos do fundo encontra-se detalhado em seguida:

Responsabilidade e Valor dos activos do fundo	31-12-2010	31-12-2009
Valor das responsabilidades	1.511.622	1.716.033
Valor do fundo	1.293.196	1.148.396
<b>Déficit</b>	<b>218.426</b>	<b>567.637</b>
(Unidade monetária - Euros)		

- Os activos do fundo de pensão são decompostos da seguinte forma:

Activos do fundo	31-12-2010
Obrigações	930.019
Acções	233.696
Depósitos à ordem	319.590
Outros	2.289
Responsabilidades	-192.398
<b>Total</b>	<b>1.293.196</b>
(Unidade monetária - Euros)	

- Os pressupostos e bases técnicas actuariais do fundo é o seguinte:

Pressupostos e bases técnicas actuariais	2010	2009
<b>Pressupostos financeiros</b>		
Taxa técnica actuarial	4,5%	4,5%
Taxa anual do rendimento do fundo	4,5%	5,0%
Taxa anual do crescimento salarial	2,5%	3,0%
Taxa anual do crescimento das pensões	1,0%	1,0%
<b>Pressupostos demográficos</b>		
Idade normal de reforma	65 anos	65 anos
Tábua de mortalidade homens	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de mortalidade mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	SR	SR

## 17. Passivos por Locações Financeiras

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Passivos por locação financeira	31-12-2010		31-12-2009	
	Passivo Corrente	Passivo não corrente	Passivo Corrente	Passivo não corrente
Equipamento de Transporte	29.422	92.166	0	0
<b>Total</b>	<b>29.422</b>	<b>92.166</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
(Unidade Monetária - Euro)				
Tipo de Activo	Futuros Pagamentos	Não mais de 1 ano	Mais de um ano e não mais de 5 anos	Mais de 5 anos
Equipamento de Transporte	121.588	29.422	92.166	0
<b>Total</b>	<b>121.588</b>	<b>29.422</b>	<b>92.166</b>	<b>0</b>
(Unidade Monetária - Euro)				

## 18. Conta a Pagar Fornecedores

Contas a Pagar - Fornecedores	31-12-2010	31-12-2009
Empresas do Grupo	275.215	59.808
Empresas do fora do Grupo	69.547	105.990
<b>Total</b>	<b>344.762</b>	<b>165.798</b>
(Unidade monetária - Euro)		

## 19. Contas a Pagar Outras e Diferimentos

### Contas a pagar

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Contas a Pagar - Outras	31-12-2010	31-12-2009
Impostos	18.133	14.927
Accionistas	35.486	41.963
Outros Credores	1.034.289	379.306
Acréscimos de Custos	327.114	239.056
<b>Total</b>	<b>1.415.022</b>	<b>675.252</b>
(Unidade monetária - Euro)		

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## Diferimentos

- Esta rubrica enquadra as rendas a reconhecer referentes às propriedades de investimento detidas pela Sociedade.

## 20. Ganhos/ Perdas em Empresas do Grupo

Ganhos em empresas do grupo	31-12-2010	31-12-2009
<b>Dividendos</b>		
OA International BV	2.886.877	1.770.000
Orey Financial IFIC SA	3.400.000	0
OA Technical Representations, SA	150.000	525.000
<b>Total</b>	<b>6.436.877</b>	<b>2.295.000</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- Os dividendos são reconhecidos em proveitos na data da sua apropriação.

## 21. Outros Proveitos Operacionais

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros Proveitos Operacionais	31-12-2010	31-12-2009
<b>Proveitos Suplementares</b>	<b>386.180</b>	<b>82.986</b>
Ganhos em Imobilizações	0	21.797
Ganhos em Instrumentos Financeiros	156.100	0
Rendas de Propriedades de Investimento	116.469	112.206
Variações Justo Valor Propriedades de Investimento	193.000	0
Outros	20.134	121.702
<b>Total</b>	<b>871.883</b>	<b>338.691</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- A rubrica de Proveitos Suplementares respeita essencialmente:

- à refacturação de verbas suportadas pela Sociedade no âmbito da actividade operacional às restantes sociedades do Grupo Orey – Eur 200.000;
- à refacturação da cedência de pessoal em função da estrutura de administração ser horizontal à maioria das sociedades do Grupo – Eur 100.000.

## 22. Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	31-12-2010	31-12-2009
Subcontratos	0	34.043
Trabalhos especializados	1.123.032	671.576
Vigilância e Segurança	30.545	22.789
Honorários	70.716	63.005
Conservação e reparação	107.109	87.528
Ferramentas	1.230	0
Livros e documentação técnica	469	403
Material de escritório	1.816	2.635
Electricidade	29.273	29.932
Combustíveis	11.478	11.566
Água	1.736	3.177
Deslocações e estadas	204.611	259.383
Rendas e alugueres	463.051	235.256
Comunicação	40.472	51.813
Seguros	7.516	13.621
Contencioso e notariado	3.398	4.139
Despesas de representação	95.717	81.700
Limpeza, higiene	22.458	17.664
Outros serviços	60.592	52.955
Artigos para oferta	0	379
<b>Total</b>	<b>2.275.218</b>	<b>1.643.564</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- A variação ocorrida na rubrica de trabalhos especializados deveu-se essencialmente à facturação no montante de Eur 532.000 efectuada pela Orey Capital Partners com quem existe um contrato de gestão.

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## 23. Pessoal

▪ Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica de custos com pessoal tem a seguinte composição:

Pessoal	31-12-2010	31-12-2009
Remunerações dos Órgãos Sociais	431.163	355.937
Remuneração do Pessoal	127.568	212.449
Prémios para Pensões	19.732	24.081
Indemnizações	124.941	0
Encargos sobre Remunerações	46.633	76.773
Seguros de Acidentes de Trabalho	12.888	16.721
Outros	91.224	82.341
<b>Total</b>	<b>854.148</b>	<b>768.303</b>

(Unidade Monetária - Euro)

▪ À data de 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Prémio para pensões” integrava os seguintes itens:

Prémios para pensões	31-12-2010
Custos serviços correntes	13.777
Custo dos juros	74.492
Retorno real dos activos	-55.585
Ganhos e perdas actuariais	-12.952
<b>Total</b>	<b>19.732</b>

▪ Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as remunerações pagas aos Órgãos Sociais da Sociedade respeitam exclusivamente a benefícios de curto prazo e foram as seguintes:

Remunerações auferidas pelo pessoal chave	Dez-10	Dez-09
Conselho de administração	262.332	641.743
Conselho fiscal	19.500	24.000

(Unidade Monetária - Euro)

## 24. Outros Gastos Operacionais

▪ Em 2010 e 2009 esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Outros Gastos Operacionais	31-12-2010	31-12-2009
Impostos	8.392	9.659
Gastos em Alienações de Activos Fixos Tangíveis	16.200	26.935
Outros	92.755	31.786
<b>Total</b>	<b>117.347</b>	<b>68.380</b>

(Unidade Monetária - Euro)

▪ Sendo que os “Outros” são:

Outros	31-12-2010	31-12-2009
Donativos	10.600	1.600
Quotizações	866	1.950
Insuficiência para Estimativa de Imposto	14.095	0
Correcções Relativas a Períodos Anteriores	0	21.714
Multas	1.101	5.407
Serviços Bancários	66.089	0
Outros	4	1.114
<b>Total</b>	<b>92.755</b>	<b>31.786</b>

(Unidade Monetária - Euro)

## 25. Resultados Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tem a seguinte composição:

Resultados Financeiros	31-12-2010	31-12-2009
<b>Rendimentos e Ganhos Financeiros</b>		
- Juros Obtidos	217.536	25.130
- Outros	0	3.606
<b>Total</b>	<b>217.536</b>	<b>28.736</b>
<b>Gastos e Perdas Financeiros</b>		
- Juros Suportados	-1.376.943	-583.827
- Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	-8.049	-826
- Outros	-16.058	-72.899
<b>Total</b>	<b>-1.401.050</b>	<b>-657.551</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-1.183.514</b>	<b>-628.815</b>

(Unidade Monetária - Euro)

▪ Os juros suportados respeitam aos financiamentos correntes e não correntes contraídos pela Sociedade (nota 15).

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## 26. (Gastos) | Rendimentos de Impostos

- O saldo apurado de rendimentos de impostos é decomposto do seguinte modo:

Rendimentos (gastos de impostos)	31-12-2010	31-12-2009
Imposto Corrente	-46.340	-31.550
Impostos Diferidos		
- Origem e reversão de diferenças temporárias (Nota 7)	152.978	207.632
<b>Total</b>	<b>106.638</b>	<b>176.082</b>

(Unidade Monetária - Euro)

—em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos fluxos de caixa associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;

## 27. Resultados por acção

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os resultados por acção têm a seguinte composição:

Rendimento por Acção	31-12-2010	31-12-2009
Resultado por acção básico	0,240	0,040
Resultado por acção diluído	0,240	0,040

(Unidade Monetária - Euro)

## 28. Gestão de riscos

### Riscos de Mercado

#### Risco de Taxa de Juro

- Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a Sociedade está exposta ao risco de taxa de juro do Euro.
- Considerando que:
  - a volatilidade nos resultados da Sociedade, não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;

- a contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado, a política da Sociedade relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das condições de mercado à real exposição da Sociedade, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados consolidados da Sociedade.

- Face ao exposto, a política da Sociedade relativa a este tema define a análise casuística de cada potencial operação, sendo que qualquer contratação de instrumentos derivados deve seguir os seguintes princípios:



# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

- os derivados não são utilizados com objectivos de *trading* ou fins especulativos;
- os derivados a contratar devem replicar exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito aos indexantes a utilizar, datas de refixação de taxa de juro e datas de pagamento de juro, e perfil de amortização da dívida subjacente;
- o custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente devem ser sempre conhecidos e limitado desde o início de contratação do derivado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado nos planos de negócios;
- Todas as operações devem ser objecto de leilão competitivo, com pelo menos duas instituições financeiras;
- Todas as operações têm como suporte contratual o standard de mercado (*ISDA- International Swaps and Derivatives Association*), com *schedules* negociados com cada uma das Instituições;
- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza um conjunto de métodos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente modelos de avaliação de opções e modelos de actualização de fluxos de caixa futuros com determinados pressupostos de mercado (taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc.) prevalentes à data de Balanço. Cotações comparativas fornecidas por instituições financeiras são também utilizadas como referencial de valorização;
- Todas as operações que não cumpram, na sua totalidade os princípios atrás estabelecidos, têm de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração.
- A análise de sensibilidade à taxa de juro baseia-se no seguinte pressuposto:
  - Alteração nas taxas de juro afectam os juros a pagar dos empréstimos e descobertos bancários com taxas de juro indexadas;
  - Tendo em conta o pressuposto descrito, era necessário que as taxas de juro tivessem sido 1,00 percentual superior, para que o resultado líquido consolidado fosse inferior em 10%, ou seja, se a taxa de juro tivesse sido superior em 1%, os resultados consolidados teriam sido 311 mil euros inferiores.
  - No que respeita ao empréstimo obrigacionista, a taxa de juro a pagar é a maior entre uma taxa de juro fixa de 5,5% e uma taxa de juro variável, indexada à Euribor 3M, acrescida de um spread de 2,5%. Em 2010, os juros foram pagos tendo como base a taxa de juro fixa, pois o indexante acrescido do spread é ainda bastante inferior. A sociedade pressupõe que em 2011, os juros deste empréstimo serão pagos ainda com a taxa de juro fixa.



# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## ▪ Risco de Taxa de Câmbio

▪ A Sociedade tem operações a nível internacional, tendo subsidiárias que operam em diferentes países, estando por isso exposta ao risco de taxa de câmbio. Como cada negócio opera em diferentes mercados, não está definida uma política uniforme, mas sim políticas individuais para cada negócio. A exposição da Sociedade ao risco da taxa de câmbio está presente a dois níveis: riscos de transacção e riscos de transposição.

▪ A Sociedade tem uma exposição de risco de transacção de taxa de câmbio decorrente de transacções comerciais limitado. Para exposições com algum risco de incerteza a Sociedade poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio.

▪ O aumento da exposição ao real brasileiro é devido ao investimento na Orey FIP I e a sociedade veículo.

▪ Dada a imaterialidade da exposição ao risco cambial em resultado dos activos e passivos transpostos a data d balanço não é apresentada análise de sensibilidade à variação da taxa de cambio.

▪ As taxas de câmbio utilizadas na translação dos activos e passivos para as contas consolidadas foram as seguintes:

Moeda	Câmbio	
	31-12-2010	31-12-2009
Real Brasileiro	0,45082	0,40106
Dolar Americano	0,74577	0,69080
Kwanza Angolano	0,00740	0,00717
Metical Moçambicano	0,02147	0,00000

(Unidade monetária - Euros)

## Risco de Crédito

▪ O risco de crédito, resulta maioritariamente

– dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a actividade operacional,

–do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua actividade, e

–do risco de incumprimento de contrapartes em operações de gestão de portfolio.

▪ Crédito sobre Clientes: A gestão de risco de crédito da Sociedade está estruturada nas necessidades próprias dos negócios que integram a Sociedade tendo, em constante consideração:

–as particularidades do perfil de clientes associados a cada um dos negócios;

–a determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco;

–uma regular monitorização das contas de cliente;

▪O estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;

–o recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

- Risco de Liquidez
- A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, a Sociedade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis:
  - cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e
  - garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.
- Para este efeito, a Sociedade pretende manter uma estrutura financeira flexível, pelo que o processo de gestão de liquidez no seio da Sociedade compreende os seguintes aspectos fundamentais:
  - Optimização da função financeira no seio da Sociedade;
  - Planeamento financeiro baseado em previsões de fluxos de caixa quer ao nível individual como consolidado, e para diferentes horizontes temporais;
  - Sistema de controlo financeiro no curto e no médio e longo prazo que permita, atempadamente identificar desvios, antecipar necessidades de financiamento e identificar oportunidades de refinanciamento;
  - Diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
  - Dispersão das maturidades de dívida emitida, visando evitar concentração excessiva, em determinados pontos no tempo, de amortizações de dívida.
- O acompanhamento regular pela Administração permite a implementação efectiva de uma política de agregação do risco ao nível da Sociedade assim como uma intervenção rápida, directa e centralizada.
- Em 15 de Outubro de 2004 foi aprovado, em reunião do Conselho de Administração da Sociedade, um Comité Financeiro denominado de ALCO (Asset-Liability Committee).
- O Comité Financeiro (Asset-Liability Committee) tem como objectivo assessorar o Conselho de Administração na gestão financeira da Sociedade, definindo e controlando a aplicação da política de financiamento da sua actividade e crescimento, incluindo o planeamento do balanço e dos fundos próprios. A OREY está exposta a uma diversidade de riscos financeiros relacionados com as suas operações dos quais se destacam os riscos de taxa de juro, riscos cambiais, riscos de liquidez e riscos de crédito. É da competência da área de Planeamento e Controlo de Gestão fornecer os elementos necessários à avaliação destes riscos, o que é feito em alguns casos numa base semanal (risco de liquidez, e risco de crédito), e outros numa base mensal (risco de taxa de juro e risco de câmbio).

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## ▪ 29. Activos e passivos contingentes

- A 31 de Dezembro de 2010, os compromissos financeiros que não figuram no balanço são os seguintes:

- Garantias bancárias a favor do estado EUR 916.674
- Garantias a favor de outras empresas EUR 1.244.219

- À data de 31 de Dezembro de 2010, existem contra a Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., um conjunto de processos fiscais em sede de IRC, sendo que alguns se encontrem em fase reclamação graciosa e os restantes em fase de impugnação judicial. O total do montante em causa no conjunto destes processos ascende a 915.541,62 milhares de Euros.

- A Administração da Sociedade, suportada pelos seus consultores jurídicos, considera como pouco provável que o desfecho destes litígios sejam desfavoráveis à Sociedade pelo que não foi reconhecida qualquer provisão nas demonstrações financeiras para este risco.

- Existe uma contingência fiscal, fora do País, de valor não estimado, que a Administração estima que a probabilidade de ocorrência é bastante diminuta.

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

## 30. Partes Relacionadas

As partes relacionadas são as seguintes:

PARTICIPADAS	SEGMENTO	SEDE	Capital Social	Moeda	Proporção Detida 2010	2009
Sociedade Comercial Orey Antunes S.A.	Holding	Lisboa	13.000.000	EUR	-----	-----
Orey Serviços e Organização, SA	Outros	Lisboa	100.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey-Gestão Imobiliária S.A.	Outros	Lisboa	100.000	EUR	100,00%	100,00%
Horizon View	Navegação	Lisboa	250.000	EUR	91,80%	56,60%
Orey Comércio e Navegação, Lda.	Navegação	Lisboa	850.000	EUR	100,00%	100,00%
Atlantic Lusofrete - Afretamentos, Transportes e Navegação, S.A.*2	Navegação	Lisboa	50.000	EUR	100,00%	100,00%
Mendes & Fernandes - Serv. Apoio à Nav. Lda	Navegação	Porto	5.000	EUR	100,00%	100,00%
OA International BV	Navegação	Amesterdão- Holanda	18.000	EUR	100,00%	100,00%
OA International Antilles NV	Navegação	Curaçao-Antilhas Holandesas	6.000	USD	100,00%	100,00%
Orey Apresto e Gestão de Navios Lda	Navegação	Funchal	50.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey (Cayman) Ltd.	Navegação	Cayman Islands	50.000	USD	100,00%	100,00%
Orey Shipping SL	Navegação	Bilbao- Espanha	3.100	EUR	100,00%	100,00%
Storkship- Navegação, Trânsitos e Logística S.A. *3	Navegação	Lisboa	150.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey (Angola) - Comércio e Serviços Lda	Navegação	Luanda-Angola	485.884	Kwanza	99,00%	99,00%
Orey Super Transportes e Distribuição Lda	Navegação	Luanda-Angola	400.000	Kwanza	99,00%	99,00%
OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. S.A.	Representações Técnicas	Lisboa	450.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey Técnica Serviços Navais, Lda.*4	Representações Técnicas	Lisboa	350.000	EUR	100,00%	100,00%
Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas,Lda.	Representações Técnicas	Lisboa	100.000	EUR	100,00%	100,00%
Contrafogo, Soluções de Segurança S.A.	Representações Técnicas	Lisboa	811.972	EUR	100,00%	100,00%
Oilwater Industrial, Serviços e Representações S.A.	Representações Técnicas	Lisboa	100.000	EUR	100,00%	100,00%
Lalizas Marine- Equipamentos Nauticos Lda	Representações Técnicas	Lisboa	6.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey Financial IFIC, S.A.*1	Sector Financeiro	Lisboa	11.500.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey Capital Partners GP,Sàrl	Sector Financeiro	Luxemburgo	35.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey Capital Partners SCA SICAR	Sector Financeiro	Luxemburgo	31.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey Gestão de Activos SGFIM S.A.	Sector Financeiro	Lisboa	1.250.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey Management (Cayman) Ltd	Sector Financeiro	Cayman Islands	50.000	USD	100,00%	100,00%
Orey Management BV	Sector Financeiro	Amesterdão- Holanda	5.390.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey Investments NV	Sector Financeiro	Curaçao-Antilhas Holandesas	6.081	USD	100,00%	100,00%
Football Players Funds Management Ltd	Sector Financeiro	Cayman Islands	40.000	EUR	100,00%	100,00%
TRF Initiatoren GmbH	Sector Financeiro	Munike-Alemanha	25.000	EUR	70,00%	70,00%
TRF Transferrechtfonds 1 Management GmbH	Sector Financeiro	Munike-Alemanha	25.000	EUR	70,00%	70,00%
Orey Financial Brasil, S.A.	Sector Financeiro	São Paulo- Brasil	4.070.787	Real	99,99%	99,99%
Op. Incrível SGPS, S.A.	Sector Financeiro	Lisboa	50.000	EUR	66,70%	40,00%
Orey Safety and Naval SA	Representações Técnicas	Lisboa	50.000	EUR	99,99%	0,00%
Orey Industrial Representations SA	Representações Técnicas	Lisboa	50.000	EUR	99,99%	0,00%
Secur- Comércio e Representações Lda	Representações Técnicas	Porto	150.000	EUR	99,99%	0,00%
Segurvouga- Comércio e Assistência de Equipamentos de Segurança SA	Representações Técnicas	Aveiro	77.700	EUR	99,99%	0,00%
Fundo de Investimento em Participações Orey I	Sector Financeiro	São Paulo- Brasil	9.000.000	BRL	72,20%	0,00%
FAWSPE - Empreendimentos e Participações, S.A.	Sector Financeiro	São Paulo- Brasil	7.960.000	BRL	72,20%	0,00%
Orey Moçambique	Navegação	Maputo	60.000	MZM	100,00%	0,00%
OP. Incrível Brasil	Sector Financeiro	São Paulo- Brasil	100.000	BRL	66,70%	40,00%
Orey Financial Holding	Sector Financeiro	São Paulo- Brasil	6.568.629	BRL	100,00%	0,00%

Além das empresas participadas descritas no mapa acima existe também como parte relacionada o Monte São José, empresa detida pelo presidente do conselho de administração da Sociedade.

Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

- Os saldos e transacções efectuadas em 2010 e 2009 com as partes relacionadas são as seguintes:

Partes relacionadas		Compras	Vendas	A receber	A pagar
<b>Sub-Holdings</b>					
<b>OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. S.A.</b>	2010	0	60.213	40.124	0
	2009	1.990	29.552	3.295	0
<b>Horizon View</b>	2010	0	54.936	30.795	0
	2009	25.558	30.137	0	0
<b>Orey Financial IFIC, S.A.</b>	2010	121.562	218.554	0	22.022
	2009	9.607	139.338	474	0
<b>Subsidiárias</b>					
<b>Atlantic Lusofrete - Afretamentos, Transportes e Navegação, S.A.</b>	2010	0	3.060	0	0
	2009	0	24.800	0	0
<b>Orey Gestão de Activos SGFIM S.A.</b>	2010	12.500	730	0	15.125
	2009	45	1.709	0	0
<b>Mendes &amp; Fernandes - Serv. Apoio à Nav. Lda</b>	2010	0	0	0	0
	2009	0	3.750	0	0
<b>Oilwater Industrial, Serviços e Representações S.A.</b>	2010	0	10.431	11.847	0
	2009	0	0	0	0
<b>Orey (Angola) - Comércio e Serviços Lda</b>	2010	0	57.000	109.093	0
	2009	0	4.561	8.773	0
<b>Orey Comércio e Navegação, Lda.</b>	2010	0	11.700	0	0
	2009	266	135.387	0	0
<b>Orey Shipping SL</b>	2010	114.756	196.791	48.792	0
	2009	0	256.432	258.298	0
<b>Orey Técnica Serviços Navais, Lda.</b>	2010	0	7.560	0	0
	2009	0	122.210	28.185	0
<b>Storkship- Navegação, Trânsitos e Logística S.A.</b>	2010	0	3.060	0	0
	2009	0	9.496	11.549	0
<b>Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas,Lda.</b>	2010	0	23.776	0	0
	2009	0	40.819	23.517	0
<b>Contrafogo, Soluções de Segurança S.A.</b>	2010	1.324	0	0	154
	2009	0	0	0	154
<b>Orey Management (Cayman) Ltd</b>	2010	0	490.426	0	0
	2009	0	0	0	0
<b>Lalizas Marine - Equipamentos Nauticos</b>	2010	60	0	0	73
	2009	0	0	0	0
<b>Orey Capital Partners</b>	2010	346.000	0	0	160.000
	2009	0	0	0	0
<b>Orey (Cayman) Ltd</b>	2010	0	0	5.576	0
	2009	0	0	2.469	0
<b>Orey- Gestão Imobiliária S.A.</b>	2010	0	0	0	0
	2009	0	62.468	374	0
<b>Orey Serviços e Organização, SA</b>	2010	372.397	155.470	0	18.378
	2009	396.738	98.477	27.578	0
<b>Outros</b>					
<b>Monte São José</b>	2010	474.000	7.837	0	18.150
	2009	60.000	2.618	0	0

(Valores em Euros)

# 19. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

- O movimento ocorrido nos financiamentos e respectivos encargos prestados pela Holding às restantes sociedades do grupo foi a seguinte

Partes relacionadas		Financiamentos a Receber	Financiamentos a Pagar	Proveitos de Juros	Diferenças de Câmbio Favoráveis	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis
Orey Serviços e Organização, SA	2010	75.000	-	1.686	-	-
	2009	647.400	-	-	-	-
Oilwater Industrial, Serviços e Representações S.A.	2010	93.704	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-
Orey- Gestão Imobiliária S.A.	2010	800.000	-	-	-	-
	2009	2.131.593	-	-	-	-
Orey Moçambique	2010	105.177	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-
OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. S.A.	2010	1.040.076	-	23.168	-	-
	2009	541.890	-	23.168	-	-
OA International BV	2010	6.094.442	-	24.123	-	-
	2009	16.068	-	-	-	-
Horizon View	2010	350.000	-	30.621	-	-
	2009	-	-	-	-	-
Secur- Comércio e Representações Lda	2010	40.000	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-
Orey Safety and Naval SA	2010	50.000	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-
Agemasa- Ag. Marítima de Consignaciones S.A.	2010	250.000	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-
Orey Shipping SL	2010	5.029.205	-	-	-	-
	2009	4.329.205	-	-	-	-
Op. Incrivél SGPS, S.A.	2010	1.886.000	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-
Orey Financial Holding	2010	2.712.807	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-
Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas,Lda.	2010	-	-	787	-	-
	2009	-	-	-	-	-
Orey Management BV	2010	-	-	56.963	-	-
	2009	-	-	-	-	-
Orey Técnica Serviços Navais, Lda.	2010	-	-	-	-	-
	2009	80.000	-	-	-	-
OA Agencies, S.A.	2010	-	-	-	-	-
	2009	38.021	-	-	-	-

(Unidade monetária - Euros)

# 20. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### ▪ Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., as quais compreendem: a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 112.418.855 euros e um total de capital próprio de 81.993.029 euros, incluindo um resultado líquido de 3.104.970 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

### ▪ Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da

Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa;

- b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) a de informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



# 20. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### ▪ Âmbito

- O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º dos Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### ▪ Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.



## 20. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS

### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

#### ▪ Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e que o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 7 de Abril de 2011

Ernst & Young Audit & Associados – SROC,  
S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
(nº 178)

Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

# 20. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

- Senhores Accionistas,
- No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias apresentamos o relatório da actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA (adiante também designada por Empresa), bem como o parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

### *Relatório*

- Acompanhámos durante o exercício de 2010 a actividade da Empresa, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, zelámos pela observância da lei e do contrato de sociedade e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.
- Dando cumprimento ao disposto no Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal reuniu com a frequência que considerou adequada tendo obtido junto dos responsáveis das áreas financeira e da contabilidade, bem como dos auditores externos, todos os

esclarecimentos e informações solicitados. Neste âmbito procedeu à: (i) fiscalização da Administração da Sociedade; (ii) vigilância da observância da lei e do contrato de sociedade; (iii) verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; (iv) verificação da extensão da caixa e da existência de bens e valores pertencentes à sociedade; (v) verificação dos documentos de prestação de contas; (vi) verificação que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados; (vii) fiscalização da eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno.

- No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal procedeu, ainda, à fiscalização: (i) do processo de preparação e de divulgação de informação financeira; (ii) da revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade; e (iii) da independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

## 20. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS

### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

- O Conselho Fiscal obteve, sempre que necessário, as informações e elementos solicitados junto dos Auditores da Empresa e apreciou a certificação legal das contas emitida pelo Revisor oficial de contas, com a qual concorda.
- No decorrer do exercício registou-se uma alteração da composição do Conselho Fiscal, conforme comunicado oportunamente às entidades competentes, tendo-se procedido à substituição de José Eliseu Chasqueira Mendes pelo novo membro Nuno Salvador Vieira P. Salvador Pinheiro.
- Ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artº. 245 do CVM, o Conselho Fiscal afirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no Relatório de Gestão, Contas Anuais e demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.
- A Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos capitais próprios, a Demonstração do rendimento integral e a Demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras bem como o Relatório de gestão, que examinámos, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira, do resultado das suas operações e os fluxos de caixa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados merecem a nossa concordância.

# 20. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### *Parecer*

- Assim, propomos:
- 1º Que sejam aprovados o Relatório de gestão, a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2010, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos capitais próprios, a Demonstração do rendimento integral e a Demonstração dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras, da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.
- 2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 07 de Abril de 2011

O CONSELHO FISCAL

José Martinho Soares Barroso - Presidente

Acácio Augusto Lougares Pita Negrão

Nuno de Deus Vieira P. Salvador Pinheiro

# 21. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

ACTIVO	Notas	Dez-10	31-12-2009 Aprovado	31-12-2009 Ajustado
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES</b>				
Activos Fixos Tangíveis	6	10.451.132	9.905.758	9.905.758
Propriedades de Investimento	7	4.650.900	4.831.926	4.831.926
Goodwill	8	16.436.963	15.375.758	15.375.758
Outros Activos Intangíveis	9	44.117	58.244	58.244
Investimentos Financeiros em Associadas	10	350.887	227.869	227.869
Outros Activos Financeiros	11	286.195	457.548	457.548
Adiantamentos por conta de Activos	12	3.399.030	0	0
Activos por Impostos Diferidos	13	2.216.245	1.625.550	1.625.550
<b>Total dos Activos Não Correntes</b>		<b>37.835.468</b>	<b>32.482.654</b>	<b>32.482.654</b>
<b>ACTIVOS CORRENTES</b>				
Existências	14	2.583.162	1.843.842	1.843.842
Contas a Receber- Clientes	15	16.104.118	12.979.337	10.205.893
Contas a Receber- Outras	16	12.154.137	16.865.663	8.946.582
Diferimentos	16	2.812.345	607.202	685.858
Caixa e Equivalentes de Caixa	17	32.250.327	13.507.659	13.507.659
<b>Total dos Activos Correntes</b>		<b>65.904.090</b>	<b>45.803.702</b>	<b>35.189.833</b>
<b>Activo Total de Unidades Operacionais em Continuidade</b>		<b>103.739.558</b>	<b>78.286.356</b>	<b>67.672.487</b>
<b>Activo Total de Unidades Operacionais em Descontinuação</b>	18	<b>0</b>	<b>132.587</b>	<b>132.587</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>103.739.558</b>	<b>78.418.943</b>	<b>67.805.075</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>NOTAS</b>	<b>Dez-10</b>	<b>Dez-09</b>	<b>Dez-09</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>				
Capital	19	13.000.000	13.750.000	13.750.000
Ações Próprias	20	-176.626	-3.064.277	-3.064.277
Prêmios de Emissão	19	7.486.204	8.236.204	8.236.204
Reservas	21	3.286.172	3.458.422	3.458.422
Reserva de Conversão Cambial	21	-215.598	-320.476	-320.476
Resultados Transitados		119.232	3.421.587	3.421.587
Resultado Líquido do Período		3.038.107	1.299.528	1.299.528
<b>Capital Próprio Atribuível ao Grupo</b>		<b>26.537.491</b>	<b>26.780.988</b>	<b>26.780.988</b>
Interesses Que Não Controlam		1.143.709	-7.837	-7.837
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>27.681.200</b>	<b>26.773.151</b>	<b>26.773.151</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>PASSIVOS NÃO CORRENTES</b>				
Provisões	22	639.361	184.495	184.495
Empréstimos e Descobertos Bancários	23	14.631.498	10.273.096	10.273.096
Responsabilidades por Benefícios de Reforma	24	154.568	462.021	462.021
Empréstimos por Obrigações	25	12.616.425	0	0
Passivos por Impostos Diferidos	13	988.481	828.652	828.652
Passivos por Locação Financeira	26	691.178	427.838	427.838
<b>Total dos Passivos Não Correntes</b>		<b>29.721.510</b>	<b>12.176.102</b>	<b>12.176.102</b>
<b>PASSIVOS CORRENTES</b>				
Contas a Pagar- Fornecedores		16.066.341	8.816.253	8.816.253
Empréstimos e Descobertos Bancários	23	16.525.980	13.350.560	13.350.560
Contas a Pagar- Outras	27	12.903.869	16.486.571	5.872.702
Diferimentos	27	672.868	297.786	297.786
Passivos por Locação Financeira	26	167.790	104.330	104.330
<b>Total dos Passivos Correntes</b>		<b>46.336.847</b>	<b>39.055.499</b>	<b>28.441.630</b>
<b>Passivo Total de Unidades Operacionais em Continuidade</b>		<b>76.058.358</b>	<b>51.231.602</b>	<b>40.617.733</b>
<b>Passivo Total de Unidades Operacionais em Descontinuação</b>	18	<b>0</b>	<b>414.191</b>	<b>414.191</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>76.058.358</b>	<b>51.645.793</b>	<b>41.031.924</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>103.739.558</b>	<b>78.418.944</b>	<b>67.805.075</b>

(Unidade Monetária - Euros)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

# 21. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas	Notas	Dez-10	Dez-09
<b>Proveitos Operacionais</b>			
Vendas	5	8.017.115	7.301.082
Prestação de Serviços	5	72.945.929	54.382.717
Ganhos/Perdas em Empresas Associadas	28	316.813	94.008
Outros Proveitos Operacionais	29	4.338.759	1.911.841
<b>Total dos Proveitos Operacionais</b>		<b>85.618.615</b>	<b>63.689.648</b>
<b>Custos Operacionais</b>			
Custo das Vendas	14	-5.265.338	-4.793.900
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	30	-60.008.779	-42.738.898
Custos com o Pessoal	31	-12.642.677	-11.106.546
Provisões	22	-418.800	-191.779
Imparidade	14 e 15	-531.229	-728.641
Outros Custos Operacionais	32	-2.137.988	-1.321.403
<b>Total dos Custos Operacionais</b>		<b>-81.004.811</b>	<b>-60.881.168</b>
<b>EBITDA</b>		<b>4.613.804</b>	<b>2.808.480</b>
Amortizações		-1.227.870	-1.198.605
<b>EBIT</b>		<b>3.385.934</b>	<b>1.609.875</b>
Resultados Financeiros	33	-406.686	-611.057
<b>Resultado Antes de Impostos</b>		<b>2.979.247</b>	<b>998.817</b>
Gastos (Rendimentos) de Impostos	34	117.842	302.274
<b>Resultado das Unidades Operacionais em Continuidade</b>		<b>3.097.090</b>	<b>1.301.091</b>
<b>Resultado das Unidades Operacionais em Descontinuação</b>		<b>0</b>	<b>-2.558</b>
<b>Resultado Consolidado</b>		<b>3.097.090</b>	<b>1.298.533</b>
<b>Atribuível a:</b>			
<b>Accionistas da Empresa Mãe</b>		<b>3.038.107</b>	<b>1.299.528</b>
Interesses que não controla		58.983	-995
<b>Resultado Líquido do Período por Ação</b>			
Básico	35	0,235	0,103
Diluído	35	0,235	0,103
(Unidades Monetárias - Euros)			

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

# 21. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

	Capital emitido	Ações próprias valor nominal	Ações próprias descontos e prêmios	Prêmios de emissão	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Reservas livres	Reserva de Conversão Cambial	Resultados transitados	Resultado líquido	Outras Reservas	Total	Interesses que não controlam	Total
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2009</b>	<b>13.640.834</b>	<b>-488.385</b>	<b>-897.625</b>	<b>8.127.038</b>	<b>2.708.368</b>	<b>3.021.920</b>	<b>255.156</b>	<b>0</b>	<b>-255.046</b>	<b>2.271.927</b>	<b>0</b>	<b>28.384.186</b>	<b>-27.042</b>	<b>28.357.144</b>
Resultado Integral						83.900	263.252		-386.285	1.299.528	15.089	1.275.484	-995	1.274.489
Aumento de Capital	109.166			109.166								218.333		218.333
Transferência do Resultado de 2008									2.271.927	-2.271.927		0		0
Constituição Sociedade												0	20.200	20.200
Transferência de Reservas Afectas a Ações Próprias					-3.064.277				3.064.277			0		0
Dividendos de 2008									-1.418.748			-1.418.748		-1.418.748
Realização dos Excedentes de Revalorização						-1.602.537			1.602.537			0		0
Aplicação de Resultados					99.283				-99.283			0		0
Aquisição Ações Próprias (Nota 20)		-630.662	-1.047.605		1.678.268				-1.678.268			-1.678.267		-1.678.267
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>13.750.000</b>	<b>-1.119.047</b>	<b>-1.945.230</b>	<b>8.236.204</b>	<b>1.421.642</b>	<b>1.503.283</b>	<b>518.408</b>	<b>0</b>	<b>3.101.111</b>	<b>1.299.528</b>	<b>15.089</b>	<b>26.780.988</b>	<b>-7.837</b>	<b>26.773.151</b>
Resultado Integral									162.307	3.038.107		3.200.414	85.453	3.285.867
Redução de Capital (Nota 19)	-750.000	19.612	31.562	-750.000					-1.141.932			-2.590.759		-2.590.759
OPV		1.190.453	1.915.826						-3.106.278			0		0
Reconhecimento de Interesses que não controlam													1.066.093	1.066.093
Transferência do Resultado de 2009									1.299.528	-1.299.528		0		0
Constituição Reservas					44.785		41.131		-44.785			41.130		41.130
Aquisição Ações Próprias (Nota 20)		-158.707	-111.093									-269.800		-269.800
Outros						-258.165			-366.317			-624.482		-624.482
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>13.000.000</b>	<b>-67.690</b>	<b>-108.936</b>	<b>7.486.204</b>	<b>1.466.427</b>	<b>1.245.118</b>	<b>559.539</b>	<b>0</b>	<b>-96.366</b>	<b>3.038.107</b>	<b>15.089</b>	<b>26.537.491</b>	<b>1.143.709</b>	<b>27.681.200</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

# 21. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Demonstração Consolidada do Resultado Integral	Dez-10	Dez-09
<b>Resultado Líquido Consolidado</b>	3.038.107	1.298.533
<b>Varição nas Reservas de Conversão Cambial</b>	90.881	-56.407
<b>Valorização Orey 7</b>	0	194.227
<b>Revalorização dos Activos</b>	256.941	77.977
<b>Constituição de Reservas Livres</b>	0	69.025
<b>Constituição de Outras Reservas</b>	0	15.089
<b>Outros</b>	-185.516	-323.955
<b>Resultado Integral</b>	3.200.414	1.274.489
<b>Atribuível a:</b>		
<b>Detentores de Capital</b>	3.285.867	1.275.466
<b>Interesses que não controlam</b>	85.453	-977

(Unidade Monetária - Euro)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



# 21. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa (Método Directo)	Notas	Dez-10	Dez-09
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de Clientes	79.677.092	63.135.768	
Pagamentos a Fornecedores	-60.989.643	-50.752.973	
Pagamentos ao Pessoal	-12.580.775	-11.117.731	
Fluxos Gerado pelas Operações	<b>6.106.674</b>	<b>1.265.064</b>	
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	-321.362	-148.481	
Outros Pagamentos relativos à Actividade Operacional	9.174.959	-3.135.657	
Fluxos Gerados nas Rubricas Operacionais	<b>14.960.271</b>	<b>-2.019.074</b>	
<b>Fluxos das Actividades Operacionais (1)</b>		<b>14.960.271</b>	<b>- 2.019.074</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Outros Activos Financeiros	3.428.864	280.000	
Activos Fixos Tangíveis	75.192	686.010	
Juros e Proveitos Similares	222.422	228.274	
	<b>3.726.477</b>	<b>1.194.283</b>	
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Outros Activos Financeiros	-10.939	0	
Aquisição de Subsidiárias	-1.186.000	0	
Activos Fixos Tangíveis	-1.907.619	-645.069	
Activos Fixos Intangíveis	-614.649	-44.714	
	<b>-3.719.207</b>	<b>-689.782</b>	
<b>Fluxos das Actividades de Investimentos (2)</b>		<b>7.271</b>	<b>504.501</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Empréstimos	11.219.056	3.246.965	
Venda de Acções Próprias	11.905	218.332	
	<b>11.230.961</b>	<b>3.465.297</b>	
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Empréstimos	-3.685.235	-2.961.724	
Amortizações de Contratos de Locação Financeira	-107.205	-263.648	
Juros e Custos Similares	-1.363.618	-785.987	
Aquisição de Acções Próprias	-269.800	-1.678.267	
Reduções de Capital e prémios de emissão	-1.500.000	0	
Dividendos	-1.136.268	-1.496.962	
	<b>-8.062.125</b>	<b>-7.186.589</b>	
<b>Fluxos de Actividades de Financiamento (3)</b>		<b>3.168.836</b>	<b>- 3.721.292</b>
<b>Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+2+3)</b>		<b>18.136.377</b>	<b>- 5.235.865</b>
<b>Efeito das Diferenças de Câmbio</b>		<b>606.291</b>	<b>- 648.172</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no Início do Período</b>		<b>13.507.659</b>	<b>19.391.696</b>
<b>Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período</b>	<b>17</b>	<b>32.250.327</b>	<b>13.507.659</b>

(Unidade monetária - Euros)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

*(Todos os valores são expressos em euros, salvo expressamente indicado)*

### ▪ Nota Introdutória

- A Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A. (“Sociedade” ou “SCOA”) foi fundada em 1886 por Rui d'Orey sob o nome de Rui d'Orey & Cia. e tem por objecto social o comércio de comissões e consignações e qualquer outro ramo de comércio ou indústria que, por deliberação do Conselho de Administração, resolva explorar e lhe não seja vedado por lei.
- Actualmente a SCOA é a holding de um Grupo de sociedades que actuam em Portugal, em Espanha, em Angola, em Moçambique e no Brasil em três actividades diferentes:
  - Navegação (Agentes de Navegação, Transitários, Consignação, Operações Portuárias);
  - Representações técnicas em diferentes áreas (Equipamentos navais e segurança no mar, Petroquímica, Monitorização e controlo, Águas e saneamento e Combate a Incêndios);
  - Área Financeira (Gestão de Patrimónios e de Fundos de Investimento).
- A SCOA é uma sociedade de direito português com sede na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº 17 6º A no Ed. Amoreiras Square.
- Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.
- Nos termos do artº 68 do CSC, a Assembleia Geral de Accionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

### ▪ 1. Políticas Contabilísticas

#### Bases de Apresentação

- As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia. Devem entender-se como fazendo parte dessas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) quer as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC), desde que e na versão em que tenham sido publicadas sob a forma de regulamento da Comissão Europeia, no jornal oficial das Comunidades Europeias (tal como previsto no artigo 3º do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho). Estas normas e interpretações serão, de ora em diante, designadas genericamente por “IAS/IFRS”.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

▪ As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são consistentes com as seguidas na preparação das contas anuais a 31 de Dezembro de 2009. As novas normas e interpretações efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2010 (inclusive as alterações resultantes dos melhoramentos às IFRS) não tiveram qualquer impacto na posição financeira consolidada nem na performance consolidada do Grupo.

▪ O Grupo não adoptou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida mas que ainda não esteja efectiva, nem perspectiva que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

### ▪ **Julgamentos, Estimativas e Pressupostos**

▪ A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo obriga a Administração a proceder a julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam os valores reportados de proveitos, gastos, activos, passivos e divulgações. Contudo, a incerteza em volta destas estimativas e pressupostos podem resultar em ajustamentos futuros susceptíveis de afectarem os activos e passivos futuros. Estas estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos

subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas.

### *Estimativas e pressupostos*

▪ Na preparação das demonstrações financeiras anexas a Administração baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

▪ As estimativas contabilísticas mais significativas, reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício, incluem:

–Revalorização dos activos fixos tangíveis e das propriedades de investimento;

–Testes de imparidade ao goodwill e a outros activos intangíveis;

–Estimativas de proveitos e de custos associados a processos de navegação e trânsitos em curso

▪ Os pressupostos mais significativos reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício são:

–Benefícios de Reforma

–Impostos Diferidos Activos

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### ▪ Princípios de Consolidação

#### ▪ a) *Empresas Controladas*

- As subsidiárias ou filiais são as empresas controladas, directa ou indirectamente pelo grupo. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as suas políticas operacionais e financeiras.
- As subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global desde a data em que o Grupo passou a deter o seu controlo.
- Nas concentrações empresariais, os activos e passivos de cada filial (incluindo os passivos contingentes) são mensurados ao seu justo valor na data de aquisição, conforme estabelecido no IFRS 3 – “Concentrações de Actividades Empresariais”.
- Qualquer excesso (défice) do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido, respectivamente, como goodwill e no caso de défice, após reanálise do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração de resultados do exercício.
- Para a mensuração do custo com a concentração de actividades empresariais são também levados em linha de conta quaisquer ajustamentos decorrentes de acordos (ou opções de compra) que possam estar dependentes de futuros acontecimentos, desde que sejam prováveis e desde que possam ser mensurados com fiabilidade.
- Os interesses que não contrlam são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.
- Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício são incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respectivamente.
- Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.
- As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda de relato na data em que ocorrem. Os activos e passivos financeiros são transpostos para a moeda de relato ao câmbio da data do balanço.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### ▪ *b) Empresas controladas conjuntamente*

- Os interesses financeiros em empresas controladas conjuntamente (caso único aplicável à Agemasa – Agencia Maritima de Consignaciones, S.A.- Bilbao – detida em 50%) foram consolidados nas demonstrações financeiras pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo foi partilhado.

De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e gastos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

### ▪ *c) Associadas*

- Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos.
- Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das investidas mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas.

Presumiu-se a existência de influência significativa quando o Grupo detém, directa ou indirectamente, 20% ou mais do poder de voto da investida.

- As associadas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

### ▪ De acordo com este método:

- os investimentos em associadas são inicialmente reconhecidos pelo custo e as quantias escrituradas são aumentadas ou diminuídas para reconhecer as partes do Grupo nos resultados das investidas depois das datas de aquisição;
- as partes do Grupo nos resultados das investidas são reconhecidas nos resultados dos interesses maioritários;
- as distribuições recebidas das investidas reduzem as quantias escrituradas dos investimentos;
- as alterações nos interesses que não controlam proporcionais do Grupo nas investidas, resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados, são reconhecidas directamente no capital próprio do Grupo.

### ▪ *d) Partes relacionadas*

- Para os efeitos das presentes demonstrações financeiras consolidadas, uma parte é considerada como sendo relacionada com o Grupo se:

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- (i) a parte for membro do pessoal chave de gerência da entidade ou da sua empresa-mãe;
  - (ii) a parte for membro íntimo da família de qualquer indivíduo referido no ponto (i) anterior;
  - (iii) a parte for uma entidade controlada, controlada conjuntamente ou significativamente influenciada por, ou em que o poder de voto significativo nessa entidade reside em, directa ou indirectamente, qualquer indivíduo referido nos pontos (i) e (ii) anteriores;
- ou
- (iv) a parte for um plano de benefícios pós-emprego para benefício dos empregados da entidade, ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

- A posição financeira e os resultados contidos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas não foram afectados pela existência de partes relacionadas com o Grupo.

### ▪ Relato por segmentos

- A informação por segmentos é apresentada tendo em conta que cada segmento de negócio é um componente distinto do Grupo, que fornece produtos ou serviços distintos sujeitos a riscos e retornos diferentes dos outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um componente distinto do grupo que fornece produtos ou serviços sujeitos a

riscos e retornos diferentes dos outros segmentos geográficos.

- Foram identificados quatro segmentos de negócio e quatro segmentos geográficos:

#### ▪ Segmentos de Negócio:

- (i) Navegação ,
- (ii) Representações Técnicas,
- (iii) Área Financeira,
- (iv) Outras operações.

#### ▪ Segmentos Geográficos:

- (i) Portugal
- (ii) Espanha
- (iii) Brasil
- (iv) Angola
- (v) Moçambique

- Na nota 4 encontram-se identificadas as empresas incluídas na consolidação pelo método integral e proporcional que foram associadas aos segmentos acima identificados.

- O relato por segmentos de negócio consta nos mapas apresentados na Nota 5, nos quais se complementa a informação requerida na IFRS 8, obtendo-se para cada negócio o detalhe sobre a formação do seu resultado e a síntese dos activos e passivos das empresas nele incluídas.



## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### **Critérios de Reconhecimento e Mensuração**

#### *Rédito e Especialização de Exercícios*

- Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização.
- Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são ainda reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.
- Os gastos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.
- Os gastos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que

respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de “Diferimentos”.

#### *Activos, Passivos e Transacções em Moeda Estrangeira*

- Os activos , passivos e as transacções em moeda estrangeira foram convertidos da seguinte forma:
  - Activos e passivos à taxa de câmbio da data do balanço;
  - Rendimentos e gastos à taxa de câmbio da data das operações;
  - Capitais próprios à taxa de câmbio histórica;
  - As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do período.

As diferenças de câmbio que surjam com esta transposição são registadas directamente no Capital Próprio na rubrica de “Reserva de Conversão Cambial”.

- As cotações utilizadas para conversão em Euros das contas do fundo Orey I e da sociedade FAWSPE e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

Moeda	Câmbio	
	31-12-2010	31-12-2009
Real Brasileiro	0,45082	0,40106
	(Unidade monetária - Euros)	

### Activos Fixos Tangíveis

- Nos termos da IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis, os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade, são contabilisticamente relevados ao custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis), deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

- Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

- A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem.

- As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo, com a vida útil estimada dos bens, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados.

- A vida útil estimada da generalidade dos activos incluídos nas várias rubricas é a seguinte:

	Anos de Vida Útil
Edifícios e o construções	50
Equipamento Básico	4
Equipamento Transporte	4
Ferramentas e Utensílios	3-4
Equipamento Administrativo	4-8
Outras Imobilizações Corpóreas	4-8



## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### *Propriedades de Investimento*

- As propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital. Estes activos encontram-se valorizados ao justo valor e não são amortizados. As propriedades de investimento foram sujeitas a avaliação independente por parte da CPU Consultores de Avaliação, Lda com referência à data de 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009.
- As avaliações foram efectuadas ao valor de mercado, entendendo-se por Valor de Mercado, ou “Presumível Valor de Transacção em Mercado Aberto” (“Open Market Value”), como “a estimativa do montante mais provável em termos monetários pelo qual, à data de avaliação, a propriedade poderá ser trocada num mercado livre aberto e competitivo e após adequada exposição, que reúna todas as condições para uma venda normal entre um vendedor e um comprador que actuem de livre vontade, com prudência, plena informação e interesse equivalente e assumindo que o preço não é afectado por estímulos específicos ou indevidos”.
- Na determinação dos valores dos imóveis foi considerado o facto de os edifícios onde as fracções avaliadas estão inseridas se encontrarem em propriedade horizontal. As áreas consideradas neste estudo foram as mesmas que as consideradas em estudos anteriores. Foi determinado o Valor de Mercado dos imóveis, considerando que este deverá traduzir o máximo e melhor uso de cada uma das propriedades. Foi considerado que os imóveis se encontram livres de quaisquer ónus ou encargos. Importa ainda realçar que neste processo de reavaliação não são tidas em conta quaisquer condicionantes de natureza comercial ou de obsolescência económica dos negócios exercidos nos imóveis, sendo estes avaliados tal como se encontram e com os seus usos actuais.
- O valor financeiro foi determinado tendo por base as rendas mensais actuais.
- Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.
- Apenas o imóvel da rua dos Remolares sofreu obras de beneficiação a nível interior e exterior.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### *Outros Activos Intangíveis*

- Um activo intangível é um activo não monetário identificável sem substância física.
- Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis por esta e se possa medir razoavelmente o seu valor.

### *Impostos sobre o rendimento*

- O Grupo encontra-se sujeito a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, incrementada em 1,5% pela derrama, que resulta numa taxa de imposto agregada de 26,5%. A tributação do Grupo em sede de IRC é efectuada, no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades.
- O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis, de acordo com as taxas e leis fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.
- Desde o exercício de 2002, o Grupo contabiliza, para além dos impostos correntes, os impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias

tributáveis e dedutíveis, entre as quantias escrituradas dos activos e passivos e a sua base fiscal (quantia atribuída a esses activos e passivos para efeitos fiscais).

- Conforme previsto no IAS 12 – “Impostos sobre o Rendimento”, são reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis, excepto quando associadas ao goodwill ou quando resultem do reconhecimento inicial de activos e passivos que não sejam concentrações de actividades empresariais e que, no momento da transacção, não afectem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal). Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que existe uma segurança razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais poderão ser utilizadas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais reportáveis.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados com base nas taxas e leis fiscais que se espera que estejam em vigor quando o activo for realizado/ passivo for liquidado, isto é a data em que os impostos serão revertidos

- Os gastos (rendimentos) de impostos sobre o rendimento são relevados como resultados do exercício, excepto se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados directamente em rubricas do capital próprio, no mesmo ou num diferente período, caso em que o imposto é também relevado no capital próprio.

### *Responsabilidade Sobre Benefícios de Reforma*

- O Grupo assumiu o compromisso de conceder aos seus colaboradores admitidos até 1980, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituído para o efeito um fundo de pensões autónomo. Cobrindo a diferença entre 80% do último salário como trabalhador activo e o valor pago pela Segurança Social a título de reforma.
- A fim de estimar as suas responsabilidades com os complementos de reforma, o Grupo obtém, anualmente estudos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, de acordo com o método denominado por “Projected Unit Credit” e pressupostos e bases técnicas e actuariais internacionalmente aceites.

- A Orey adoptou o modelo do corredor, conforme preconizado no IAS 19.

### *Imparidade*

- Na generalidade dos activos não correntes de valor significativo é efectuada uma avaliação de imparidade à data do Balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiciem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. No âmbito destas avaliações de imparidade, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a identificar e determinar a extensão de eventuais perdas de imparidade.

- Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda de imparidade, registada na Demonstração dos Resultados.

### *Provisões*

- Uma provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.
- As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### *Unidades Operacionais em Descontinuação*

- Os activos, passivos e resultados das operações em descontinuação referem-se às empresas subsidiárias Leme – Agência de Navegação, Lda .
- *Goodwill*
- O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma controlada, associada, na respectiva data de aquisição.
- O Goodwill é registado como activo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira ou na rubrica de “Investimentos em associadas”.
- Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de Goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada do rendimento integral do período e não é susceptível de reversão posterior.
- Na alienação de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, o correspondente Goodwill é incluído na determinação da mais ou menos-valia.
- De acordo com a redacção da IFRS 3 em vigor até de Dezembro de 2009, os custos directos relacionados com a concentração bem como os valores pagos referentes a passivos contingentes afectavam directamente o valor inicialmente reconhecido no Goodwill.
- A revisão desta norma contabilística ainda nesse ano veio trazer alterações significativas ao nível da mensuração e reconhecimento das concentrações de actividades empresariais efectuadas em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009, nomeadamente no que diz respeito:
  - (a) à mensuração dos interesses que não controlam (anteriormente designados interesses minoritários);
  - (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes;
  - (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração.
- Ora, de acordo com a nova redacção estes custos e passivos contingentes deixam de afectar o valor inicial do Goodwill e passam a ser reconhecidos como custo do exercício.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### *Activos e passivos financeiros*

- Activos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se constitui parte na respectiva relação contratual.

#### ▪ Contas a receber

- As dívidas de "Clientes" e as "Outras dívidas de terceiros" são registadas pelo custo amortizado e apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma reflectir o seu valor realizável líquido.
- As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, o Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que:
  - a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
  - se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
  - se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

- As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que

se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

#### ▪ Caixa e Bancos

- Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e bancos correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

#### ▪ Instrumentos de Capital

- Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independente da forma legal que assumam;
- Os instrumentos de capital próprios são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo, após dedução dos passivos;
- Tais instrumentos de capital próprio são registados pelo valor recebido, líquido dos custos suportados com a sua emissão.

#### ▪ Financiamentos

- Os financiamentos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respectivo justo valor nessa data.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- Subsequentemente, financiamentos correntes são mensurados ao justo valor, na data de reconhecimento, visto que as diferenças destas valorizações para a valorização segundo o custo amortizado não são materiais.
- Os financiamentos não correntes são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva.

### ▪ Contas a Pagar

- As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal e não vencem juros.

### ▪ Acções próprias

- As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas decorrentes da alienação de acções próprias são registados em “outras reservas”.

### ▪ Instrumentos Derivados

- O Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar a cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.
- Em situações específicas, o Grupo pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio de forma a efectuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela

variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

- Os instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos (fundamentalmente opções cambiais), são inicialmente registados pelo seu custo, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor. As variações afectam directamente as rubricas de “Rendimentos e Ganhos financeiros” e “Gastos e Perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados.

### ▪ Inventários

- Os inventários são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflecte o seu valor estimado de realização.
- São registados ajustamentos por depreciação de inventários sempre que o seu valor realizável líquido (preço de venda estimado no decurso normal da actividade, deduzido dos respectivos custos de venda) seja inferior ao seu valor de custo.



## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### ▪ *Impostos Diferidos*

- Conforme previsto no IAS 12 – “Impostos sobre o Rendimento”, são reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis, excepto quando associadas ao goodwill ou quando resultem do reconhecimento inicial de activos e passivos que não sejam concentrações de actividades empresariais e que, no momento da transacção, não afectem o lucro contabilístico nem o lucro tributável (perda fiscal).
- Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que existe uma segurança razoável de que serão gerados lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais poderão ser utilizadas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais reportáveis.
- Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados com base nas taxas e leis fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas à data do balanço.
- Os gastos (rendimentos) de impostos sobre o rendimento são relevados como resultados do exercício, excepto se o imposto se relacionar com itens que sejam creditados ou debitados directamente em rubricas do capital próprio, no mesmo ou num diferente período, caso em que o imposto é também relevado no capital próprio.

### *Activos e Passivos Contingentes*

- Os passivos contingentes são reconhecidos, quando a possibilidade de uma saída de fundos no futuro seja certa ou provável, sendo objecto de divulgação, quando esta ocorrência seja possível.
- Um activo contingente é um provável activo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

### *Investimentos financeiros em associadas*

- Os investimentos em associadas são reconhecidos / desreconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à sua posse, independentemente da data de liquidação financeira.
- Os investimentos em associadas são inicialmente mensurados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transacção.
- Os investimentos em associadas são investimentos em instrumentos de capital próprio que no entanto estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial conforme descrito na alínea c) dos princípios de consolidação incluídos na presente nota.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### ▪ *Imparidade*

▪ Na generalidade dos activos não correntes de valor significativo é efectuada uma avaliação de imparidade à data do Balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. No âmbito destas avaliações de imparidade, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a identificar e determinar a extensão de eventuais perdas de imparidade.

▪ Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda de imparidade, registada na Demonstração dos Resultados.

▪ Os testes de imparidade são também efectuados para os activos financeiros correntes, neste caso ao longo do ano, por forma a determinar os necessários ajustamentos, nomeadamente em relação aos saldos das “Contas a Receber – Clientes” e “Contas a Receber – Outras”, por forma a identificar os ajustamentos de imparidade decorrentes de cobranças duvidosas.

### ▪ *Eventos Subsequentes*

▪ Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre situações existentes à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

▪ Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

### ▪ **2. Alterações de políticas, estimativas e erros**

#### *Adopção de normas*

▪ Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), foram adoptadas as seguintes normas e interpretações com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2010, embora sem qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Grupo:

• IFRS 3 (Revista) – Concentrações de actividades empresariais. - Esta revisão vem trazer alterações significativas ao nível da mensuração e reconhecimento das concentrações de actividades empresariais efectuadas em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009, nomeadamente no que diz respeito:

(a) à determinação do Goodwill implícito numa concentração

(b) à mensuração dos interesses que não controlam (anteriormente designados interesses minoritários);

(c) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes;

(d) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e



## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- IAS 27 (Revista) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. As alterações mais significativas são as seguintes:

– Transacções que dão origem a alterações na percentagem de interesses detidos que não resultem em perda de controlo são contabilizadas no capital próprio, não tendo qualquer impacto no goodwill nem nos ganhos e perdas;

– quando ocorre a perda de controlo numa subsidiária:

- todas as quantias reconhecidas no Rendimento Integral relativas a essa subsidiária são integralmente transferidas para ganhos e perdas;
- os interesses retidos são remensurados para o justo valor e este efeito vai ser tido em consideração no ganho ou perda registado com a alienação.

– o reembolso parcial de um investimento líquido numa subsidiária estrangeira deixa de dar origem à reclassificação das diferenças de transposição constantes do capital próprio para ganhos e perdas;

– as perdas de uma subsidiária passam a ser quinhoadas pelos interesses que não controlam (anteriormente designados por interesses minoritários) mesmo

que excedam os interesses destes na subsidiária. Em resultado desta emenda os resultados por acção diluídos num contexto de perda serão provavelmente iguais aos resultados básicos por acção

- IAS 39 (Emenda) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.

- Ainda não endossadas pela UE:

– IFRS 9 – Instrumentos financeiros

(Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros) Esta emissão insere-se num projecto faseado de revisão e substituição gradual da IAS 39, com o objectivo de reduzir a complexidade da sua aplicação. As principais alterações são as seguintes:

Ao nível da classificação e mensuração:

- são reduzidas as categorias de activos financeiros;
- são eliminados os requisitos de separação de derivados embutidos;
- são eliminadas as restrições de reclassificação.

- A classificação de activos passa a seguir o modelo de negócio onde se enquadram os activos, tendo também em conta as características dos instrumentos;

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- As diferenças de justo valor em instrumentos de capital próprio considerados estratégicos passam a ser reconhecidas em reservas, sem passagem por resultados, mesmo em situações de imparidade ou venda.
- Outras emendas às IFRS – melhoramentos de 2010. O IASB aprovou 11 emendas a seis normas. A União Europeia ainda não endossou estas emendas.
- Da aplicação das normas acima descritas (normas que não foram adoptadas e cuja aplicação é obrigatória apenas em exercícios futuros), não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo.

### *Alteração de políticas*

Para além das alterações decorrentes das emendas às normas que o Grupo já adoptava referidas no ponto anterior durante o exercício de 2010, ocorreram ainda as seguintes alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada para efeitos comparativos:

- A participada Orey Financial – IFIC, procedeu a uma análise das suas rubricas patrimoniais “Outros Activos Financeiros” e “Outros Passivos Financeiros”, resultantes de fundos entregues por clientes no âmbito de actividades de transmissão e recepção de ordens de clientes, e concluiu que as responsabilidades e riscos assumidos Sociedade se enquadram exclusivamente no âmbito do contrato de registo e depósito celebrado com os clientes.
- Assim sendo, a recepção dos supra citados fundos não deverá ser registada no passivo, pois com base no corpo das mesmas IAS já referenciadas, um passivo financeiro é todo e qualquer passivo que seja:
  - A. uma obrigação contratual:
    - de entregar dinheiro ou outro activo financeiro a uma outra entidade;
    - ou
    - de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para a entidade;
  - B. um contrato que será ou poderá ser liquidado nos instrumentos de capital próprio da própria entidade e que seja:
    - um não derivado para o qual a entidade esteja ou possa estar obrigada a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio da própria entidade;
    - ou
    - um derivado que será ou poderá ser liquidado de forma diferente da troca de uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo dos instrumentos de capital próprio da própria entidade.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- Por sua vez, a aplicação dos supra referidos fundos não deverá ser registada no activo, pois à luz das IAS 32 e IAS 39, um activo financeiro é qualquer activo que seja:

- dinheiro;
- um instrumento de capital próprio de uma outra entidade;
- um direito contratual:
  - de receber dinheiro ou outro activo financeiro de outra entidade;
  - ou
  - de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente favoráveis para a entidade;
- um contrato que será ou poderá ser liquidado nos instrumentos de capital próprio da própria entidade e que seja:
  - um não derivado para o qual a entidade esteja ou possa estar obrigada a receber um número variável dos instrumentos de capital próprio da própria entidade;
  - Ou
  - um derivado que será ou poderá ser liquidado de forma diferente da troca de uma quantia fixa em dinheiro ou outro activo financeiro por um número fixo dos instrumentos de capital próprio da própria entidade.

Face à natureza da responsabilidade perante terceiros se enquadrar exclusivamente no âmbito de um contrato de registo e depósito, e para uma mais apropriada apresentação das suas demonstrações financeiras, a Orey Financial – IFIC transferiu estes mesmos montantes para contas extra patrimoniais, reflectindo a natureza fiduciária do contrato com os clientes, sem que por isso tenham sido alterados os montantes apresentados em resultados ou capitais próprios.

- Assim sendo, à data de 31 de de 2010, apenas são reconhecidos como activos e passivos da Sociedade, inerentes aos montantes transferidos pelos clientes:

- Os valores depositados em contas jumbo ainda não transferidos para o intermediário financeiro de destino;
- Os valores referentes a operações ainda em trânsito no final do ano.

- O balanço comparativo foi re-expresso para que a comparação seja possível, assim, as seguintes contas, referentes a 31 de Dezembro de 2009, foram corrigidas com os seguintes valores:

- - Contas a Receber - Clientes  
- 2.773.444
- - Contas a Receber – Outras  
- 7.919.081
- - Diferimentos  
- 78.656
- - Contas a Pagar – Outros  
-10.613.870

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### *Alteração de estimativas e erros*

- Os efeitos das alterações das estimativas são reconhecidos de forma prospectiva.
- O efeito das alterações dos erros são reconhecidos de forma retrospectiva.

### **3. Alterações no perímetro de consolidação**

- As alterações ocorridas no perímetro de consolidação até Dezembro de 2010 respeitam a:
- A aquisição de 26,7% da empresa Op. Incrível SGPS, S.A. sediada em Lisboa e agora detida indirectamente pela sociedade em 66,7% passou a consolidar-se pelo método integral, quando em 31/12/2009 utilizou-se o método de equivalência patrimonial por deter-se apenas 40%.
- Aquisição da Secur – Comércio e Representações Lda a 100%, com o reconhecimento de um Goodwill de 407.971 Euros, consolidando-se pelo método de consolidação integral.
- Aquisição da Segurvouga- Comércio e Assistência de Equipamentos de Segurança SA a 100%, com o reconhecimento de um Goodwill de 553.234 Euros, consolidando-se pelo método integral.

- Aquisição da Orey Financial Holding, S.A. a 100%, consolidando-se pelo método integral.
- Subscrição de 72,22% do capital do Fundo de Investimento de Participações Orey I (FIP Orey I), consolidando-se pelo método da consolidação integral.
- Aquisição de 100% da sociedade FAWSPE – Empreendimentos e Participações S.A., através do FIP Orey I, consolidando-se pelo método da consolidação integral.
- Criação da Orey Safety and Naval SA e da Orey Industrial Representations SA, consolidando-se pelo método integral.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- **4. Empresas Incluídas na Consolidação**
  - Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.
  - *Empresas do grupo consolidadas pelo método integral:*
  - Em 31 de Dezembro de 2010, as empresas incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais e proporção do capital detido, foram as seguintes:

NOME	SEGMENTO	SEDE	Capital Social	Moeda	Proporção Detida 2010	2009
Sociedade Comercial Orey Antunes S.A.	Holding	Lisboa	13.000.000	EUR	-----	-----
Orey Serviços e Organização, SA	Outros	Lisboa	100.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey- Gestão Imobiliária S.A.	Outros	Lisboa	100.000	EUR	100,00%	100,00%
Horizon View	Navegação	Lisboa	250.000	EUR	91,80%	56,60%
Orey Comércio e Navegação, Lda.	Navegação	Lisboa	850.000	EUR	100,00%	100,00%
Atlantic Lusofrete - Afretamentos, Transportes e Navegação, S.A.*2	Navegação	Lisboa	50.000	EUR	100,00%	100,00%
Mendes & Fernandes - Serv. Apoio à Nav. Lda	Navegação	Porto	5.000	EUR	100,00%	100,00%
OA International BV	Navegação	Amesterdão- Holanda	18.000	EUR	100,00%	100,00%
OA International Antilles NV	Navegação	Curaçao-Antilhas Holandesas	6.000	USD	100,00%	100,00%
Orey Apresto e Gestão de Navios Lda	Navegação	Funchal	50.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey (Cayman) Ltd.	Navegação	Cayman Islands	50.000	USD	100,00%	100,00%
Orey Shipping SL	Navegação	Bilbao- Espanha	3.100	EUR	100,00%	100,00%
Storkship- Navegação, Trânsitos e Logística S.A. *3	Navegação	Lisboa	150.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey (Angola) - Comércio e Serviços Lda	Navegação	Luanda-Angola	485.884	Kwanza	99,00%	99,00%
Orey Super Transportes e Distribuição Lda	Navegação	Luanda-Angola	400.000	Kwanza	99,00%	99,00%
OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. S.A.	Representações Técnicas	Lisboa	450.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey Técnica Serviços Navais, Lda.*4	Representações Técnicas	Lisboa	350.000	EUR	100,00%	100,00%
Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas,Lda.	Representações Técnicas	Lisboa	100.000	EUR	100,00%	100,00%
Contrafogo, Soluções de Segurança S.A.	Representações Técnicas	Lisboa	811.972	EUR	100,00%	100,00%
Oilwater Industrial, Serviços e Representações S.A.	Representações Técnicas	Lisboa	100.000	EUR	100,00%	100,00%
Lalizas Marine- Equipamentos Nauticos Lda	Representações Técnicas	Lisboa	6.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey Financial IFIC, S.A.*5	Sector Financeiro	Lisboa	11.500.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey Capital Partners GP,Sàrl	Sector Financeiro	Luxemburgo	35.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey Capital Partners SCA SICAR	Sector Financeiro	Luxemburgo	31.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey Gestão de Activos SGFIM S.A.	Sector Financeiro	Lisboa	1.250.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey Management (Cayman) Ltd	Sector Financeiro	Cayman Islands	50.000	USD	100,00%	100,00%
Orey Management BV	Sector Financeiro	Amesterdão- Holanda	5.390.000	EUR	100,00%	100,00%
Orey Investments NV	Sector Financeiro	Curaçao-Antilhas Holandesas	6.081	USD	100,00%	100,00%
Football Players Funds Management Ltd	Sector Financeiro	Cayman Islands	40.000	EUR	100,00%	100,00%
TRF Initiatoren GmbH	Sector Financeiro	Munique-Alemanha	25.000	EUR	70,00%	70,00%
TRF Transferrechtelfonds 1 Management GmbH	Sector Financeiro	Munique-Alemanha	25.000	EUR	70,00%	70,00%
Orey Financial Brasil, S.A.	Sector Financeiro	São Paulo- Brasil	4.070.787	Real	99,99%	99,99%
Op. Incrível SGPS, S.A.	Sector Financeiro	Lisboa	50.000	EUR	66,70%	40,00%
Orey Safety and Naval SA	Representações Técnicas	Lisboa	50.000	EUR	99,99%	0,00%
Orey Industrial Representations SA	Representações Técnicas	Lisboa	50.000	EUR	99,99%	0,00%
Secur- Comércio e Representações Lda	Representações Técnicas	Porto	150.000	EUR	99,99%	0,00%
Segurvouga- Comércio e Assistência de Equipamentos de Segurança SA	Representações Técnicas	Aveiro	77.700	EUR	99,99%	0,00%
Fundo de Investimento em Participações Orey I	Sector Financeiro	São Paulo- Brasil	9.000.000	BRL	72,20%	0,00%
FAWSPE - Empreendimentos e Participações, S.A.	Sector Financeiro	São Paulo- Brasil	7.960.000	BRL	72,20%	0,00%
Orey Moçambique	Navegação	Maputo	60.000	MZM	100,00%	0,00%
OP. Incrível Brasil	Sector Financeiro	São Paulo- Brasil	100.000	BRL	66,70%	40,00%
Orey Financial Holding	Sector Financeiro	São Paulo- Brasil	6.568.629	BRL	100,00%	0,00%

- Além das empresas participadas descritas no mapa acima existe também como parte relacionada o Monte São José, empresa detida pelo presidente do conselho de administração da Sociedade.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### ▪ Empresas do grupo consolidadas pelo método proporcional

À semelhança do que se verificou em 2009, à data de 31 de Dezembro de 2010 a única empresa do grupo que consolidava pelo método proporcional era a Agemasa – Agencia Marítima de Consignaciones, S.A. ,com sede em Bilbao, Espanha.

A percentagem detida pelo Grupo é de 50%, sendo considerada uma empreendimento conjunto.

### ▪ Empresas do grupo consolidadas pelo método da equivalência patrimonial

	31-12-2010	31-12-2009
CMA-CGM Portugal, S.A.	40%	40%
OPIncrível SGPS, S.A.	0%	40%

### ▪ 5. Relato Por Segmentos

▪ O grupo está organizado em diferentes unidades de negócio baseadas nos seus produtos e serviços e tem 4 segmentos operacionais e geográficos distintos:

– Navegação - empresas com serviços de linhas regulares, tráfegos marítimos e aéreos, agenciamento de navios e logísticos prestados em Portugal, Espanha e Angola.

– Representações técnicas - empresas cuja actividade inclui a venda e prestação de serviços

relacionados com equipamentos navais e segurança no mar, petroquímica, monitorização e controlo e águas e saneamento.

– Serviços Financeiros – empresas com serviços de Gestão de Carteiras, Gestão de Fundos de Investimento, Corretagem on-line e off-line, Corporate Finance e Family Office prestados por subsidiárias em Portugal e no Brasil.

– Outras Operações - empresas da área operacional, cujos serviços são prestados às restantes empresas do Grupo.

▪ Não foram agregados quaisquer segmentos para formar os segmentos operacionais que se descrevem acima.

▪ Os resultados operacionais destas unidades são analisados separadamente pela gestão e todos os gastos e proveitos são geridos separadamente e individualmente alocados nas unidades de cada segmento operacional.

▪ As receitas inter-segmentais são eliminadas da consolidação.

▪ Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a repartição por segmentos por actividade era a seguinte:

# 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Por Segmento	Navegação	Representações Técnicas	Sector Financeiro	Outras operações	Eliminações	Op. em Continuidade	Op. em Descontinuação	Total
	31-Dez-10	31-Dez-10	31-Dez-10	31-Dez-10	31-Dez-10	31-Dez-10	31-Dez-10	31-Dez-10
<b>Vendas e Prestação de Serviços</b>								
Vendas externas	64.475.361	9.746.623	6.367.844	373.216	-	80.963.044	-	80.963.044
Vendas inter-segmentais	5.580.792	(561.121)	1.784.978	2.069.621	(8.874.269)	-	-	-
<b>Réditos totais</b>	<b>70.056.153</b>	<b>9.185.502</b>	<b>8.152.822</b>	<b>2.442.837</b>	<b>(8.874.269)</b>	<b>80.963.044</b>	<b>-</b>	<b>80.963.044</b>
<b>Resultados</b>								
<b>Resultados segmentais</b>	<b>7.488.187</b>	<b>1.330.905</b>	<b>(1.926.862)</b>	<b>607.564</b>	<b>(8.705.545)</b>	<b>(1.205.751)</b>	<b>-</b>	<b>(1.205.751)</b>
Gastos Gerais Administrativos						4.130.701	-	4.130.701
<b>Resultados operacionais</b>						<b>2.924.951</b>	<b>-</b>	<b>2.924.951</b>
Custos e gastos financeiros	916.178	(77.230)	(3.133.369)	(1.449.537)	(1.102.215)	(4.846.173)	-	(4.846.173)
Proveitos e ganhos financeiros	(5.759.738)	(672.659)	6.414.598	(6.216.992)	11.135.261	4.900.470	-	4.900.470
<b>Resultado Antes de Impostos</b>						<b>2.979.248</b>	<b>-</b>	<b>2.979.248</b>
Impostos s/ os lucros						117.842	-	117.842
<b>Resultados Líquido Consolidado</b>						<b>3.097.090</b>	<b>-</b>	<b>3.097.090</b>
Interesses Minoritários						(58.983)	-	(58.983)
<b>Resultado Consolidado Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe</b>						<b>3.038.107</b>	<b>-</b>	<b>3.038.107</b>
<b>Património e Outras informações</b>								
Activos do segmento	63.439.798	7.252.344	24.904.964	6.570.091	(6.852.953)	95.314.245	-	95.314.245
Investimento em Associadas	364.116	-	20.000	-	-	384.116	-	384.116
Activos da holding não imputados a segmentos						-	-	8.041.197
<b>Activos totais consolidados</b>						<b>-</b>	<b>-</b>	<b>103.739.558</b>
Passivos do segmento	57.745.354	4.156.527	13.528.126	5.412.595	(34.505.754)	46.336.848	-	46.336.847
Passivos da holding não imputados a segmentos						-	-	29.721.510
<b>Passivos totais consolidados</b>						<b>-</b>	<b>-</b>	<b>76.058.358</b>

(Unidade Monetária - Euro)

Por Segmento	Navegação	Representações Técnicas	Sector Financeiro	Outras Operações	Eliminações	Op. em Continuidade	Op. em Descontinuação	Total
	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09	31-Dez-09
<b>Vendas e Prestação de Serviços</b>								
Externas	47.225.810	8.869.445	5.248.635	339.908	-	61.683.798	270.846	61.954.644
Inter-segmentais	1.877.188	686.198	0	2.346.971	(4.910.357)	-	14.170	14.170
<b>Réditos totais</b>	<b>49.102.998</b>	<b>9.555.643</b>	<b>5.248.635</b>	<b>2.686.879</b>	<b>(4.910.357)</b>	<b>61.683.798</b>	<b>285.016</b>	<b>61.968.814</b>
<b>Resultados</b>								
<b>Resultados segmentais</b>	<b>2.083.750</b>	<b>405.769</b>	<b>126.824</b>	<b>(279.935)</b>	<b>489.264</b>	<b>2.825.673</b>	<b>3.007</b>	<b>2.828.679</b>
Gastos Gerais Administrativos						(1.449.594)	-	(1.449.594)
<b>Resultados operacionais</b>						<b>1.376.079</b>	<b>3.007</b>	<b>1.379.085</b>
Custos e gastos financeiros	(2.941.141)	(109.015)	(69.115)	(729.835)	803.068	(3.046.038)	(5.576)	(3.051.615)
Proveitos e ganhos financeiros	2.874.107	38.743	323.455	496.652	(1.064.181)	2.668.777	92	2.668.869
<b>Resultado Antes de Impostos</b>						<b>998.817</b>	<b>(2.477)</b>	<b>996.340</b>
Impostos s/ os lucros						302.274	(81)	302.193
<b>Resultados Líquido Consolidado</b>						<b>1.301.091</b>	<b>(2.558)</b>	<b>1.298.533</b>
Interesses Minoritários						995	-	995
<b>Resultado Consolidado Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe</b>						<b>1.302.086</b>	<b>(2.558)</b>	<b>1.299.528</b>
<b>Património e Outras informações</b>								
Activos do segmento	33.212.350	6.016.157	25.510.171	6.482.885	(2.969.215)	68.252.348	132.587	68.384.935
Investimento em Associadas	177.137	-	50.752	-	-	227.889	-	227.889
Activos da holding não imputados a segmentos						-	-	9.806.120
<b>Activos totais consolidados</b>						<b>-</b>	<b>-</b>	<b>78.418.044</b>
Passivos do segmento	29.656.271	5.571.404	16.568.334	3.449.926	(26.788.945)	28.456.989	414.191	28.871.180
Passivos da holding não imputados a segmentos						-	-	22.774.613
<b>Passivos totais consolidados</b>						<b>-</b>	<b>-</b>	<b>51.645.793</b>

(Unidade Monetária - Euro)



## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos é o seguinte:

Vendas e Prestações de Serviços por mercados geográficos	Dez-10	Dez-09
Portugal	56.461.954	41.490.511
Brasil	2.223.066	1.965.340
Espanha	6.339.555	4.099.735
Angola	24.812.738	19.024.399
Ajustamentos	-8.874.269	-4.896.187
<b>Total das Operações em Continuidade</b>	<b>80.963.044</b>	<b>61.683.797</b>
Operações em Descontinuação	0	270.846
Ajustamentos Oper. Em Descontinuação	0	14.170
<b>Total</b>	<b>80.963.044</b>	<b>61.968.813</b>
(Unidade Monetária - Euro)		

- A informação das Vendas e Prestações de Serviço acima descritas são baseadas na localização dos clientes.

### 6. Activos Fixos Tangíveis

- Até Dezembro de 2010, o movimento ocorrido nas rubricas de activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações, foi o seguinte:

- Conforme referido na nota 1, os terrenos e os edifícios e outras construções encontram-se registados pelo modelo de revalorização.

- As respectivas quantias revalorizadas, referem-se à avaliação efectuada em 31 de Dezembro de 2010, correspondentes ao justo valor desses activos, foram determinadas através de avaliações, efectuadas nessa mesma data por peritos avaliadores.

- Efectuar-se-ão novas avaliações em 31 de Dezembro de 2011, tendo em conta que até à data não existem quaisquer indícios de imparidade.

Imóveis	Pressuposto Valor Unitário / m <sup>2</sup>	Pressuposto Valor arrendamento / m <sup>2</sup>	Área Bruta Total m <sup>2</sup>	Rendibilidade
Moradia localizada na Rua Sacadura Cabral, nº 3 - Sines	927€/m <sup>2</sup>	6,0 - 8,0€/m <sup>2</sup>	278	0
R. Dos Trabalhadores do Mar, nº16, 2º piso, sala D Setúbal	1.000€/m <sup>2</sup> - 1550€/m <sup>2</sup>	8,5€/m <sup>2</sup>	228	9,25%
Prédio localizado na Rua Pinto Araújo, nº187 Leça da Palmeira - Matosinhos	1.100€/m <sup>2</sup> - 2000€/m <sup>2</sup>	10,5 €/m <sup>2</sup>	732	9,0%
Edifício sito na Rua Roberto Ivens, nº317 - Matosinhos	780€/m <sup>2</sup> - 1150€/m <sup>2</sup>	4,5 - 6,0€/m <sup>2</sup>	335	5,5% - 8,5%
Dois Armazéns localizados no complexo logístico Lezíria Park em Forte da Casa - Vila Franca de Xira	740€/m <sup>2</sup> - 1000€/m <sup>2</sup>	5,25€/m <sup>2</sup>	4.370	7,75%

Activo Bruto	Saldo Inicial 31-12-2009	Imparidade	Aumentos	Transferencia	Alteração de Perímetro	Abates	Saldo Final 31-12-2010
Terreno e Recursos Naturais	1.172.595	-49.479	0	0	117.500	0	1.240.616
Edifícios e o construções	6.948.225	-451.274	120.960	0	200.338	0	6.818.248
Equipamento Básico	4.640.003	0	115.004	0	36.866	-94.511	4.697.363
Equipamento Transporte	1.305.688	0	563.434	0	284.258	-138.726	2.014.654
Ferramentas e Utensílios	370.708	0	17.138	0	37.973	0	425.820
Equipamento Administrativo	2.699.774	0	353.669	0	23.082	-9.451	3.067.074
Outras Imobilizações Corpóreas	667.986	0	10.140	0	0	0	678.126
Imobilizações em Curso	175.091	0	780.672	-75.192	0	0	880.571
	<b>17.980.069</b>	<b>-500.753</b>	<b>1.961.017</b>	<b>-75.192</b>	<b>700.018</b>	<b>-242.688</b>	<b>19.822.472</b>

Depreciações e Perdas de imparidade acumuladas	Saldo Inicial 31-12-2009	Revalorizações	Aumentos	Transferencia	Alteração de Perímetro	Abates	Saldo Final 31-12-2010
Terreno e Recursos Naturais	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios e o construções	982.429	57.566	103.311	0	0	0	1.143.305
Equipamento Básico	3.323.286	0	274.667	0	0	-94.511	3.503.442
Equipamento Transporte	922.138	0	604.031	0	0	-138.726	1.387.443
Ferramentas e Utensílios	146.125	0	37.704	0	17.354	0	201.184
Equipamento Administrativo	2.027.322	0	433.548	0	0	-2.748	2.458.122
Outras Imobilizações Corpóreas	673.011	0	4.832	0	0	0	677.843
	<b>8.074.311</b>	<b>57.566</b>	<b>1.458.093</b>	<b>0</b>	<b>17.354</b>	<b>-235.985</b>	<b>9.371.340</b>
Valor Líquido	<b>9.905.758</b>	<b>-558.319</b>	<b>502.924</b>	<b>-75.192</b>	<b>682.663</b>	<b>-6.703</b>	<b>10.451.132</b>



## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 7. Propriedades de Investimento

- Conforme referido na nota 1, as propriedades de investimento são constituídas por terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou para valorização do capital.
- Os imóveis da SCOA situados na Rua dos Remolares e em Alcântara, estão hipotecados ao Banco Espírito Santo, como garantia do financiamento de médio-longo prazo, contraído em 2008. Este financiamento, efectuado no Banco Espírito Santo, tem um valor actual de 5.416.667 de Euros.

### I - Quadro Evolução

Propriedades	Saldo Inicial em 31-12-2009	Aquisições	Dispêndios Subsequentes	Ajust. Justo valor Ganhos e Perdas Líquidos	Alienações	Saldo Final em 31-12-2010
Rua dos Remolares, 12 a 18 - Lisboa	1.598.000			148.000		1.746.000
Rua Luisa Holstein, 20/ Rua Maria Isabel Saint-Léger, Alcântara	2.691.000			45.000		2.736.000
Rua do Patrocínio, 63 - 3ªB Lisboa	90.000					90.000
Outros	452.926				- 374.026	78.900
	<b>4.831.926</b>	-	-	<b>193.000</b>	<b>- 374.026</b>	<b>4.650.900</b>

(Unidade Monetária - Euro)

### II – Quantias reconhecidas nos resultados (Nota 29)

- Durante o ano não foram incorridas despesas com a reparação e manutenção dos edifícios.

Propriedades	31-12-2010	31-12-2009
Rua dos Remolares, 12 a 18 - Lisboa	258	258
Rua Luisa Holstein, 20/ Rua Maria Isabel Saint-Léger, Alcântara	115.601	111.339
Rua do Patrocínio, 63 - 3ªB Lisboa	610	609
Outros	27.702	27.582
	<b>144.171</b>	<b>139.788</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- Os pressupostos e valores apurados pela C.P.U. Consultores são descritos em seguida:

Propriedades de Investimento	Pressuposto Valor Unitário / m2	Pressuposto Valor arrendamento / m2	Área Bruta Total m2	Valor das rendas/m2	Valor total da renda	Rendibilidade
Rua dos Remolares, 12 a 18 - Lisboa	2.300€/m2	4,5 - 20,0 €/m2	1.375	2,76€/m2 ; 3,54€/m2 ; 8,34€ - 9€/m2 ; 18,75€/m2	6271,51€	5,5% - 9,5%
Rua Luisa Holstein, 20/ Rua Maria Isabel Saint-Léger, Alcântara	2.000 - 2720€/m2	5,5 - 10,5€/m2	2.134	0	0	8,0% - 9,5%
Rua do Patrocínio, 63 - 3ªB Lisboa	800 - 975€/m2	11,5 - 12,0€/m2	70	0	0	4,5% - 5,5%

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 8. Goodwill

▪ O Goodwill corresponde a benefícios económicos futuros resultantes de activos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos. O Goodwill relativo a Subsidiárias englobadas na consolidação encontra-se reflectido na respectiva rubrica individualizada do Balanço.

▪ O Goodwill relativo a Subsidiárias não englobadas na consolidação e a Associadas encontra-se reflectido no valor da respectiva participação financeira sendo apresentado no balanço na rubrica Participações financeiras – Equivalência Patrimonial.

▪ Nas aquisições ocorridas até 31 de Dezembro de 2009, o Goodwill está mensurado pelo seu custo, que corresponde ao excesso do custo das concentrações de actividades empresariais a que respeitam face ao interesse do Grupo no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis na data da concentração. O custo da concentração engloba os custos de aquisição e quaisquer variações subsequentes nos pagamentos contingentes são reconhecidas como ajustamentos ao Goodwill. Sempre que o interesse da adquirente no justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis excedeu o custo da concentração de actividades empresariais a diferença foi imediatamente reconhecida nos resultados do período após reavaliação da identificação e

mensuração dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida e da mensuração do custo da concentração.

▪ Nas aquisições ocorridas em ou após 1 de Janeiro de 2010, o Goodwill é determinado à data de aquisição e mensurado como o excesso de a) sobre b) abaixo:

a) O agregado de:

- Montantes dados em troca da concentração o que tem implícita a sua determinação a justo valor na data de aquisição;
- Quantia dos interesses que não controlam mensurados ao justo valor na data de aquisição ou pelo valor correspondente à proporção do interesse detido nos activos adquiridos e passivos assumidos ou incorridos;
- Numa combinação de negócios efectuada em fases, o justo valor à data de aquisição dos interesses anteriormente detidos.
- Valor líquido, na data de aquisição, dos activos adquiridos e passivos assumidos. Quando a quantia b) excede a a) o diferencial deve ser imediatamente reconhecido nos resultados do período após reavaliação da identificação e mensuração dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida e da mensuração do custo da concentração.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os custos relacionados a aquisição são reconhecidos como gastos e não como parte da retribuição transferida e os pagamentos adicionais efectuados pelo adquirente aos anteriores proprietários (ou devoluções destes) são mensurados ao justo valor à data de aquisição e qualquer variação posterior passa a ser reconhecida nos ganhos e perdas do exercício e não como um ajustamento ao Goodwill.

▪ Adicionalmente:

—Os montantes dados em troca da concentração (activos, assumpção de passivos ou emissão de instrumentos de capital próprio) são analisados para identificar se existe alguma parte que não deve ser alocada à concentração mas sim a outra transacção como, por exemplo, remuneração para prestação de serviços futuros ou para liquidação de relações pré-existentes, caso em que o resultado destas transacções é reconhecido separadamente em resultados;

—A determinação dos activos adquiridos e passivos assumidos ou incorridos tem em conta o justo valor dos passivos contingentes que resultem duma obrigação presente originada por um evento passado (se o justo valor puder ser medido de modo fiável), independentemente de ser expectável uma provável saída de fluxos;

—A empresa reavalia a classificação e designação de todos os activos adquiridos e passivos assumidos ou

incorridos, de acordo com as IFRS, na data da concentração com excepção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato;

—Os activos que resultem de indemnizações contratuais por parte do vendedor relativas ao desfecho de contingências relacionadas, no todo ou em parte, com um passivo específico da entidade concentrada, são reconhecidos e mensurados usando os mesmos princípios e pressupostos dos passivos relacionados;

▪ Quando o Goodwill faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte de uma operação dentro dessa unidade é alienada, o Goodwill associado com a operação alienada é incluído no valor contabilístico da operação para determinar o ganho ou perda da operação. O Goodwill desreconhecido nestas circunstâncias é mensurado com base nos valores relativos entre a operação alienada e a porção da unidade geradora de caixa mantida.

▪ O goodwill não é sujeito a amortização. Sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor e, pelo menos, no final de cada exercício, os valores de goodwill são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como um gasto na demonstração dos resultados.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- O goodwill apurado na aquisição de empresas do grupo, discrimina-se da seguinte forma:

Aquisições	Dez-09	Compras	Vendas	Outras Variações	Dez-10
Agemasa- Ag. Marítima de Consignaciones S.A.	2.578.769	-	-	-	2.578.769
Orey Financial IFIC, S.A.	8.009.266	-	-	-	8.009.266
Orey Valores- Sociedade Correctora S.A.	83.937	-	-	-	83.937
TRF Initiatoren GmbH	2.100	-	-	-	2.100
TRF Transferrechtfonds 1 Management GmbH	2.100	-	-	-	2.100
Orey Financial Brasil S.A.	1.983.915	-	-	-	1.983.915
Full Trust- Soc Gestora de Patrimónios S.A.	498.428	-	-	-	498.428
Martanque - Agência de Navegação e Logística de Transportes Lda	198.033	-	-	-	198.033
Lusofrete - Afretamentos e Navegação Lda e Mendes & Fernandes, Lda	639.213	-	-	-	639.213
Navecor	718.241	-	-	-	718.241
Contrafogo, Soluções de Segurança S.A.	544.395	-	-	100.000	644.395
Navecor	117.360	-	-	-	117.360
Secur- Comércio e Representações Lda	-	407.971	-	-	407.971
Segurvouga- Comércio e Assistência de Equipamentos de Segurança SA	-	553.234	-	-	553.234
<b>Total</b>	<b>15.375.758</b>	<b>961.205</b>	<b>-</b>	<b>100.000</b>	<b>16.436.963</b>

Unidade Monetária - Euros

### Metodologia de avaliação

- O Grupo Orey opera em várias áreas de negócios e é constituído por várias sociedades, pelo que para se proceder à sua avaliação, foi adoptada a seguinte metodologia (adequada ao tipo de actividade de cada sociedade):
  - sociedades cuja principal actividade é a gestão das participações financeiras noutras sociedades, utiliza-se como metodologia de avaliação, o método patrimonial, onde é actualizado o valor dos investimentos financeiros após a revalorização dos valores dos capitais próprios das suas participadas e o valor da sociedade resulta do diferencial entre os activos e passivos (situação líquida);
  - sociedades operacionais com actividade diferente da de gestão de participações, são avaliadas com base no método dos DCF – Discounted Cash-Flows (DCF) baseado nas projecções das demonstrações financeiras de cada uma das empresas para os próximos anos de modo a analisar os cash-flows futuros gerados por cada uma das sociedades.
- De acordo com a metodologia dos DCF, é apurado o valor intrínseco do negócio com base na actualização de cash-flows estimados para um determinado período de tempo e do seu valor residual ou terminal.
- O valor residual da empresa, representa o valor actual estimado dos cash-flows gerados após o período explícito. É calculado com base numa perpetuidade de cash-flow, por definição.
- Em nossa opinião, o valor da perpetuidade que é teoricamente aceite, é um valor que distorce positivamente o valor da empresa dado que:
- É calculado com base no último Free Cash-Flow (que é simultaneamente o mais elevado do período em análise);
- O peso da perpetuidade no valor actualizado dos Cash-Flows é elevado, o valor da empresa é na sua maioria representado pelo valor actualizado da perpetuidade.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- Assim, foi utilizada a seguinte metodologia: considerou-se o valor actual dos cash-flows apurados com base no orçamento para os primeiros 3 anos, adicionou-se o valor actual dos 5 anos seguintes considerando uma taxa de crescimento nos cash-flows variável consoante as expectativas da actividade e por fim 5 anos de cash-flows a uma taxa de crescimento equivalente à do crescimento nominal da economia, considerando-se um intervalo entre 1% e 3%.
- Os cash-flows obtidos deverão ser descontados a uma taxa que incorpore o risco e reflecta o retorno para o negócio esperado por investidores (de capital alheio e de capital próprio).
- É assim apurado o valor da empresa (negócio) e estando as projecções realizadas sujeitas a diversas variáveis externas que podem condicionar o alcançar das mesmas, os valores obtidos para a empresa são corrigidos com as probabilidades das demonstrações financeiras previsionais que os suportam terem ou não pleno sucesso.
- Probabilidade de pleno sucesso do business plan - 75%
- Probabilidade de ½ sucesso do business plan - 15%
- Probabilidade de insucesso do business plan - 10%
- Estas probabilidades podem variar de empresa para empresa, consoante o grau de risco inerente nos orçamentos de cada uma das empresas.
- Após a actualização dos cash-flows futuros e consideração das probabilidades é deduzido o valor da dívida líquida actual de modo a se atingir o valor dos capitais próprios.
- Adicionalmente segue-se um quadro com os pressupostos utilizados.

Pressupostos	Agemasa	Orey Financial IFIC	Orey Financial Brasil	Contrafogo	Horizon View	OCN	Storkship
Método utilizado	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados	Método patrimonial (2)	Cash flows livres descontados	Cash flows livres descontados
Base utilizada	Business Plan 2011-2015	Business Plan 2011-2015	Business Plan 2011-2015	Business Plan 2011-2015	Business Plan 2011-2015	Business Plan 2011-2015	Business Plan 2011-2015
Taxas de crescimento dos cash flows de 2016 - 2020	2,50%	2,50%	5%	5%		2,50%	7,50%
Taxas de crescimento dos cash flows apartir de 2020	1%, 2%, 3%	1%, 2%, 3%	1%, 2%, 3%	1%, 2%, 3%		1%, 2%, 3%	1%, 2%, 3%
Probabilidade de sucesso do business plan (1)	75%, 15%, 10%	75%, 15%, 10%	75%, 15%, 10%	80%, 10%, 10%		75%, 15%, 10%	75%, 15%, 10%
Taxa de desconto utilizada	4,50%	9,90%	16,70%	12,20%		9,06%	10,50%
Valor residual não ajustado por sensibilidade	9.905.000 ; 7.510.000 ; 44.362.000 ; 45.041.000 ; 6.889.000 ; 6.963.000 ; 2.342.000 ; 2.379.000 ; 9.029.000 ; 9.215.000 ; 10.113.000 ; 10.221.000 ; 951.000 ; 963.000						
Valor residual ajustado por sensibilidade do plano de negócio	5.288.000 ; 5.767.000 ; 36.817.000 ; 37.128.000 ; 5.731.000 ; 5.792.000 ; 2.018.000 ; 2.050.000 ; 6.496.000 ; 6.649.000 ; 8.614.000 ; 8.703.000 ; 830.000 ; 840.000						
Valor residual ajustado por sensibilidade à taxa de desconto:							
WACC +1 p.p.	4.743.000	35.730.000	5.484.000	1.909.000	5.926.000	8.308.000	798.000
WACC -1 p.p.	6.383.000	38.282.000	6.039.000	2.171.000	7.258.000	9.032.000	873.000
WACC +2 p.p.	4.075.000	34.613.000	5.238.000	1.795.000	5.342.000	7.992.000	765.000
WACC -2 p.p.	7.391.000	39.744.000	6.353.000	2.320.000	8.019.000	9.446.000	916.000

(1) As probabilidades correspondes consecutivamente à probabilidade de pleno sucesso do business plan, probabilidade de atingimento de 50% do business plan e probabilidade de insucesso do business plan.

(2) Para avaliar a sub-holding responsável pelo negócio de navegação e transportes em Portugal, foi considerado o método de avaliação patrimonial, resultando o seu valor no valor contabilístico após uma reavaliação dos seus principais activos. O principal activo da Horizon View é o valor de investimentos financeiros onde estão contabilizadas as participações nas sociedades: Atlantic - Lusofrete, CMA-CGM, OCN, Storkship e Mendes e Fernandes.

# 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## 9. Outros Activos Intangíveis

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Activo Bruto	Saldo Inicial 31-12-2009	Reavaliações	Aumentos	Transferencia	Alteração de Perímetro	Abates	Saldo Final 31-12-10
Vida útil definida							
Outros	255.936	0	2.622	0	0	0	258.559
	255.936	0	2.622	0	0	0	258.559
Depreciações e Perdas de imparidade acumuladas	Saldo Inicial 31-12-2009	Reavaliações	Aumentos	Transferencia	Alteração de Perímetro	Abates	Saldo Final 31-12-10
Vida útil definida							
Outros	197.692	0	16.749	0	0	0	214.442
	197.692	0	16.749	0	0	0	214.442
Valor Líquido	58.244	0	-14.127	0	0	0	44.117

(Unidade Monetária - Euro)

- A rubrica de activos intangíveis respeita essencialmente a software adquirido pelo Grupo para utilização no desenvolvimento da sua actividade operacional.

## 10. Investimentos Financeiros em Associadas

- O detalhe da rubrica de investimentos financeiros em associadas, a 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, é o seguinte:

Investimentos Financeiros em Associadas	31-12-2009	Resultado do Exercício	Outras Alterações	31-12-2010
CMA-CGM Portugal	177.137	303.749	-130.000	350.887
BAFT	37.500	0	-37.500	0
Orey Moçambique	13.232		-13.232	0
<b>Total</b>	<b>227.869</b>	<b>303.749</b>	<b>-180.732</b>	<b>350.887</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- A rubrica de "Outras Alterações" é passível do seguinte detalhe:

- Dividendo distribuído pela CMA-CGM ao Grupo Orey ..... €130.000
- Alienação da associada BAFT durante 2010 ..... € 37.500
- Consolidação da Orey Moçambique pelo método de consolidação integral 2010 ..... €13.232

## 11. Outros Activos Financeiros

- A rubrica de outros activos financeiros teve a seguinte evolução, em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009:

Outros Activos Financeiros	31-12-2010	31-12-2009
Depósitos Bancários	29.103	5.036
Orey 7	0	363.002
Interest Rate Cap	215.695	78.656
Lisgarante	10.850	0
Outros	30.547	10.854
<b>Total</b>	<b>286.195</b>	<b>457.548</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- O Grupo recorreu a instrumentos financeiros derivados de taxa de juro (Cap de taxa de juro) no sentido de gerir a sua exposição a movimentos nas taxas de juro vigentes nos seus contratos de financiamento de modo a fixar um valor máximo para o seu custo de financiamento.

- Estes instrumentos financeiros derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos, não cumprem todos os critérios dispostos na IAS 39 para que possam ser qualificados como instrumentos de cobertura.

- Em 31 de Dezembro de 2010 estava em vigor os seguintes contratos de derivados:

Instrumento Derivado	Participada	Contraparte	Nacional	Tipo	Vencimento	Justo Valor 2010	Justo Valor 2009
Interest Rate Cap							
a) Orey Gestão Imobiliária, Lda	BBVA	3.100.000	Cap de taxa de juro da Euribor a 1 mês a 4,5%	Junho de 2027	124.417	78.656	
b) Horizon View	Barclays	6.500.000	Cap de taxa de juro da Euribor a 1 mês a 3,35%	Janeiro de 2018	86.413	-	
c) Horizon View	Santander	375.000	Cap de taxa de juro da Euribor a 3 meses a 1,75%	Agosto de 2014	4.571	-	
c) OA Technical Representations	Santander	100.000	Cap de taxa de juro da Euribor a 3 meses a 2,90%	Junho de 2014	294	-	
Total						215.695	78.656

(Unidade Monetária - Euro)



## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- a) Este contrato foi celebrado pela Orey Gestão Imobiliária, Lda. no seguimento da contratação de um empréstimo de taxa variável a 20 anos no valor de 3.100.000 Euros relativo à aquisição de dois armazéns no Lezíria Park de forma a limitar o seu custo de financiamento a 4,5%. Este instrumento corresponde a uma cobertura económica. A taxa de juro e a taxa de desconto utilizada foi a Euribor a 1 mês.
- b) Este contrato foi celebrado pela Horizon View no seguimento da contratação de um empréstimo de taxa variável a 8 anos no valor de 6.500.000 Euros de forma a limitar o seu custo de financiamento a 4,5%. Este instrumento corresponde a uma cobertura económica. A taxa de juro e a taxa de desconto utilizada foi a Euribor a 1 mês.
- c) Este contrato foi celebrado pela Horizon View no valor de 375.000 Euros durante 4 anos. A taxa utilizada foi a Euribor a 3 meses a 1,75%.
- d) Este contrato foi celebrado pela OA Technical Representations, no valor de 100.000€, durante um período de 4 anos, utilizando a taxa Euribor a 3 meses a 2,90%

### 12. Adiantamento Por conta de Activos

- Em Julho de 2010 o Grupo contratualizou com partes independentes no Brasil, a aquisição de activos cujo benefício económico dos mesmos será originado para a Orey somente em exercícios futuros.

- Estabelece o acordo que os activos em causa respeitam essencialmente a depósitos penhorados pelo Governo Brasileiro, bem como a terrenos detidos pela contraparte, e que serão disponibilizados quando o tribunal brasileiro deliberar sobre o levantamento desses constrangimentos. É provável que tal deliberação venha ocorrer no espaço temporal de 3 a 5 anos, sendo que no final deste prazo serão registados definitivamente os activos contratualizados e assumidos os eventuais custos e proveitos que possam advir.

### 13. Activos e Passivos por Impostos Diferidos

- Até Dezembro de 2010, os movimentos nas rubricas de Activos e Passivos por Impostos Diferidos foram os seguintes:

Activos por Impostos Diferidos	Saldo em 31-12-2009	Origem	Reversão	Saldo em 31-12-2010
Prejuízos Fiscais Reportáveis	1.573.271	589.597	0	2.162.868
Aumento de Capital	13.555	0	0	13.555
Provisões Cobrança Duvidosa	37.545	0	452	37.998
Outros	1.177	646	0	1.823
<b>Total</b>	<b>1.625.550</b>	<b>590.243</b>	<b>452</b>	<b>2.216.245</b>

Passivos por Impostos Diferidos	Saldo em 31-12-2009	Origem	Reversão	Saldo em 31-12-2010
Revalorizações	784.481	90.480	0	874.961
Amortizações Aceleradas	45.271	0	0	45.271
Outros	-1.100	69.349	0	68.249
<b>Total</b>	<b>828.652</b>	<b>159.829</b>	<b>0</b>	<b>988.481</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- O Grupo tem registado em 2010 e 2009 passivos por impostos diferidos referentes a reavaliações legais e livres efectuadas a terrenos e construções classificados quer como propriedades de investimento quer como activos fixos tangíveis.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 14. Existências

- O detalhe desta rubrica em Dezembro de 2010 e Dezembro de 2009 era o seguinte:

Existências	31-12-2010	31-12-2009
Mercadorias	2.716.366	1.951.986
Perdas de imparidade acumuladas	-133.203	-108.144
<b>Total</b>	<b>2.583.162</b>	<b>1.843.842</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 ascendem a 5.265.338 euros e a 4.793.900 euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	31-12-2010	31-12-2009
Existências Iniciais	c) 1.843.842	983.778
Compras	6.066.934	5.766.280
Regularizações de Existências	-3.391	947
Existências Finais	<u>2.612.604</u>	<u>1.900.473</u> a)
Perdas por Imparidade	29.442	56.631 b)
Reversão das Perdas Por Imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>5.265.338</b>	<b>4.793.900</b>

(Unidade Monetária - Euro)

Sendo que c) = a) - b)

- O movimento ocorrido na imparidade durante o exercício de 2010 é o seguinte:

	Saldo em 31/12/09	Reforço	Utilizações	Reversões	Saldo em 31/12/10
- Depreciação de Existências	123.128	29.442	-19.367	0	133.203
<b>Total</b>	<b>123.128</b>	<b>29.442</b>	<b>-19.367</b>	<b>0</b>	<b>133.203</b>

(Unidade Monetária - Euro)

### 15. Contas a Receber – Clientes

- O detalhe desta rubrica em Dezembro de 2010 e Dezembro de 2009 era o seguinte:

Contas a Receber - Clientes	31-12-2010	31-12-2009 Aprovado	31-12-2009 Ajustado
Dívidas de Clientes	18.923.384	15.030.013	12.256.570
Perdas de Imparidade Acumuladas	-2.606.726	-2.050.677	-2.050.677
<b>Total</b>	<b>16.316.658</b>	<b>12.979.336</b>	<b>10.205.893</b>

(Unidade Monetária - Euros)

- O movimento ocorrido na imparidade durante o exercício de 2010 é o seguinte:

	Saldo em 31/12/09	Reforço	Utilizações / Regularizações	Reversões	Saldo em 31/12/10
- Devedores Cobrança Duvidosa	2.050.677	737.397	54.262	-235.610	2.606.726
<b>Total</b>	<b>2.050.677</b>	<b>737.397</b>	<b>54.262</b>	<b>-235.610</b>	<b>2.606.726</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- Esta rubrica inclui cerca de 1,5 milhões de Euros correspondentes a documentos vencidos há mais de um ano e não provisionados. Deste valor, 0,5 milhões refere-se à rubrica de sobre-estadias relativas à área de navegação. O risco associado a este saldo encontra-se mitigado pela existência de um saldo de igual montante no passivo associado a estas sobre-estadias.

- O valor remanescente, 1 milhão corresponde a dois tipos de situações, processos em curso ainda não finalizados e a saldos que se encontram em processo de encontro de contas com fornecedores, nomeadamente despachantes, o que não permitiu ainda a sua regularização.

- Tal como referido na nota 2, o Grupo Orey procedeu a uma análise das suas rubricas patrimoniais “Outros Activos Financeiros” e “Outros Passivos Financeiros”, resultantes de fundos entregues por clientes da área financeira, no âmbito de actividades de transmissão e recepção de ordens de clientes, e concluiu que as responsabilidades e riscos assumidos pelo Grupo se enquadram exclusivamente no âmbito do contrato de registo e depósito celebrado com os clientes.

- Tal facto levou o Grupo a reexpressar o comparativo à data de 31 de Dezembro de 2009, facto pelo qual as demonstração da posição financeira do Grupo faz referência a valores comparativos ajustados e aprovados.



## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 16. Contas a Receber – Outras e Diferimentos

#### Contas a receber

- Em 31 de Dezembro 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Contas a Receber - Outras	31-12-2010	31-12-2009 Aprovado (Nota 2)	31-12-2009 Ajustado (Nota 2)
Estado e Outros Entes Públicos			
- IVA	689.757	727.001	727.001
- IRC			
Imposto Estimado	- 249.461	-	-
Pagamento Especial Por Conta	337.113	-	-
Pagamento Por Conta	82.892	-	-
Retenções na Fonte	96.667	-	-
Imposto a Recuperar	- 2.850	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	99.115	100.070	100.070
Empréstimos Empresas Associadas	-	1.041.000	1.041.000
Outros Devedores	7.009.755	11.147.101	3.228.020
Acréscimo de Proveitos	4.091.149	3.850.491	3.850.491
<b>Total</b>	<b>12.154.137</b>	<b>16.865.663</b>	<b>8.946.582</b>

(Unidade Monetária - Euros)

- A rubrica de empréstimos a empresas associadas respeitava em 2009 exclusivamente a financiamentos concedidos à sociedade OPIncrível SGPS, S.A. Com o objectivo de apoiar a tesouraria de curto prazo. Com a alteração da participação de 40% para 66,67%, passou a aplicar-se a consolidação integral em 2010 tendo este saldo sido eliminado nos ajustamentos de consolidação tendo como contrapartida a anulação da participação financeira.
- A rubrica de Acréscimos de Proveitos respeita essencialmente a estimativas inerentes a processos na área da navegação, os quais à data de encerramento do exercício se encontravam pendentes por facturar, mas cujos custos na maioria já foram contabilizados.

#### Diferimentos

Diferimentos	31-12-2010	31-12-2009
Custos Diferidos	2.812.345	607.202
<b>Total</b>	<b>2.812.345</b>	<b>607.202</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- À semelhança dos acréscimos de proveitos anteriormente mencionados, esta rubrica respeita igualmente os processos de navegação, nas empresas de navegação portuguesas e no estrangeiro, que se encontram maioritariamente facturados, mas cujos custos ainda não se encontram totalmente registados pelo Grupo.

### 17. Caixa e Bancos

- Em 2010 e 2009, a rubrica de caixa e bancos era passível da seguinte composição:

Caixa e Bancos	31-12-2010	31-12-2009
Caixa	293.876	217.289
Depósitos à Ordem	21.066.819	1.780.647
Títulos negociáveis	666.483	101.797
Outras Aplicações de Tesouraria	60	80
<b>Total da caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>22.027.238</b>	<b>2.099.812</b>
Depósitos a Prazo	10.223.089	11.407.847
<b>Total da caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>32.250.327</b>	<b>13.507.659</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- Nestes depósitos a prazo inclui-se um depósito a prazo constituído junto do Millenium BCP pelo prazo de um ano encontrando-se a ser remunerado às taxas actuais de mercado pelo que não deverá existir grande diferença face ao seu justo valor. Este depósito serve de garantia ao financiamento de médio/longo prazo de Eur 6.500.000 concedido à Horizon View (Nota 23). Os outros depósitos a prazo são constituídos por prazos entre 1 a 3 meses.

### 18. Unidades Operacionais em Descontinuação

- Esta rubrica respeita exclusivamente à nossa participada Leme – Agência de Navegação, Lda, com sede em Moçambique, que embora não esteja formalmente extinta, não possui quaisquer activos ou passivos registados nas contas consolidadas.

# 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

## 19. Capital e Prémios de Emissão

### Capital Social

- Em 31 de Dezembro de 2010, a estrutura accionista da Sociedade era a seguinte:

Participações Qualificadas	Quantidade	% do Capital Social	% dos direitos de voto
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey			
Directamente:	0	0,00%	0,00%
Indirectamente:			
- Orey Inversiones Financieras, SL	4.270.000	32,85%	32,85%
- Triângulo-Mor Consultadoria Económica e Financeira, S.A.	5.070.000	39,00%	39,00%
- Através da Orey Gestão de Activos SGFIM, S.A. Referente a Carteiras de Clientes de Gestão Discrecionária	204.969	1,58%	1,58%
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>9.544.969</b>	<b>73,42%</b>	<b>73,42%</b>
Jochen Michalski	370.044	2,85%	2,85%
MCFA, SGPS, S.A.	275.000	2,12%	2,12%
Invespri SGPS, S.A.	263.442	2,03%	2,03%
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>908.486</b>	<b>7,00%</b>	<b>7,00%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.453.455</b>	<b>80,42%</b>	<b>80,42%</b>

- Durante o exercício de 2010 verificou-se uma redução de 750.000 euros no capital social do grupo.
- A redução resultou da extinção de 1 em cada 17 acções existentes (incluindo acções próprias) e abrangeu também a distribuição de resultados a accionistas, pelo montante de 0,09 euros por acção (com excepção de acções próprias).

### Prémios de Emissão

- À data de 31 de Dezembro de 2010 os prémios de emissão eram detalháveis da seguinte forma:

Rubrica	Ano	Nº Acções	Prémio Unitário	Sub-Total Prémio Emissão	Custos de Emissão	Impostos Diferidos	Total Prémio de Emissão
Aumento de Capital por subscrição de acções	2006	5.000.000	1	5.000.000	-233.725	64.274	4.830.550
Conversão VMOP's	2008	3.409.272	1	3.409.272	-115.086	2.303	3.296.489
Conversão VMOP's	2009	109.166	1	109.166	0	0	109.166
Redução de Capital	2010	-750.000	1	-750.000	0	0	-750.000
<b>Total</b>							<b>7.486.204</b>

(Unidade monetária - Euros)

## 20. Acções Próprias

- O movimento do ano de 2010 relativo a acções próprias é o que se segue:

Acções Próprias	Quantidade	Custo médio	Valor Total
Detidas a 31/12/09 por:			
-SCOA	1.119.048	2,74	3.064.277
Adquiridas a 18/02/10 por:			
-SCOA	158.707	1,70	269.802
Redução de Capital (Nota 11)	-19.612	2,61	-51.174
OPV 31/07/10	-1.190.453	2,61	-3.106.279
Detidas a 31/12/10 por:			
-SCOA	67.690	2,61	176.626

(Unidade Monetária - Euro)

## 21. Reservas

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Reservas	31-12-2010	31-12-2009
Reservas de Revalorização	1.245.119	1.503.284
Reservas Legais	1.466.426	1.421.641
Reservas Livres	559.538	518.408
Outras Reservas	15.089	15.089
<b>Total</b>	<b>3.286.172</b>	<b>3.458.422</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- As reservas legais, de acordo com o artigo 296 do Código das Sociedades Comerciais só podem ser utilizadas para:

- Incorporação no capital;
- Cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
- Cobrir parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- A reserva de valorização dos activos fixos tangíveis ao justo valor não é distribuível aos accionistas porque não se encontra realizada.
- Reserva de Conversão Cambial é a reserva gerada pela transposição das demonstrações financeiras das sociedades que efectuam o seu relato em moeda distinta do euro, conforme referido na nota 2.
- As outras reservas referem-se a reservas efectuadas nas propriedades de investimento, ao abrigo de diplomas legais em datas anteriores à data de transição das IFRS. Só podendo ser utilizadas, depois de realizadas, para cobrir prejuízos até à data a que se reporta a reavaliação ou para incorporação no capital social na parte remanescente.

### 22. Provisões

- Até Dezembro de 2010, o movimento efectuado na rubrica de provisões foi o seguinte:

	Saldo em 31/12/09	Reforço	Reversões	Utilizações	Saldo em 31/12/10
Provisões	184.495	485.965	-67.165	36.066	639.361
<b>Total</b>	<b>184.495</b>	<b>485.965</b>	<b>-67.165</b>	<b>36.066</b>	<b>639.361</b>

(Unidade Monetária - Euro)

### 23. Empréstimos e Descobertos Bancários

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Financiamentos e Descobertos Bancários			
Passivo Não Corrente		31-12-2010	31-12-2009
- Sociedade Comercial Orey Antunes		4.333.331	5.416.666
- Orey Shipping S.L.		0	597.222
- Agemasa - Ag. Marítima de Consignaciones S.A.		752.882	1.078.706
- OA Technical Representations		406.380	375.254
- Orey Gestão e Imobiliária, Lda		2.638.905	2.805.248
- Horizon View		6.500.000	0
<b>Total</b>		<b>14.631.498</b>	<b>10.273.096</b>
Passivo Corrente		31-12-2010	31-12-2009
- Sociedade Comercial Orey Antunes			
- Empréstimos bancários		7.083.336	7.248.837
- Descobertos bancários		3.393.197	4.740.206
- Orey Financial, SGPS, S.A.		320.000	320.000
- OA Technical Representations		1.075.236	549.141
- Orey Gestão e Imobiliária, Lda		1.018.661	22.156
- Empréstimos bancários		703.125	0
- Descobertos bancários		1.778.937	0
- Outras Empresas		1.153.489	470.219
<b>Total</b>		<b>16.525.980</b>	<b>13.350.560</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- As condições de financiamento para os principais empréstimos bancários são as seguintes:

Banco	Forma	Valor Aprobado	Montante em dívida	Condições Contratuais	Taxa de Juro Nominal	Taxa de Juro Efectiva
<b>Passivos Não Correntes</b>						
Banco Espírito Santo	-Médio/Longo Prazo	6.500.000	5.416.667	Euribor 3M + Spread 3,5%	3,25%	3,37%
Banco Comercial Português	-Médio/Longo Prazo	3.100.000	2.678.075	Euribor 3M + Spread 0,375%	1,38%	1,44%
Banco Comercial Português	-Médio/Longo Prazo	6.500.000	6.500.000	Euribor 3M + Spread 2,75%	3,45%	3,83%
Santander Totta	-Médio/Longo Prazo	200.000	187.500	Euribor 3M + Spread 3,375%	4,25%	4,41%
Santander Totta	-Médio/Longo Prazo	750.000	703.125	Euribor 3M + Spread 3,375%	4,25%	4,42%
<b>Passivos Correntes</b>						
Banco Espírito Santo	-Descoberto Autorizado	2.500.000	2.393.181	Euribor 3M + Spread 3,5%		
Caixa Geral de Depósitos	-Curto Prazo	1.000.000	1.000.000	Euribor 3M + Spread 4%		
Banco Santander Totta	-Conta Corrente Caucionada	3.000.000	1.000.000	Euribor 3M + Spread 3,5%		
Banco Bilbao Vizcaya e Argentaria	-Conta Corrente Caucionada	2.500.000	2.500.000	Euribor 3M + Spread 2,5%		

(Unidade Monetária - Euros)

### 24. Responsabilidades por Benefícios de Reforma

- As responsabilidades por benefícios de reforma referentes em 2010 e 2009 são:

Responsabilidade por benefícios de reforma	31-12-2010	31-12-2009
Responsabilidades	610.735	820.270
Contribuições pagas no ano	-327.185	-276.714
Acréscimo responsabilidade no ano	19.732	24.081
<b>Subtotal</b>	<b>303.282</b>	<b>567.637</b>
Ganhos e perdas actuariais diferidos	-148.714	-105.616
<b>Total</b>	<b>154.568</b>	<b>462.021</b>

(Unidade monetária - Euros)

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- O valor do fundo de pensões em 2010 é o seguinte:

Valor do fundo de pensões	31-12-2010	31-12-2009
Saldo Inicial	1.148.396	927.288
Contribuições	327.185	276.714
Retorno real dos activos	-64.871	50.014
Benefícios e prémios pagos pelo fundo	-117.514	-105.620
<b>Total</b>	<b>1.293.196</b>	<b>1.148.396</b>

(Unidade monetária - Euros)

- A responsabilidade e valor dos activos do fundo encontra-se detalhado em seguida:

Responsabilidade e Valor dos activos do fundo	31-12-2010	31-12-2009
Valor das responsabilidades	1.511.622	1.716.033
Valor do fundo	1.293.196	1.148.396
<b>Déficit</b>	<b>218.426</b>	<b>567.637</b>

(Unidade monetária - Euros)

- Os activos do fundo de pensão são decompostos da seguinte forma:

Activos do fundo	31-12-2010
Obrigações	930.019
Acções	233.696
Depósitos à ordem	319.590
Outros	2.289
Responsabilidades	-192.398
<b>Total</b>	<b>1.293.196</b>

(Unidade monetária - Euros)

- Os pressupostos e bases técnicas actuariais do fundo é o seguinte:

Pressupostos e bases técnicas actuariais	2010	2009
<b>Pressupostos financeiros</b>		
Taxa técnica actuarial	4,5%	4,5%
Taxa anual do rendimento do fundo	4,5%	5,0%
Taxa anual do crescimento salarial	2,5%	3,0%
Taxa anual do crescimento das pensões	1,0%	1,0%
<b>Pressupostos demográficos</b>		
Idade normal de reforma	65 anos	65 anos
Tábua de mortalidade homens	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de mortalidade mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	SR	SR

### 25. Empréstimo Obrigacionista – Orey Best

- O Grupo contraiu em 2010 um empréstimo por obrigações.

- Este empréstimo por obrigações é passível do seguinte detalhe:

	Limite de Emissão	Montante Utilizado	Valor Contabilístico
Empréstimo por Obrigações Orey Best / 2010-2018	30.000.000	13.000.000	12.616.425

(Unidade Monetária - Euro)

- A taxa de juro em vigor a 31 de Dezembro de 2010 para este empréstimo por obrigações era de 5,50%.

### 26. Passivos por Locações Financeiras

- O detalhe desta rubrica é o seguinte:

Passivos por locação financeira	31-12-2010		31-12-2009	
	Passivo Corrente	Passivo não corrente	Passivo Corrente	Passivo não corrente
Edifícios, Terrenos e Recursos Naturais	39.383	295.332	45.878	336.551
Equipamento de Transporte	128.407	395.846	58.452	91.287
<b>Total</b>	<b>167.790</b>	<b>691.178</b>	<b>104.330</b>	<b>427.838</b>

(Unidade Monetária - Euro)

Tipo de Activo	Futuros Pagamentos	Não mais de 1 ano	Mais de um ano e não mais de 5 anos	Mais de 5 anos
Edifícios Terrenos e Recursos Naturais	334.715	39.383	197.448	97.884
Equipamento de Transporte	524.253	128.407	395.846	0
<b>Total</b>	<b>858.968</b>	<b>167.790</b>	<b>593.294</b>	<b>97.884</b>

(Unidade Monetária - Euro)

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 27. Contas a Pagar - Outras (Passivos Correntes) e Diferimentos

#### Contas a Pagar

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Contas a Pagar - Outras	31-12-2010	31-12-2009 Aprovado (Nota 2)	31-12-2009 Ajustado (Nota 2)
Adiantamentos de Clientes	83.148	63.070	63.070
Impostos	603.153	607.316	607.316
Accionistas	860.596	267.070	267.070
Outros Credores	8.916.077	11.625.599	1.011.730
Acréscimos de Custos	2.440.895	3.923.515	3.923.515
<b>Total</b>	<b>12.903.869</b>	<b>16.486.571</b>	<b>5.872.702</b>

(Unidade monetária - Euros)

#### Diferimentos

- As rubricas de acréscimos de proveitos e custos e de diferimentos, referem-se, na sua maior parte aos processos de navegação, nas empresas de navegação portuguesas e no estrangeiro, que se encontram por encerrar e facturar.

### 28. Ganhos e Perdas em Empresas Associadas

- Esta rubrica ascende a 316.813 euros e a 94.008 euros em 2010 e em 2009, respectivamente, e respeita essencialmente ao reconhecimento das variações das participações em associadas por aplicação do método de equivalência patrimonial (nota 10).

### 29. Outros Proveitos Operacionais

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros Proveitos Operacionais	31-12-2010	31-12-2009
Proveitos Suplementares	1.419	746.576
Ganhos em Imobilizações	33.543	140.461
Benefícios de Penalidades Contratuais	3.314	95.673
Ganhos em Operações Financeiras	3.349.813	0
Rendimentos de Imóveis (Nota 7)	144.171	139.788
Outros	806.499	789.344
<b>Total</b>	<b>4.338.759</b>	<b>1.911.841</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- Sendo a rubrica “Outros” passível do seguinte detalhe

Outros	31-12-2010	31-12-2009
Correcções relativas a exercicios anteriores	586.937	100.884
Outros	219.562	688.460
<b>Total</b>	<b>806.499</b>	<b>789.344</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- A rubrica de “Ganhos em Operações Financeiras” respeita essencialmente aos ganhos obtidos com o resgate antecipado do produto financeiro Orey 7, um produto estruturado com maturidade em 2012.
- Este produto era composto por duas classes: a Classe A no montante de €20ML e a Classe B no montante de €5ML. A Classe A possuía um cupão anual de 7% com pagamentos trimestrais enquanto a Classe B pagava um rendimento variável no final da vida do produto, dependendo do comportamento global do mesmo. A emissão foi realizada em Euros, investindo o Orey 7 os seus activos em obrigações governamentais Brasileiras emitidas em Reais.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 30. Fornecimentos e serviços de terceiros

- A rubrica de fornecimentos e serviços terceiros tem como critério de mensuração o custo e é decomposta da seguinte forma:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-12-2010	31-12-2009
Subcontratos	49.079.553	34.494.759
Electricidade	128.916	93.277
Combustíveis	257.739	202.975
Água	23.962	17.375
Outros Fluidos	6.266	0
Ferramentas	160.376	121.674
Material de escritório	97.932	100.148
Artigos para oferta	13.002	21.151
Rendas e alugueres	3.054.484	2.019.889
Despesas de representação	291.645	231.098
Comunicação	568.860	715.981
Seguros	373.787	265.234
Royalties	10.389	0
Transporte de mercadorias	209.189	121.732
Transporte de pessoal	8.602	12.983
Deslocações e estadas	999.498	1.078.366
Comissões	0	1.526
Honorários	793.262	486.712
Outras Imputações	0	0
Contencioso e notariado	59.716	36.263
Conservação e reparação	850.805	568.021
Publicidade e propaganda	826.178	664.504
Limpeza, higiene	147.503	124.756
Vigilância	109.513	78.664
Trabalhos especializados	1.871.348	734.284
Outros	66.256	547.528
<b>Total</b>	<b>60.008.779</b>	<b>42.738.898</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- Os subcontratos por área são os seguintes:

Subcontratos por área	31-12-2010	31-12-2009
Navegação	47.505.200	33.027.164
Financeira	306.080	316.442
Técnicas	719.737	708.738
Outros	548.537	442.415
<b>Total</b>	<b>49.079.553</b>	<b>34.494.759</b>

(Valores em Euros)

- Os outros subcontratos dizem respeito a trabalhos de consultores na área da informática e à contratação de serviços de entidades terceiras na área das comunicações.

- No que respeita à consultoria na área da informática ressalva-se o facto de se terem procedido à actualização dos softwares operacionais e de gestão no âmbito da adopção do SNC (Sistema de Normalização Contabilístico). Preve-se que em 2011 esta rubrica se mantenha elevada face à obrigação fiscal imputada às empresas da actualização dos mesmos sistemas agora no âmbito da certificação informática exigida pela administração fiscal a partir do primeiro dia do ano.

### 31. Pessoal

#### Pessoal

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o detalhe do número de colaboradores do Grupo, repartido por área de negócio é o seguinte:

Pessoal	31-12-2010	31-12-2009
Total	Total	Total
Navegação (Portugal)	79	78
Navegação (Internacional)	111	92
Representações Técnicas	70	50
Sector Financeiro	72	61
Serviços Administrativos	40	40
<b>Total</b>	<b>372</b>	<b>321</b>

### Remunerações Órgãos Sociais

- Em 31 de Dezembro de 2010, as remunerações pagas aos Órgãos Sociais da Sociedade, respeitam exclusivamente a benefícios de curto prazo, e foram os seguintes:

Remunerações auferidas pelo pessoal chave	Dez-09	Dez-10
Conselho de administração	641.743	262.332
Conselho fiscal	24.000	19.500

(Unidade Monetária - Euro)



## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 32. Outros Gastos Operacionais

- A rubrica “Outros gastos operacionais” é composta por:

Outros Gastos Operacionais	31-12-2010	31-12-2009
Impostos	409.385	314.739
Gastos em Alienações de Activos Fixos Tangíveis	16.197	31.241
Outros	1.712.406	975.423
<b>Total</b>	<b>2.137.988</b>	<b>1.321.403</b>

(Unidade Monetária - Euro)

- Sendo os “Outros”:

Outros	31-12-2010	31-12-2009
Donativos	28.495	14.391
Quotizações	59.577	61.964
Perdas em Existências	61.089	37.147
Insuficiência para Estimativa de Imposto	36.340	33.778
Correcções Relativas a Períodos Anteriores	1.185.012	575.089
Multas	9.639	15.668
Outros	332.253	237.386
<b>Total</b>	<b>1.712.406</b>	<b>975.423</b>

(Unidade Monetária - Euro)

### 33. Resultados Financeiros

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

Resultados Financeiros	31-12-2010	31-12-2009
<b>Rendimentos e Ganhos Financeiros</b>		
- Juros Obtidos	235.972	233.347
- Diferenças de Câmbio Favoráveis	3.610.290	1.648.623
- Outros	593.225	533.010
<b>Total</b>	<b>4.439.487</b>	<b>2.414.981</b>
<b>Gastos e Perdas Financeiros</b>		
- Juros Suportados	-1.807.404	-820.505
- Serviços Bancários	-159.597	-173.277
- Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	-2.774.404	-2.022.485
- Outros	-104.769	-9.771
<b>Total</b>	<b>-4.846.173</b>	<b>-3.026.038</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-406.686</b>	<b>-611.057</b>

(Unidade Monetária - Euro)

### 34.(Gastos) | Rendimentos de Impostos

- O saldo apurado de Gastos (Rendimentos) de Impostos é decomposto do seguinte modo:

Gastos (rendimentos de impostos)	31-12-2010	31-12-2009
Imposto Corrente	413.669	458.558
Impostos Diferidos		
- Origem e reversão de diferenças temporárias	-531.511	-760.833
<b>Total</b>	<b>-117.842</b>	<b>-302.274</b>

(Unidade Monetária - Euro)

### 35. Resultados por acção

- Em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os resultados por acção têm a seguinte composição:

Rendimento por Acção	31-12-2010	31-12-2009
<b>Resultado por acção básico</b>	0,235	0,103
<b>Resultado por acção diluído</b>	0,235	0,103

- O resultado por acção básico é calculado tendo em conta o resultado líquido atribuível à casa-mãe e capital número de acções em circulação, o que corresponde a 31 de Dezembro de 2010 a 12.932.310 acções tendo em conta a existência de 67.690 acções próprias. O resultado por acção diluído é consistente com o resultado por acção básico, visto que não existem acções ordinárias potenciais.

### 36. Partes Relacionadas

- As participadas da SCOA têm relações entre si que se qualificam como transacções com partes relacionadas. Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.
- Nos procedimentos de consolidação estas transacções são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única entidade se tratasse.



## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As empresas do grupo que prestam serviços a outras empresas do grupo são as seguintes: Orey Serviços e Organização S.A., na área de serviços financeiros, controlo de gestão, tecnologia de informação e pessoal, Orey Gestão Imobiliária S.A., que detém edifícios que arrenda às empresas do grupo. Na área das representações técnicas são efectuadas vendas de mercadoria entre as várias empresas. Na navegação são prestados serviços diversos às empresas, na sua área de actuação.

Além das empresas participadas pelo Grupo, existe também como parte relacionada o Monte São José, empresa detida pelo presidente do conselho de administração do Grupo.

Partes Relacionadas	Ano	Vendas	Compras	A receber	A pagar
Monte São José	2010	7.837	450.000	0	18.150
	2009	2.618	60.000	0	0

(Unidade Monetária - Euros)

Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.

Relativamente a transacções com entidades relacionadas que sejam pessoas chave da administração definiu o Conselho de Administração da SCOA que este conjunto de pessoas seria composto pelos membros do Conselho de Administração da Sociedade Comercial Orey Antunes, pelos membros dos Conselhos de Administração das sub-holdings (Horizon View SA, OA Technical Representations- Rep.Nav.Ind. SA, OA International BV e Orey Financial – IFIC,

S.A.) e pelos Gerentes da Orey Serviços e Organização, Lda. e da Orey Gestão Imobiliária, Lda., os quais se passam a enumerar:

- Duarte Maia de Albuquerque d'Orey
- Joaquim Paulo Claro dos Santos
- Tristão José da Cunha de Mendonça e Menezes
- Juan Celestino Lázaro González
- Jorge Delclaux Bravo
- Francisco Van Zeller
- Miguel Ribeiro Ferreira
- Alex Sommerville Gibson
- Francis Xavier Ferreira Lobo Vasconcelos
- Francisco Manuel de Lemos dos Santos Bessa
- Rui Maria de Campos de Albuquerque d'Orey
- Henrique Manuel Garcia Teles Feio
- João Carlos Alves Mendonça Arrais
- Gonçalo Magalhães Saraiva Mendes
- José Carlos Conceição Santos
- Marcos Francisco F. A. Q. Saldanha
- Miguel Carvalho Albuquerque d'Orey
- Rogério Paulo Caiado Raimundo Celeiro
- João Luís Sacramento Teiga
- João Pedro Cortez Almeida Ejarque
- Vitor Paulo Figueiredo Monteiro
- Salvador Albuquerque d'Orey
- Gabriel Sousa Uva

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### 37. Activos e passivos contingentes

- A 31 de Dezembro de 2010, os compromissos financeiros que não figuram no balanço são os seguintes:

–Garantias bancárias a favor do estado	EUR 916.674
–Garantias a favor de outras empresas	EUR 1.244.219

- À data de 31 de Dezembro de 2010, existem contra a Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., um conjunto de processos fiscais em sede de IRC, sendo que alguns se encontrem em fase reclamação graciosa e os restantes em fase de impugnação judicial. O total do montante em causa no conjunto destes processos ascende a 915.541,62 milhares de Euros. A Administração, suportada pelos seus consultores jurídicos, considera como pouco provável que o desfecho destes litígios sejam desfavoráveis ao Grupo pelo que não foi reconhecida qualquer provisão nas demonstrações financeiras para este risco.
- Existe uma contingência fiscal, fora do País, de valor não estimado, que a Administração estima que a probabilidade de ocorrência é bastante diminuta.

### 38. Locações Operacionais

- O detalhe das Locações operacionais do Grupo por empresa à data de 31 de Dezembro de 2010 é descrito no quadro seguinte:

FROTA GRUPO OREY						
Empresa	Locadora	Matricula	Marca / Modelo	Início	Fim	Valor €
RENTING						
HORIZON VIEW	LEASEPLAN	53-IZ-91	AUDI A6	06-04-2010	05-04-2014	80.055
	BMW	61-HV-97	BMW 3 SERIES 320d TOURING	31-07-2009	30-06-2013	40.000
CMA-CGM	SGALD AUTOMOTIVE	10-HU-95	OPEL INSIGNIA	02-07-2009	01-07-2013	33.222
	SGALD AUTOMOTIVE	89-HN-27	PEUGEOT 308	30-04-2009	29-04-2013	24.238
	ITELCAR	50-EC-53	TOYOTA AURIS	30-07-2007	29-07-2011	25.813
	SGALD AUTOMOTIVE	53-IX-66	VOLKSWAGEN JETTA	25-03-2010	24-03-2014	23.153
CONTRAFOGO	LOCARENT	72-GV-17	BMW série 5	20-11-2008	19-10-2012	53.400
OCN	LEASEPLAN	73-JL-27	PEUGEOT 207	21-07-2010	20-07-2014	14.813
	LEASEPLAN	92-IX-78	VOLVO V70	25-03-2010	24-03-2014	43.500
	LEASEPLAN	62-IL-25	PEUGEOT 308	27-11-2009	26-11-2013	24.548
	LEASEPLAN	62-IF-02	FORD MONDEO	15-10-2009	14-10-2013	28.333
	LEASEPLAN	96-IA-59	OPEL INSIGNIA	13-08-2009	12-08-2013	35.878
	LEASEPLAN	79-GT-80	PEUGEOT 807	03-12-2008	02-12-2012	42.152
	ALD AUTOMOTIVE	59-LI-01	PEUGEOT 407	30-03-2007	29-03-2011	36.379
	LEASEPLAN	20-LE-34	OPEL ASTRA	30-12-2010	30-12-2014	26.040
OSO	LEASEPLAN	79-JH-35	PEUGEOT SPORT	18-06-2010	17-06-2014	26.387
	LEASEPLAN	66-IZ-07	MERCEDES E 250 E	01-04-2010	31-03-2014	51.818
	LEASEPLAN	94-IE-54	PEUGEOT 807	09-10-2009	08-10-2013	26.902
	LEASEPLAN	95-GX-02	BMW 5 série E60	18-12-2008	17-12-2012	47.281
	ITELCAR	85-DF-54	RENAULT MEGANE	10-04-2007	09-04-2011	30.933
	LEASEPLAN	21-JH-56	ALFA ROMEO 159	18-06-2010	17-06-2014	38.132
OTNI	ITELCAR	37-JZ-83	TOYOTA AVENSIS	29-11-2010	28-11-2014	33.100
	ITELCAR	06-CL-74	VOLKSWAGEN PASSAT	24-11-2006	23-12-2010	46.239
SCOA	BMW BANK	89-HT-71	BMW	16-06-2009	15-06-2015	149.149
SOFEMA	LEASEPLAN	79-IT-85	ALFA ROMEO 159	25-02-2010	24-02-2014	31.432
STORKSHIP	ITELCAR	08-CF-46	FORD FOCUS	06-10-2006	05-12-2010	26.285
OA TECHNICAL	LOCARENT	07-GV-12	PEUGEOT 807	05-01-2009	04-01-2013	41.807
OREY FINANCIAL	LEASEPLAN	02-IE-28	RENAULT MEGANE	29-05-2010	28-05-2014	24.350
	LEASEPLAN	06-IU-66	BMW X1	02-03-2010	01-03-2014	39.788
	LEASEPLAN	93-GU-28	MERCEDES CLASSE E	04-12-2008	03-12-2012	63.447
	LOCARENT	95-IP-75	AUDI Q7	18-01-2010	18-01-2012	92.000
	LOCARENT	95-IP-74	AUDI Q7	12-01-2010	18-01-2012	92.000
	LEASEPLAN	76-IE-83	OPEL INSIGNIA	01-10-2009	30-09-2013	34.620
	LEASEPLAN	33-GU-15	SEAT ALHAMBRA	28-11-2008	27-11-2012	34.132
	LEASEPLAN	87-IB-82	DODGE JOURNEY	17-08-2009	16-08-2013	36.968
	LOCARENT	27-GO-30	AUDI A6	16-04-2010	16-04-2012	62.515
	ITELCAR	73-DH-75	MERCEDES E	17-05-2007	16-05-2011	75.391
	ITELCAR	56-ED-81	FORD SMAX	08-08-2007	07-08-2011	37.685
	ITELCAR	79-DU-00	ALFA ROMEO 159	06-07-2007	05-07-2011	51.133
OGA	ITELCAR	48-EB-00	VOLVO S 40	20-07-2007	20-07-2011	37.467
SEGURVOUGA	LOCARENT	45-FM-24	VOLKSWAGEN GOLF	21-04-2008	21-04-2012	25.100

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### ▪ 39. Gestão de riscos

#### Riscos de Mercado

##### ▪ Risco de Taxa de Juro

▪ Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço Consolidado, e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, o Grupo está exposto ao risco de taxa de juro do Euro.

##### ▪ Considerando que:

- a volatilidade nos resultados do Grupo, não depende apenas da volatilidade dos seus resultados financeiros associada à volatilidade de taxas de juro;
- em situações normais de mercado, existe uma correlação entre os níveis de taxa de juro e o crescimento económico, sendo de esperar que o impacto de movimentos na taxa de juro (e respectiva volatilidade nos fluxos de caixa associados ao serviço de dívida) pode em certa medida ser compensado, pelos movimentos nas restantes rubricas de demonstração de resultados, nomeadamente resultados operacionais;
- a contratação de qualquer estrutura de cobertura, tem implícito um custo de oportunidade associado, a política do Grupo relativamente à mitigação deste risco não estabelece a manutenção de qualquer proporção mínima de dívida a taxa fixa (convertida em taxa fixa mediante a utilização de instrumentos financeiros derivados), optando em alternativa por uma abordagem dinâmica de monitorização da exposição que permita uma adequação das

condições de mercado à real exposição do Grupo, de forma a evitar a abertura de exposição que pode ter impacto real nos resultados consolidados do Grupo.

▪ Face ao exposto, a política do Grupo relativa a este tema define a análise casuística de cada potencial operação, sendo que qualquer contratação de instrumentos derivados deve seguir os seguintes princípios:

- os derivados não são utilizados com objectivos de *trading* ou fins especulativos;
- os derivados a contratar devem replicar exactamente as exposições subjacentes no que diz respeito aos indexantes a utilizar, datas de refixação de taxa de juro e datas de pagamento de juro, e perfil de amortização da dívida subjacente;
- o custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente devem ser sempre conhecidos e limitado desde o início de contratação do derivado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo defundos considerado nos planos de negócios;
- Todas as operações devem ser objecto de leilão competitivo, com pelo menos duas instituições financeiras;
- Todas as operações têm como suporte contratual o standard de mercado (*ISDA- International Swaps and Derivatives Association*), com *schedules* negociados com cada uma das Instituições;

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza um conjunto de métodos de acordo com as práticas de mercado, nomeadamente modelos de avaliação de opções e modelos de actualização de fluxos de caixa futuros com determinados pressupostos de mercado (taxas de juro, câmbio, volatilidades, etc.) prevalentes à data de Balanço. Cotações comparativas fornecidas por instituições financeiras são também utilizadas como referencial de valorização;
- Todas as operações que não cumpram, na sua totalidade os princípios atrás estabelecidos, têm de ser individualmente aprovadas pelo Conselho de Administração.
- A análise de sensibilidade à taxa de juro baseia-se no seguinte pressuposto:
  - Alteração nas taxas de juro afectam os juros a pagar dos empréstimos e descobertos bancários com taxas de juro indexadas;
  - Tendo em conta o pressuposto descrito, era necessário que as taxas de juro tivessem sido 1,00 percentual superior, para que o resultado líquido consolidado fosse inferior em 10%, ou seja, se a taxa de juro tivesse sido superior em 1%, os resultados consolidados teriam sido 311 mil euros inferiores.
- No que respeita ao empréstimo obrigacionista, a taxa de juro a pagar é a maior entre uma taxa de juro fixa de 5,5% e uma taxa de juro variável, indexada à Euribor 3M, acrescida de um spread de 2,5%. Em 2010, os juros foram pagos tendo como base a taxa de juro fixa, pois o indexante acrescido do spread é ainda bastante inferior. A sociedade pressupõe que em 2011, os juros deste empréstimo serão pagos ainda com a taxa de juro fixa.

### ▪ Risco de Taxa de Câmbio

- O Grupo tem operações a nível internacional, tendo subsidiárias que operam em diferentes países, estando por isso exposta ao risco de taxa de câmbio. Como cada negócio opera em diferentes mercados, não está definida uma política uniforme, mas sim políticas individuais para cada negócio. A exposição do grupo ao risco da taxa de câmbio está presente a dois níveis: riscos de transacção e riscos de transposição.
- O Grupo tem uma exposição de risco de transacção de taxa de câmbio decorrente de transacções comerciais limitado. Para exposições com algum risco de incerteza o Grupo poderá recorrer à utilização de opções de taxa de câmbio.
- Em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, os montantes de activos e passivos (na moeda local) registados no balanço consolidado são os seguintes:

Moeda	Activos		Passivos	
	31-12-2010	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2009
Real Brasileiro	29.754.299	5.533.037	12.345.468	3.859.424
Dolar Americano	1.630.150	3.191.565	152.123	882.329
Kwanza Angolano	2.048.472.519	1.535.441.561	1.878.880.321	1.510.585.330
Metical Moçambicano	4.875.631	0	2.012.143	0

(Unidade monetária - Euros)

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- O aumento da exposição ao real brasileiro é devido ao investimento na Orey FIP I e a sociedade veículo.
- Dada a imaterialidade da exposição ao risco cambial em resultado dos activos e passivos transpostos a data do balanço não é apresentada análise de sensibilidade à variação da taxa de câmbio.
- As taxas de câmbio utilizadas na translação dos activos e passivos para as contas consolidadas foram as seguintes:

Moeda	Câmbio	
	31-12-2010	31-12-2009
Real Brasileiro	0,45082	0,40106
Dolar Americano	0,74577	0,69080
Kwanza Angolano	0,00740	0,00717
Metical Moçambicano	0,02147	0,00000

(Unidade monetária - Euros)

### Risco de Crédito

- O risco de crédito, resulta maioritariamente
  - dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a actividade operacional,
  - do seu relacionamento com Instituições Financeiras, no decurso normal da sua actividade, e
  - do risco de incumprimento de contrapartes em operações de gestão de portfolio.
- Crédito sobre Clientes: A gestão de risco de crédito do Grupo está estruturada nas necessidades próprias dos negócios que integram o Grupo tendo, em constante

consideração:

- as particularidades do perfil de clientes associados a cada um dos negócios;
- a determinação criteriosa de limites de crédito adequados, por um lado, ao perfil de cliente e, por outro lado, à natureza do negócio, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco;
- uma regular monitorização das contas de cliente;
- o estabelecimento de processos fragmentados de concessão de crédito, com a criação de uma segregação entre os procedimentos administrativos e os procedimentos de decisão;
- o recurso às vias legalmente necessárias para recuperação de crédito.

## 22. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

### ▪ Risco de Liquidez

- A gestão do risco de liquidez tem por objectivo garantir que, a todo o momento, o Grupo mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e
- garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

- Para este efeito, o Grupo pretende manter uma estrutura financeira flexível, pelo que o processo de gestão de liquidez no seio do Grupo compreende os seguintes aspectos fundamentais:

- Optimização da função financeira no seio do Grupo;
- Planeamento financeiro baseado em previsões de fluxos de caixa quer ao nível individual como consolidado, e para diferentes horizontes temporais;
- Sistema de controlo financeiro no curto e no médio e longo prazo que permita, atempadamente identificar desvios, antecipar necessidades de financiamento e identificar oportunidades de refinanciamento;
- Diversificação das fontes de financiamento e contrapartes;
- Dispersão das maturidades de dívida emitida, visando evitar concentração excessiva, em determinados pontos no tempo, de amortizações de dívida.

- O acompanhamento regular pela Administração permite a implementação efectiva de uma política de agregação do risco ao nível do Grupo assim como uma intervenção rápida, directa e centralizada.

- Em 15 de Outubro de 2004 foi aprovado, em reunião do Conselho de Administração da Sociedade, um Comité Financeiro denominado de ALCO (Asset-Liability Committee).

- O Comité Financeiro (Asset-Liability Committee) tem como objectivo assessorar o Conselho de Administração na gestão financeira do Grupo, definindo e controlando a aplicação da política de financiamento da sua actividade e crescimento, incluindo o planeamento do balanço e dos fundos próprios. A OREY está exposta a uma diversidade de riscos financeiros relacionados com as suas operações dos quais se destacam os riscos de taxa de juro, riscos cambiais, riscos de liquidez e riscos de crédito. É da competência da área de Planeamento e Controlo de Gestão fornecer os elementos necessários à avaliação destes riscos, o que é feito em alguns casos numa base semanal (risco de liquidez, e risco de crédito), e outros numa base mensal (risco de taxa de juro e risco de câmbio).



# 23. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### ▪ Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., as quais compreendem: a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 103.739.558 euros e um total de capital próprio de 27.681.200 euros, incluindo um resultado líquido de 3.038.107 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados;

- b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
- c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

### ▪ Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações



## 23. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### ▪ Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e,

para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e
- a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

# 23. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º dos Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### ▪ Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal

como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

### ▪ Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e que o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 7 de Abril de 2011

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)

Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

# 23. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

- Senhores Accionistas,
- No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias apresentamos o relatório da actividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA (adiante também designada por Empresa), bem como o parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

### *Relatório*

- Acompanhámos durante o exercício de 2010 a actividade da Empresa, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, zelámos pela observância da lei e do contrato de sociedade e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.
- Dando cumprimento ao disposto no Artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal reuniu com a frequência que considerou adequada tendo obtido junto dos responsáveis das áreas financeira e da contabilidade, bem

como dos auditores externos, todos os esclarecimentos e informações solicitados. Neste âmbito procedeu à: (i) fiscalização da Administração da Sociedade; (ii) vigilância da observância da lei e do contrato de sociedade; (iii) verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; (iv) verificação da extensão da caixa e da existência de bens e valores pertencentes à sociedade; (v) verificação dos documentos de prestação de contas; (vi) verificação que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados; (vii) fiscalização da eficácia do sistema de gestão de riscos e do sistema de controlo interno.

- No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal procedeu, ainda, à fiscalização: (i) do processo de preparação e de divulgação de informação financeira; (ii) da revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade; e (iii) da independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

## 23. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

- O Conselho Fiscal obteve, sempre que necessário, as informações e elementos solicitados junto dos Auditores da Empresa e apreciou a certificação legal das contas consolidadas emitida pelo Revisor oficial de contas, com a qual concorda.
- No decorrer do exercício registou-se uma alteração da composição do Conselho Fiscal, conforme comunicado oportunamente às entidades competentes, tendo-se procedido à substituição de José Eliseu Chasqueira Mendes pelo novo membro Nuno Salvador Vieira P. Salvador Pinheiro.
- Ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artº. 245 do CVM, o Conselho Fiscal afirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação contida no Relatório de gestão, Contas anuais consolidadas e demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.
- A Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2010, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios, a Demonstração consolidada do rendimento integral e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas bem como o Relatório de gestão, que examinámos, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira, do resultado das suas operações e os fluxos de caixa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados merecem a nossa concordância.

## 23. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

- Assim, propomos que sejam aprovados o Relatório de gestão, a Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2010, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios, a Demonstração consolidada do rendimento integral e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes Notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, da Sociedade Comercial Orey Antunes, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 07 de Abril de 2011

O CONSELHO FISCAL

José Martinho Soares Barroso – Presidente

Acácio Augusto Lougares Pita Negrão

Nuno de Deus Vieira P. Salvador Pinheiro

# 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

## ■ 0. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

### –0.1 Local de disponibilização do Código de Governo das Sociedades

O presente relatório foi elaborado tendo em consideração o modelo constante no anexo ao Regulamento da CMVM n.º 1 / 2010 e o disposto no Código de Governo das Sociedades. Estes documentos podem ser consultados em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

### –0.2 Recomendações do Código de Governo das Sociedades da CMVM

A tabela seguinte pretende reunir, de uma forma esquematizada, as Recomendações da CMVM previstas no Código do Governo das Sociedades, individualizando-se, aquelas que foram alvo de adopção integral, ou de não adopção, pela OREY, assim como o local do presente relatório em que pode ser encontrada uma descrição mais detalhada acerca da sua adopção.

Recomendação	Adopção da Recomendação	Descrição no presente Relatório
<b>I. ASSEMBLEIA GERAL</b>		
<b>I.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL</b>		
I.1.1 O presidente da mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Adoptada	1.1
I.1.2 A remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o governo da sociedade.	Adoptada	1.3
<b>I.2 PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA</b>		
I.2.1 A antecedência imposta para a recepção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral imposta pelos estatutos não deve ser superior a 5 dias úteis.	Adoptada	1.4
I.2.2 Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a Sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	Adoptada	1.5
<b>I.3 VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO</b>		
I.3.1 As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária do voto por correspondência e, quando adoptado, e admissível, ao voto por correspondência electrónico.	Adoptada	1.8

I.3.2 O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.	Adoptada	1.10
I.3.3 As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação accionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada acção. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham acções que não confirmam o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.	Adoptada	1.6
<b>I.4 QUÓRUM DELIBERATIVO</b>		
I.4.1 As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	Adoptada	1.7
<b>I.5 ACTAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOPTADAS</b>		
I.5.1 Extractos de acta das reuniões da Assembleia Geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos accionistas no sítio da Internet da Sociedade no prazo de cinco dias após a realização da Assembleia Geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio da Internet da Sociedade durante, pelo menos, três anos.	Adoptada	1.1
<b>I.6 MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES</b>		
I.6.1 (1ª parte) As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da Sociedade e dos seus accionistas.	Adoptada	1.13
I.6.1 (continuação) Os estatutos das sociedades que, respeitando este princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a manutenção ou não dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que nessa deliberação se contem todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não Aplicável (Os estatutos da Sociedade não preveem esta limitação)	
I.6.2 Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Adoptada	1.13
<b>II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>		
<b>II.1. TEMAS GERAIS</b>		
<b>II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA</b>		
II.1.1.1 O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Adoptada	2.3
II.1.1.2 As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objectivos estratégicos da Sociedade em matéria de <i>assunção</i> de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da Sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia; vi) adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adopção das modificações que se mostrem necessárias.	Adoptada	2.4
II.1.1.3 O órgão de Administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respectivo ajustamento às necessidades da sociedade.	Adoptada	2.4
II.1.1.4 As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a Sociedade se expõe no exercício da actividade; ii) descrever a actuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	Adoptada	2.4
II.1.1.5 Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	Não Adoptada	0.3 2.6



# 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

## II.1.2 INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA

II.1.2.1 O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros executivos. **Adoptada 2.9**

II.1.2.2 De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da Sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores. **Adoptada 2.9**

II.1.2.3 A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de Administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força de normas aplicáveis. **Adoptada 2.9**

## II.1.3 ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO

II.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções. **Adoptada 2.12**

II.1.3.2 O processo de selecção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos. **Adoptada 2.9**

## II.1.4 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

II.1.4.1 A Sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendida pelo declarante. **Adoptada 2.19**

II.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo da sociedade. **Adoptada 2.19**

## II.1.5 REMUNERAÇÃO

II.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma: i) a remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré-determinados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da empresa; ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes; iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo desse período. (iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade; v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as acções da Sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções; vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos; vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador; viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade. **Não Adoptada 0.3|2.15**

II.1.5.2. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores. **Adoptada 2.15**

II.1.5.3. A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de riscos. **Adoptada 2.15**

II.1.5.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em Assembleia Geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. **Adoptada 3.10**

II.1.5.6 Pelo menos um representante da Comissão de Remunerações deve estar presente nas assembleias gerais anuais de accionistas. **Adoptada 1.15**

II.1.5.7. Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa. **Adoptada 2.17**

## II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

II.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade. **Adoptada 2.3|2.5**

II.2.2 O Conselho de Administração deve assegurar que a Sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais. **Adoptada 2.5**

II.2.3 Caso o presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade. **Adoptada 2.5**

II.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados. **Adoptada 2.5**

II.2.5. A Sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade. **Adoptada 2.3**

## II.3 ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

II.3.1 Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas. **Adoptada 2.5**

II.3.2 O presidente da Comissão Executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões. **Adoptada 2.3**

II.3.3 O presidente do Conselho de Administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões. **Não Aplicável**  
(Dada a dimensão da Sociedade não existe conselho geral nem comissão para as matérias financeiras)

## II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL



# 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

II.4.1 O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da Sociedade por parte do Conselho de Administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não Aplicável (Dada a dimensão da Sociedade não existe conselho geral e de supervisão)		III.1.2 A seguinte informação disponível no sítio da Internet da Sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade da Sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários; g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral; h) Convocações para a realização de Assembleia Geral.	Adoptada	3.13
II.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objecto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Adoptada	2.14	III.1.3 As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Adoptada	2.3
II.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Adoptada	2.14	III.1.4 O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Adoptada	3.14
II.4.4 O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	Adoptada	2.14	III.1.5 A Sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Adoptada	3.14
II.4.5 O conselho geral e de supervisão, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adoptada	2.14	IV. CONFLITOS DE INTERESSES IV.1. RELAÇÕES COM ACCIONISTAS		
II.4.6 Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à Sociedade (serviços de compliance) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adoptem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	Não Aplicável (a Sociedade não dispõe de um auditor interno)		IV.1. Os negócios da Sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Não Aplicável (não foram realizados negócios entre a Sociedade e accionistas com participação qualificada)	3.11
II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS			IV.1.2. Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Não Aplicável (não foram realizados negócios entre a Sociedade e accionistas com participação qualificada)	3.11
II.5.1 Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador	Não Aplicável (dada a reduzida dimensão da Sociedade não foi ainda necessária a criação destas comissões)				
II.5.2 Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Adoptada	2.3			
II.5.3. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da Sociedade ou que tenha relação actual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Adoptada	2.3			
II.5.4. Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	Adoptada	2.3			
III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA					
III.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO					
III.1.1. As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a Sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	Adoptada	3.12			

–0.3 Divergências entre as práticas do governo da sociedade e as recomendações da CMVM

Tendo em consideração o descrito, a OREY declara adoptar integralmente as recomendações emitidas pela CMVM em matéria de governo societário e que constam do mencionado código, com excepção das identificadas nos números II.1.1.5. e II.1.5.1., do referido Código, as quais não são cumpridas pelas razões abaixo mencionadas.

–Recomendações II.1.1.5 – No sentido de se adequar às

## –0.3 Divergências entre as práticas do governo da sociedade e as recomendações da CMVM

Tendo em consideração o descrito, a OREY declara adoptar integralmente as recomendações emitidas pela CMVM em matéria de governo societário e que constam do mencionado código, com excepção das identificadas nos números II.1.1.5. e II.1.5.1., do referido Código, as quais não são cumpridas pelas razões abaixo mencionadas.

–Recomendações II.1.1.5 – No sentido de se adequar às recomendações do Código de Governo das Sociedades foram elaboradas propostas de regulamento de funcionamento do Conselho de Administração e do

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

Conselho Fiscal os quais ainda não se encontram aprovados. Logo que se verifique a sua aprovação a OREY cumprirá com esta recomendação;

- Recomendações II.1.5.1 — À presente data a remuneração variável do órgão de administração tem por base uma disposição estatutária na qual se indica que a mesma pode ascender até um máximo de 15% (quinze por cento) do lucro do exercício distribuível. Esta distribuição é definida na própria Assembleia Geral. Não estão estipulados critérios que avaliem o desempenho a médio e longo prazo da OREY.

### –0.4 Declarações relativas ao cumprimento dos critérios de independência e incompatibilidades

Atentos os critérios de aferição de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º e o respeito pelas regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A (com excepção da alínea b) que não é aplicável), ambos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da OREY considera independentes os seguintes administradores não executivos:

- Juan Celestino Lázaro González
- Jorge Delcaux Bravo
- Miguel Ribeiro Ferreira
- Francisco Van Zeller
- Alexander Gibson
- Os seguintes membros do Conselho Fiscal cumprem os critérios de aferição de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º e respeitam as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A [incluindo a alínea f)], ambos do Código das Sociedades Comerciais, tendo todas as competências necessárias ao exercício das respectivas funções:

- José Martinho Soares Barroso
- Acácio Augusto Lougares Pita Negrão
- Nuno de Deus Vieira Paisana Salvador Pinheiro

### 1. ASSEMBLEIA GERAL

#### 1.1- Identificação dos membros da mesa da assembleia-geral.

- A Mesa da Assembleia Geral da Orey é composta por dois membros, sendo um deles Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o qual dispõe de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da Sociedade, e o outro Secretário da mesma. Actualmente, a Mesa da Assembleia Geral em funções, eleita na Assembleia Geral realizada a 15 de Abril de 2009 para o quadriénio 2009-2012 é composta pelos seguintes membros:
- Presidente: Dr. Rui Chancerelle de Machete
- Secretário: Dr.ª Cristiana Teixeira Lopes Soares Calheiros

- Tendo em conta que a Assembleia Geral é o órgão supremo da OREY, a Sociedade disponibiliza, num prazo máximo de 5 (cinco) dias, no seu sítio na Internet, para consulta do público em geral, as actas da Assembleia Geral e, do mesmo modo, a respectiva convocatória, ordem do dia, propostas apresentadas à Assembleia Geral de Accionistas e forma de participação na mesma (tudo em relação às reuniões realizadas, pelo menos, nos 3 (três) anos antecedentes).

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- As deliberações tomadas na Assembleia Geral são disponibilizadas no sítio na Sociedade no dia da realização da mesma.
- De notar, que a OREY não proporciona o acesso às listas de presença nas Assembleias Gerais realizadas, por considerar de natureza pessoal os dados envolvidos.

### 1.2 Indicação das datas de início e termo dos respectivos Mandatos.

As datas de início e termo dos respectivos mandatos são 2009 e 2012, respectivamente.

### 1.3 Indicação da remuneração do presidente da mesa da assembleia geral.

O Presidente da mesa da Assembleia Geral auferiu, durante o ano de 2010, € 6.200 (seis mil e duzentos euros) pela participação e intervenção nas Assembleias Gerais da Sociedade.

### 1.4 Indicação para a antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral.

A titularidade das acções deverá ser demonstrada mediante o envio ao presidente da mesa da Assembleia Geral, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência em relação à data da realização da Assembleia, de declaração emitida e autenticada pelo intermediário financeiro junto do qual as acções se

encontrem registadas, na qual se confirme que as aludidas acções se encontram registadas em nome do accionista desde, pelo menos, o quinto dia útil anterior ao da data da realização da referida Assembleia, tendo sido efectuado o respectivo bloqueio até à data da realização da Assembleia Geral.

### 1.5 Indicação das regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da assembleia geral.

Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a Sociedade não obriga ao bloqueio das acções durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, bastando-se a antecedência exigida na primeira sessão.

### 1.6 Número de acções a que corresponde um voto.

A cada acção corresponde 1 (um) voto. Não estão previstas nos estatutos da sociedade quaisquer regras que prevejam a existência de acções que não confiram o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.

### 1.7 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto, incluindo sobre quóruns constitutivos e deliberativos ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

Em primeira convocação, a Assembleia Geral poderá deliberar qualquer que seja o número de accionistas presentes ou representados, com excepção das deliberações referentes a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da Sociedade, ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, têm de estar presentes ou representados, accionistas que detenham, pelo menos, acções correspondentes a um terço do capital social.

Em segunda convocação, a Assembleia Geral poderá deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados.

As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por simples maioria, seja qual for a percentagem do capital social nela representado, salvo disposição em contrário da lei ou dos Estatutos.

### 1.8 Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência.

Os accionistas podem exercer o seu direito de voto por correspondência sobre cada um dos pontos da Ordem do Dia, mediante comunicação postal ou electrónica, considerando-se esses accionistas como presentes para efeito da constituição da Assembleia Geral.

### 1.9 Disponibilização de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

A Sociedade não disponibiliza um modelo específico para o voto por correspondência. São válidas as declarações que sejam assinadas pelos titulares das acções ou pelo seu representante legal, acompanhadas de cópia autenticada do Bilhete de Identidade ou com assinatura reconhecida na qualidade e com poderes para o acto. Só serão consideradas válidas as declarações de voto nas quais expressa e inequivocamente constem:

- A indicação dos pontos da Ordem do Dia a que respeitem;
- A proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
- A indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta.

### 1.10 Exigência de prazo que medeie entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia-geral.

Os votos por correspondência só são considerados quando sejam recebidos na sede da Sociedade com, pelo menos, três dias de antecedência relativamente à data da Assembleia, por meio de carta registada com aviso de recepção ou por comunicação electrónica,

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

que cumpra os requisitos estabelecidos no n.º 4 do artigo 11º-A dos Estatutos da Sociedade dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova de qualidade de accionista, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 10º dos Estatutos da Sociedade.

### 1.11 Exercício do direito de voto por meios electrónicos.

O voto mediante comunicação electrónica deverá ser emitido com uma assinatura electrónica reconhecida nos termos legais aplicáveis ou de acordo com um sistema definido pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral na convocatória da Assembleia Geral, em termos que assegurem a autenticidade e a identificação do accionista que exerce o seu direito de voto.

### 1.12 Informação sobre a intervenção da assembleia-geral no que respeita à política de remuneração da sociedade e à avaliação do desempenho dos membros do órgão de administração.

À presente data a remuneração variável do órgão de administração tem por base uma disposição estatutária na qual se indica que a mesma pode ascender até um máximo de 15% (quinze por cento) do lucro do exercício distribuível. Esta distribuição é definida na própria Assembleia Geral. Não estão estipulados critérios que avaliem o

desempenho a médio e longo prazo da OREY.

### 1.13 Indicação das medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

A Sociedade não sentiu necessidade, até ao momento, de criar medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

A Sociedade não adoptou quaisquer outras medidas que visem impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

### 1.14 Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais.



## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

Não existem acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade.

**1.15** Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

Não existem acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

**1.15** Indicação do(s) representante(s) da Comissão de Remunerações presentes nas assembleias gerais.

Na Assembleia Geral de 31 de Maio de 2010 estiveram presentes os seguintes membros da comissão de remunerações:

- Dr. Rui Chancerelle de Machete
- Dra. Teresa Maria de Sousa Botelho

### 2. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

**2.1** Identificação e composição dos órgãos da Sociedade.

#### Conselho de Administração

- Presidente: Duarte Maia de Albuquerque d'Orey
- Administrador executivo: Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes
- Administrador executivo: Joaquim Paulo Claro dos Santos
- Administrador não executivo: Juan Celestino Lázaro González
- Administrador não executivo: Alexander Somerville Gibson
- Administrador não executivo: Miguel Ribeiro Ferreira
- Administrador não executivo: Francisco Van Zeller

#### Conselho Fiscal

- Presidente: José Martinho Soares Barroso
- Vogal: Acácio Augusto Lougares Pita Negrão
- Vogal: Nuno de Deus Vieira Paisana Salvador Pinheiro

#### Revisor Oficial de Contas

- Ernst&Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada por José Carlos Miguel Alves

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

**2.2** Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da Sociedade.

### Comissão de Remunerações

- Presidente: Dr. Rui Chancerelle de Machete
- Vogal: Dr. José Carlos Appleton Moreira Rato
- Vogal: Dr. Maria Teresa de Sousa Botelho

### Comissão Executiva

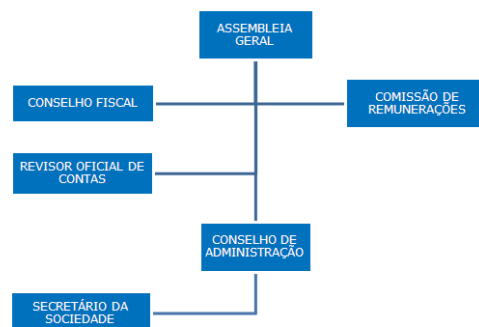
- Presidente: Duarte Maia de Albuquerque d'Orey
- Administrador executivo: Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes
- Administrador executivo: Joaquim Paulo Claro dos Santos

**2.3** Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre o âmbito das delegações de competências ou distribuição de pelouros entre os titulares dos órgãos de administração ou de fiscalização e lista de matérias indelegáveis e das competências efectivamente delegadas.

- A OREY decidiu adoptar, como modelo estruturante dos seus órgãos sociais, um

modelo dualista. Assim sendo, temos, por um lado, o Conselho de Administração que tem a seu cargo a actividade de gestão da Sociedade e, por outro lado, o Conselho Fiscal, a quem compete a fiscalização de toda a actividade da OREY.

- A decisão de adopção de um modelo de gestão com estas características prendeu-se com o facto de a OREY considerar que esta é a melhor forma de assegurar, com transparência, clareza e rigor, a separação total de funções, procurando-se, deste modo, uma especialização no campo da fiscalização.



### Órgão de Administração

- A administração da Sociedade será exercida por um Conselho de Administração composto por um número ímpar de membros, num mínimo de três e máximo de nove, eleitos em Assembleia Geral por períodos de quatro anos, sendo sempre permitida a sua reeleição, por uma ou mais vezes.



## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração designará, de entre os seus membros, o respectivo Presidente, cabendo ao próprio Conselho a designação do respectivo Vice-Presidente, quando existir.
- Um dos membros do Conselho de Administração poderá ser isoladamente eleito entre as pessoas propostas em listas subscritas por grupos de accionistas, contanto que nenhum desses grupos possua acções representativas de mais de 20% (vinte por cento) ou menos de 10% (dez por cento) do capital social da Sociedade.
- Actualmente, o Conselho de Administração é composto por oito membros, sendo cinco deles administradores não executivos, número que garante a efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade desenvolvida pelos Administradores Executivos, visto corresponder a 63% (sessenta e três por cento) do total dos membros do Conselho de Administração.
- O Conselho de Administração, que se encontra em funções para o mandato de 2009-2012, é composto pelos membros eleitos na Assembleia Geral da OREY realizada no dia 15 de Abril de 2009. Na assembleia Geral de 31 de Maio de 2010 foram eleitos três dos membros não executivos.
- Os pelouros dos membros do conselho de administração são os seguintes:

<u>Duarte d'Orey</u>	<u>Tristão da Cunha</u>	<u>Joaquim Santos</u>
Coordenação do Modelo de Negócio	Relações com Accionistas	Relações com Mercado
Coordenação do Planeamento Estratégico	Relações com Clientes de Referência	Planeamento e Controlo de Gestão
Coordenação da Alocação Estratégica de Activos	Relações Institucionais	Contabilidade e Fiscalidade
Coordenação da Área de Negócio Financeira	Relações com Parceiros de Negócio	Relações com o Mercado
Estratégia de Recursos Humanos		Auditoria Externa
Marketing Estratégico e Operacional		Sistemas de Informação
Relações com Accionistas		Gestão do Imobiliário
Relações com Clientes de Referência		Gestão de Compras
Relações Institucionais		Recursos Humanos Operacionais
Relações com Parceiros de Negócio		Relações com Accionistas
Desenvolvimento de Novos Negócios		Relações com Clientes de Referência
		Relações Institucionais
		Relações com Parceiros de Negócio

- A OREY promove uma rotação, pelo menos, no fim de cada dois mandatos completos, do membro do Conselho de Administração com o pelouro financeiro, no entanto é posição da OREY que existem outras formas de mitigar os riscos associados à manutenção do responsável pelo pelouro financeiro mais do que dois mandatos, nomeadamente o reforço das competências do Conselho Fiscal e a rotação dos Auditores Externos.
- O Secretário da Sociedade e o seu suplente são designados pelo Conselho de Administração, cessando funções com o termo do mandato do órgão de administração que os tenha elegido. Ao Secretário compete essencialmente secretariar as reuniões dos órgãos sociais, certificar os actos por eles praticados e os poderes dos respectivos membros, satisfazer as solicitações dos accionistas no exercício do direito à informação e certificar cópias de actas e demais documentos da sociedade.

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- Actualmente, o cargo de secretário da sociedade, eleito na Assembleia Geral realizada a 15 de Abril de 2009 para o quadriénio 2009-2012 é desempenhado pela Dr.<sup>a</sup> Cristiana Teixeira Lopes Soares Calheiros.

### Órgão de Fiscalização

- A fiscalização dos negócios sociais cabe ao Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente, os quais não integram o Conselho de Administração, e um Revisor Oficial de Contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, que são eleitos pela Assembleia Geral por períodos de quatro anos e reelegíveis uma ou mais vezes.
- De acordo com a Recomendação III.1.3. do Código é recomendável que haja uma rotação, pelo menos, no fim de cada dois mandatos completos, do auditor externo da OREY. Uma vez que o respectivo mandato é de quatro anos, de acordo com o disposto no artigo 19.º do pacto social, a OREY cumpre esta recomendação.
- A manutenção além deste período é fundamentada através de um parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.

### Comissão de Remunerações

- A Comissão de Remunerações é composta por três accionistas eleitos em Assembleia Geral, um dos quais com

conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.

- A esta Comissão compete, nos termos do artigo 21.º dos Estatutos da Sociedade, fixar as remunerações do Conselho de Administração e dos restantes membros dos órgãos sociais, podendo a remuneração dos Administradores consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da Sociedade, em percentagem, que no global, não poderá exceder 15% (quinze por cento) do lucro do exercício distribuível.
- O exercício do cargo de membro da Comissão de Remunerações é incompatível com o de membro do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal.
- Nenhum dos membros da comissão de remunerações prestou, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração nem ao próprio Conselho de Administração da sociedade.
- No ano de 2010, a Comissão de Remunerações teve 1 (uma) reunião, tendo sido elaborada, como é regra na Sociedade, a acta da respectiva reunião.

### Comissão Executiva

- A Comissão Executiva é composta pelos três administradores executivos da Sociedade.

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- À Comissão Executiva foram delegados amplos poderes relacionados com a gestão das actividades do Grupo, sendo que todos os assuntos são dados a conhecer aos administradores não executivos.
  - No ano de 2010 a Comissão Executiva reuniu por 15 (quinze) vezes, tendo sido elaboradas, como é regra na Sociedade, as actas e convocatórias das respectivas reuniões, que são remetidas pelo presidente desta comissão ao conselho fiscal da Sociedade.
- 2.4** Descrição dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade, designadamente, quanto ao processo de divulgação de informação financeira e responsabilidade do órgão de administração e do órgão de fiscalização na criação e no funcionamento destes sistemas, bem como na avaliação do seu funcionamento e ajustamento às necessidades da sociedade.
- A sociedade foi alvo de um processo de reestruturação recente e encontra-se agora focada na actividade financeira, reorganizando a sua estrutura de forma a gerir os seus negócios tradicionais através de um fundo de capital de risco.
  - A holding do grupo continua a ser responsável pelo desenvolvimento estratégico e pela gestão global das diferentes áreas de negócio, garantindo uma coordenação em matéria de recursos, segundo os critérios e orientações definidas de acordo com os grandes objectivos do Grupo.
  - Em cada área de negócio, a gestão é assegurada pelas respectivas sub-holdings ou sociedades, segundo princípios de autonomia de gestão, com competências claramente definidas em documento escrito. As competências da holding do grupo situam-se, essencialmente, ao nível das seguintes decisões da gestão das sub-holdings: medidas estratégicas, assembleias gerais, aquisição e venda de negócios, contratação de financiamentos, aquisição/alienação de imóveis, nomeação dos órgãos de gestão e centralização de serviços não “core” do negócio.
  - As grandes linhas de orientação estratégica do Grupo são definidas em Conselho de Administração da OREY sob proposta, quando tal é o caso, dos Conselhos de Administração/Gerência das sub-holdings.
  - É o Conselho de Administração que aprova o plano e orçamento anual; acompanha e avalia a evolução do Grupo face ao orçamento; define, anualmente, a política de Recursos Humanos do Grupo; delibera sobre a aquisição e alienação de participações sociais em outras empresas; define a cada momento, e se tal se tornar necessário, a política de organização do Grupo; aprova as contas intercalares do Grupo e a comunicação das mesmas ao mercado, entre outras.
  - Toda a actuação do Conselho de Administração é, por lei, sujeita a apreciação anual da Assembleia Geral que a tem aprovado, por unanimidade.

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- A actividade do Grupo passou a ser fiscalizada por um Conselho Fiscal do qual fazem parte (i) um Presidente, (ii) dois Vogais efectivos, (iii) um Vogal suplente e (iv) um Revisor Oficial de Contas, que afere da concordância de tal actividade com a lei e com os Estatutos. O Conselho Fiscal foi designado na Assembleia Geral de 3 de Abril de 2007.
- A OREY tem, ainda, na sua estrutura, um Secretário da Sociedade, que, para além das atribuições que lhe são cometidas por lei, está presente em todos os Conselhos de Administração, elabora as respectivas actas e fá-las aprovar pelos respectivos membros.
- Os negócios do Grupo são afectados por um grande número de factores de risco, uns fora do controlo da gestão e outros que devem ser geridos pró-activamente. Os riscos afectam as operações, as receitas, os resultados, os activos, a liquidez e os recursos da OREY e, consequentemente, o valor de mercado da empresa. Os principais factores de risco inerentes aos negócios da OREY são os seguintes:
  - As sociedades participadas pela OREY desenvolvem as suas actividades de Navegação, Trânsitos, Representações Técnicas, e Serviços Financeiros, sendo nessa medida afectadas negativamente por períodos de recessão económica.
  - Os negócios em que opera a OREY estão sujeitos a uma forte concorrência por parte de outros grupos nacionais e estrangeiros. Essa concorrência pode ter efeitos adversos na situação financeira e nos resultados da Sociedade.
  - O desenvolvimento da actividade das principais participadas da OREY poderá implicar o reforço de investimento nessas participadas. Este reforço poderá ser efectuado por recurso a capitais próprios ou alheios. A Sociedade não pode assegurar que esses fundos, se necessários, sejam obtidos, ou que o sejam nas condições inicialmente pensadas.
  - O desenvolvimento de negócios em Angola e Brasil por parte de algumas participadas expõe a OREY aos riscos decorrentes da evolução política, económica e legal desses países, podendo afectar negativamente a sua situação financeira e os seus resultados.
- A OREY tem como principais activos as acções representativas do capital social das sociedades por si participadas. A Sociedade depende, assim, da eventual distribuição de dividendos por parte das sociedades suas participadas, do pagamento de juros, do reembolso de empréstimos concedidos e de outros *cashflows* gerados por essas sociedades.

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- Pela sua dimensão a organização da gestão de risco e o acompanhamento dos riscos da actividade da OREY é feito através dos órgãos de administração e gerência de cada uma das sociedades. Em cada um destes órgãos estão presentes um ou mais elementos do C.A. da holding que acompanha directamente e transmite a este último órgão as preocupações mais relevantes.
- Os Conselhos de Administração/Gerência das empresas participadas com actividade operacional reúnem com uma periodicidade mensal.
- A política do Grupo orienta-se no sentido de uma diversificação dos diversos negócios, de forma a equilibrar a presença do grupo em diversos mercados.
- Em 15 de Outubro de 2004 foi aprovado, em reunião do Conselho de Administração da Sociedade, a criação de dois órgãos de Governo Corporativo, um Comité Financeiro denominado de ALCO (Asset-Liability Committee) e um Comité de Pessoal.
- O Comité Financeiro (Asset-Liability Committee) tem como objectivo assessorar o Conselho de Administração na gestão financeira do Grupo, definindo e controlando a aplicação da política de financiamento da sua actividade e crescimento, incluindo o planeamento do balanço e dos fundos próprios. A OREY está exposta a uma diversidade de riscos financeiros relacionados com as suas operações dos quais se destacam os riscos de taxa de juro, riscos cambiais, riscos de liquidez e riscos de crédito. É da competência da área de Planeamento e Controlo de Gestão fornecer os elementos necessários à avaliação destes riscos, o que é feito em alguns casos numa base semanal (risco de liquidez, e risco de crédito), e outros numa base mensal (risco de taxa de juro e risco de câmbio).
- O Comité de Pessoal tem como objectivo apoiar o Conselho de Administração da Sociedade na recolha periódica de informação sistematizada sobre o desempenho dos recursos humanos, permitindo o conhecimento e o acompanhamento das situações particulares, de forma a promover a aplicação fundamentada da política de recursos humanos e um correcto aproveitamento dos recursos humanos internos fomentando a gestão de carreiras.
- Este comité reúne uma vez por ano, após o processo de avaliação de desempenho, ou quando convocado extraordinariamente pela Administração e é composto pelos membros do Conselho de Administração, pelo responsável dos Recursos Humanos e, por vezes, pelos gestores responsáveis pelas áreas de negócio do grupo.



## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

**2.5** Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento de capital.

actos legalmente considerados como de exercício de poderes de gestão, nomeadamente:

- O Conselho de Administração reúne sempre que for convocado pelo seu Presidente ou por dois vogais, verbalmente ou por escrito, com uma antecedência mínima de três dias úteis relativamente à data das reuniões, que terão lugar quando e onde o interesse social o exigir, e no mínimo uma vez por trimestre.
  - As deliberações do Conselho de Administração só serão válidas desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, podendo qualquer Administrador impedido de comparecer à reunião votar por correspondência ou fazer-se representar por outro Administrador.
  - Os votos por correspondência serão exercidos e os poderes de representação serão conferidos por carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita dirigida ao Presidente do Conselho de Administração.
  - As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos Administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência.
  - O Conselho de Administração tem os mais amplos poderes de gestão da Sociedade, cabendo-lhe deliberar sobre todos os assuntos e praticar todos os
- Designação do(s) respectivo(s) Vice(s)-Presidente(s);
  - Cooptação de Administradores;
  - Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
  - Relatórios e contas anuais;
  - Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
  - Prestação de caução e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
  - Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
  - Extensões ou reduções importantes da actividade da Sociedade;
  - Modificações importantes na organização da Sociedade;
  - Mudança de sede da Sociedade;
  - Projectos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
  - Qualquer outro assunto sobre o qual algum Administrador requeira deliberação do Conselho.
- Alguns dos poderes do Conselho de Administração poderão ser delegados num ou mais Administradores-delegados. Por outro lado, a gestão corrente da Sociedade poderá ser delegada numa Comissão Executiva, composta por um número ímpar de membros, devendo a respectiva delegação fixar os seus respectivos limites, a composição da referida Comissão Executiva e o seu modo de funcionamento.

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

▪ As principais competências, delegadas na comissão executiva, são as seguintes:

- Aquisição, alienação e oneração de imóveis;
- Abertura e encerramento de estabelecimentos ou de parte importante destes;
- Extensões ou reduções importantes da actividade da sociedade;
- Modificações importantes na organização da empresa;
- Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas.

▪ Atendendo ao facto de o Presidente do Conselho de Administração exercer funções executivas, o Conselho decidiu adoptar um conjunto de mecanismos que permitam, aos membros não executivos, o exercício das suas funções e a prossecução da sua actividade com base no acesso facilitado às informações necessárias para que as suas decisões sejam tomadas de uma forma livre, consciente e informada. Encontra-se, desta forma, adoptada a recomendação da CMVM II.2.2.

▪ Sem prejuízo de acesso a qualquer outro tipo de informação solicitada, os membros não executivos são informados de todas as deliberações tomadas em Comissão Executiva e de toda a informação acerca da actividade desenvolvida pela Sociedade.

▪ A actividade destes membros não executivos, no ano de 2010, não sofreu

qualquer espécie de constrangimentos.

▪ Durante o ano de 2010, os administradores não executivos não reuniram, entre si, sem a presença da comissão executiva.

▪ No âmbito do exercício da sua actividade, os membros do Conselho de Administração que desempenham funções executivas procuram fornecer regularmente aos órgãos sociais da OREY toda a informação sobre a gestão da Sociedade. Neste contexto, quando essa informação é requerida por qualquer membro desses órgãos, os Administradores Executivos da Sociedade procuram, em tempo útil, e da forma mais adequada possível, fornecer todos os elementos solicitados.

2.6 Indicação sobre a existência de regulamentos de funcionamento dos órgãos da sociedade, ou outras regras relativas a incompatibilidades definidas internamente e a número máximo de cargos acumuláveis, e o local onde os mesmos podem ser consultados.

▪ No sentido de se adequar às recomendações do Código de Governo das Sociedades foram elaboradas propostas de regulamento de funcionamento do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal os quais ainda não se encontram aprovados. Logo que se verifique a sua aprovação a OREY cumprirá com esta recomendação.



## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

2.7 Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do órgão de administração e fiscalização.

- Os membros do Conselho de Administração são designados (e destituídos) pela Assembleia Geral, que deverá designar, entre os membros daquele Conselho, o membro que irá ocupar o cargo de Presidente.
- O Vice-Presidente, quando exista, será designado pelo Conselho de Administração eleito.
- Por outro lado, os Estatutos da Sociedade prevêm que, nos termos do artigo 15.º, n.º4, um número de membros do Conselho de Administração, que não seja superior a um terço da totalidade dos membros, seja isoladamente eleito de entre as pessoas propostas em listas subscritas por grupos de accionistas, contanto que nenhum desses grupos possua acções representativas de mais de 20 % (vinte por cento) ou menos de 10% (dez por cento) do capital social.
- No caso de ser necessário proceder à substituição de um administrador, esta poderá ocorrer por uma das seguintes formas: não existindo administradores suplentes, o Conselho de Administração poderá proceder à cooptação de um administrador, a qual deve ser submetida a ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte; no caso de não se proceder à cooptação num prazo de 60 dias, a comissão de auditoria designa um substituto, a qual deve ser igualmente submetida a ratificação na primeira

Assembleia Geral seguinte; se tal não suceder, a substituição far-se-á através da eleição de um novo administrador pela Assembleia Geral.

2.8 Número de Reuniões dos órgãos de administração e fiscalização durante o exercício.

- Durante o exercício de 2010 realizaram-se 12 (doze) reuniões de Conselho de Administração (com presença dos membros executivos e não executivos), 5 (cinco) reuniões do conselho fiscal e 1 (uma) reunião da Comissão de Remunerações tendo sido elaboradas as respectivas actas.

2.9 Identificação dos membros do conselho de administração e de outras comissões constituídas no seu seio, distinguindo-se os membros executivos dos não executivos e, de entre estes, discriminando os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da prevista na alínea b), e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

- Actualmente, o Conselho de Administração é composto por oito membros, sendo cinco deles administradores não executivos, número que garante a efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade desenvolvida pelos Administradores Executivos, visto corresponder a 63 % (sessenta e três por cento) do total dos membros do Conselho de Administração.

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

Nome	Cargo	Independente	Data da 1ª designação	Término do Mandato
<b>Duarte Maia de Albuquerque d'Orey</b>	Presidente	Não Independente	2003	2012
<b>Joaquim Paulo Claro dos Santos</b>	Administrador executivo	Independente	2009	2012
<b>Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes</b>	Administrador executivo	Não Independente	2010	2012
<b>Juan Celestino Lázaro González</b>	Administrador não executivo	Independente	2008	2012
<b>Jorge Delcaux Bravo</b>	Administrador não executivo	Independente	2008	2012
<b>Alexander Somerville Gibson</b>	Administrador não executivo	Independente	2010	2012
<b>Miguel Ribeiro Ferreira</b>	Administrador não executivo	Independente	2010	2012
<b>Francisco Van Zeller</b>	Administrador não executivo	Independente	2010	2012

administração, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.

### ■ Duarte Maia de Albuquerque d'Orey (Presidente)

- Atentos os critérios de aferição de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º e o respeito pelas regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A (com excepção da alínea b) que não é aplicável), ambos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da OREY considera independentes os seguintes administradores não executivos:

- Juan Celestino Lázaro González
- Jorge Delcaux Bravo
- Miguel Ribeiro Ferreira
- Francisco Van Zeller
- Alexander Somerville Gibson

- A eleição em 2010 de três novos administradores não executivos existiu no sentido de dar maior representatividade ao conselho de administração, principalmente no que se refere a accionistas minoritários tendo o processo de selecção dos elementos não executivos sido feito sem a intervenção dos membros executivos.

- **Desde 2003** Eleito Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Comercial Orey Antunes S.A.;
- **Desde 1999** Administrador Delegado e Fundador do First Portuguese Group;
- **1997 a 1998** Responsável da Tesouraria Integrada do Grupo Banco Mello;
- **1995 a 1996** Responsável da Tesouraria do Banco Mello e da União de Bancos Portugueses após ter sido Co-Responsável da mesa de derivativos;
- **1992 a 1994** Dealer de mercados monetários, mercado de capitais, derivativos e moeda no Citibank Portugal S.A.;
- Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica de Lisboa.
- Em 31 de Dezembro de 2010, não detém directamente acções da Sociedade. Detém indirectamente 9.544.969 acções representativas de 73,42% dos direitos de voto.

### 2.10 Qualificações profissionais dos membros do conselho de

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

### ▪ **Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes**

#### (Vogal)

- **Desde 2007** Administrador da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;
- **Desde 2004** Chairman da Orey Financial - Instituição Financeira de Crédito, SA;
- **1999 – 2004** Chairman do First Portuguese Group;
- **1995 – 1997** Presidente da Comissão Executiva do Banco Mello de Investimentos (Grupo José de Mello). Administrador da holding financeira do Grupo e do Banco Mello;
- **1987 – 1994** Presidente e Administrador Delegado do Banco Essi e Administrador não executivo da SAPEC;
- **1979 – 1986** Director da área de "banking" do Saudi International Bank.

- Anteriormente, manteve posições no London Continental Bankers, London Multinational Bank e no Banco Totta e Açores

- É licenciado em Direito pela Universidade de Direito de Lisboa.
- Em 31 de Dezembro de 2010 não detém acções da Sociedade. Detém indirectamente 9.340.000 acções representativas de 71,85% dos direitos de voto.

### ▪ **Joaquim Paulo Claro dos Santos**

#### (Vogal)

- **Desde 2009** Administrador da Sociedade

Comercial Orey Antunes;

- **2000 – 2008** Director Financeiro e do Centro de Serviços Partilhados da Sociedade Comercial Orey Antunes SA;
- **1996 – 2000** Manager – Finance na Mitsubishi Trucks Europe, S.A.;
- **1991 – 1995** Director Operacional na Higimpor,Lda;
- **1989 – 1991** Administrador Financeiro na Auto Caldas, S.A.- Concessionário Automóvel da Ford de Abril 1989 a Novembro de 1991;
- **1987 – 1989** Director de Controlo de Gestão no F.A.Caiado, S.A.;
- **1983 – 1986** Adjunto do Director Administrativo - Financeiro no F.A. Caiado, S.A.;

- Licenciado em Gestão de Empresas e Mestre em Contabilidade pelo ISCTE.
- Em 31 de Dezembro de 2010 não detém quaisquer acções da Sociedade.

### ▪ **Juan Celestino Lázaro González**

#### (Vogal)

- **Desde 2008** Administrador não executivo da Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;
- **Desde 2007** Consultor independente. Assessor de empresas do sector financeiro;
- Mutua Madrileña. Director Geral, responsável pela Área Seguradora (seguros de automóvel, saúde, vida, casa, acidentes, autoclub);

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- **2002 – 2007** Caser. Director General Adjunto, responsável das Divisões de Sistemas de Informação, Recursos Materiais, Consultoria de Vida e Pensões, Gestão Hospitaleira e Terceira idade, E-Business, e Organização e qualidade;
- Conselheiro de sociedades participadas: Le Mans Seguros España S.A.; Inmocaser S.A.; Sudamérica Le Mans A.I.E.; Gesinca Consultora de Pensiones y Seguros S.A.; Segurvital MVS S.A.; Clarem Spain S.A.; C y E Servicios Sociosanitarios S.A.; C y E Badajoz Servicios Sociosanitarios S.A.; Gesclimesa S.A.; Shopnet Brokers S.A.;
- **1990 - 1999 e 2001 – 2002** McKinsey & Company. Consultoria de Alta Direcção nas escritórios de Madrid, Lisboa, e Buenos Aires, para clientes fundamentalmente do sector financeiro, e em menor medida de transportes e industria pesada. Responsável pela Prática de Seguros da Oficina de Madrid; Uniger, SGFIM – Director Geral;
- **1999 – 2001** Fusão com BCP: Banco Mello S.A. Assessor do Conselho de Administração, dependendo do Presidente da Comissão Executiva, com responsabilidade executiva sobre os seguintes Departamentos: Controlo de Gestão e Pressupostos, Planificação Estratégica, Consultaria interna, e Modelos Preditivos (Marketing relacional e Scorings de Risco);
- **1984 - 1990** Asfaltos Españoles S.A. – ASES. Empresa de Refino de Petróleo participada em 50/50 pelos grupos Repsol e Cepsa. Adjunto do Director General com responsabilidade executiva sobre as sociedades participadas em Estrangeiro (1986 a 1990), Subdirector Comercial (1988 a 1990), Secretario del Comité de Dirección (1985 a 1986), chefe de Planificação e Estudios Económicos (1984 a 1986);
- Licenciado em Direito pela Facultad de Derecho del ICADE (Universidad Pontificia Comillas) e em Ciências Económicas e Empresariais (Secção Ciências Empresariais) pela Facultad de C.C. E.E. y E.E. del ICADE (Universidad Pontificia Comillas);
- Em 31 de Dezembro de 2010 detém indirectamente 182.150 acções da Sociedade representativas de 1,14% dos direitos de voto.
- **Jorge Delclaux Bravo (Vogal)**
  - **Desde 2008** Administrador não executivo Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.;
  - **Desde 2006** Executive Vice-President of Inversiones Ibersuizas, S.A.;
  - Board Member of La Seda de Barcelona, S.A.;
  - Board Member of Rothschild Gestión AV, S.A.;
  - Board Member of Rothschild España, S.A.;
  - Board Member of Ibersuizas Gestión, SGECR;
  - **2005 - 2006** Board Member of Ebro Puleva, S.A.;
  - **2001 - 2002** Board Member of Safei, S.A.;
  - **1998 - 1999** Board Member of Grucycsa, S.A.;
  - **1993 – 2006** N.M. Rothschild & Sons London and Rothschild España, S.A.;
  - **1989 – 1993** UBS Phillips & Drew;
  - **1985 – 1989** Morgan Grenfell & Co. Ltd.
- Licenciado em Economics and Business Administration pela CUNEF;
- Em 31 de Dezembro de 2010 não detém qualquer acção da Sociedade.

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

### ▪ Francisco van Zeller

#### (Vogal)

#### ▪ Desde 2010

- Administrador não executivo da Hovione Holdings Ltd
- (empresa do ramo químico-farmacêutico)

#### ▪ Desde 2010

- Presidente do Conselho para a Promoção da Internacionalização (organismo que inclui representantes do Governo (3) associações empresariais (3) e instituições públicas de apoio à economia (2))

#### ▪ 2002 - 2010

- Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa

#### ▪ 2000

- Presidente da Assetgest SGPS
- (Detentora dos activos da Metal Portuguesa não vendidos á Ferro)

#### ▪ 1996-2001

- Director de Operações Europeias da Ferro Corp para Recursos Humanos e Aquisições (Reformado em Outubro 2001)

#### ▪ 1996-2001

- Presidente da Ferro-Indústrias Químicas SA
- (Ferro compra 49%, passa a 100% e muda de nome)

#### ▪ 1992-2000

- Presidente da Induger – Indústria de cogeração de energia

#### ▪ 1974-1996

- Administrador Delegado em representação da Metal Portuguesa e Ferro Corp (Ferro compra 2% e fica maioritária)

#### ▪ 1970-1974

- Administrador da Metal Portuguesa, SA

pelouro produção e inovação (Ferro Corporation compra 49% de MP)

#### ▪ 1964-1970

- Director de Produção da Metal Portuguesa SARL (empresa familiar ramo químico-metalúrgico)

#### ▪ 1962-1964

- Director do Departamento de Tratamento de Superfícies da Fábrica de Braço de Prata (Serviço Militar)
- Licenciado em Engenharia Química pelo Instituto superior Técnico.
- Em 31 de Dezembro de 2010 não detém qualquer acção da Sociedade.

### ▪ Miguel Ribeiro Ferreira

#### (Vogal)

#### ▪ 2002

- Investiu na holding privada Invespri GGPS SA a fim de ampliar os investimentos próprios. Como CEO da holding é presidente do Conselho de Administração de todas as empresas subsidiárias (nomeadamente nas áreas de: Negócios Imobiliários, Low Cost Housing Solutions, Centro Residencial para Crianças Deficientes, restaurantes de *fast food*, saúde e entrega em habitações e escritórios), estando envolvido em todos os aspectos da gestão estratégica.

#### ▪ 2000

- Comprou uma pequena empresa em Sevilha (Espanha) no mesmo negócio, com o nome de Acquajet a qual deu origem à SEMAE. A liderança ibérica foi alcançada em 2005 com a aquisição da Jet Cooler SA em Portugal, mantendo a marca Fonte Viva.



## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

### ▪ 1996

- Iniciou em Portugal um negócio de entrega em escritórios e habitações com a fundação da empresa Bebágua. Sendo líder em Portugal, vendeu a empresa para a Watsons Waters (Grupo Nestlé).
- Começou a vida profissional no ramo dos cuidados com os animais, com a fundação da MJM.
- Licenciado em Gestão de Marketing pelo IPAM e pós-graduado em Gestão pela Universidade de East London.
- Em 31 de Dezembro de 2010 detém indirectamente 263.442 acções da Sociedade representativas de 2% dos direitos de voto.

### ▪ Alexander Sommerville Gibson

#### ▪ Desde 2003

- Actua como representante do Grupo Orey no Reino Unido.

#### ▪ 1987-2003

- Juntou-se à Tyzach & Partners, uma firma Inglesa especializada em investimentos e serviços financeiros e subsequentemente trabalhou para a Whitney Group que adquiriu a Tyzach & Partners em 1999.

#### ▪ 1984

- Como Director tornou-se responsável pelas áreas de investimento e mercado de capitais fora dos Estados Unidos.

#### ▪ 1968-1970

- Em 1960 ingressou na Hill Samuel antes de fazer parte da equipa fundadora de um novo consórcio, o London Multinational Bank. Quando o controlo do Banco foi assumido por um dos accionistas, o Chemical Bank, sendo renomeado Chemical Bank International, assumiu a responsabilidade do “syndication business” do Chemical Bank numa base

mundial.

### ▪ 1966

- Começou a sua carreira no Citibank, trabalhando em Londres e Nova Iorque.
- Mestre em “Classic and Philosophy” pela Universidade de Oxford. Não detém acções da Sociedade.

**2.11** Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.

### Funções dos Membros Executivos do Conselho de Administração em empresas do fora grupo

#### ▪ Duarte d’Orey

- Presidente do Conselho de Administração da Orey Inversiones Financieras, S.L.;
- Presidente do Conselho de Administração da Triângulo-Mor - Consultadoria Económica e Financeira, S.A.;
- Administrador Único do Monte S. José - Actividades Agrícolas, Imobiliárias e Recreativas, S.A.;
- Membro da Direcção do Instituto D. João de Castro.

#### ▪ Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes

- Não desempenha qualquer cargo em empresas fora do Grupo.

#### ▪ Joaquim Paulo Claro dos Santos

- Não desempenha qualquer cargo em empresas fora do Grupo.

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- Funções dos Membros Executivos do Conselho de Administração em empresas do grupo

NOME	Duarte d'Orey	Joaquim Santos	Tristão da Cunha
Sociedade Comercial Orey Antunes SA	A	A	A
Orey Serviços e Organização, Lda.	A	A	-
Orey- Gestão Imobiliária Lda	A	A	A
Horizon View SA	A	-	-
Orey Apresto e Gestão de Navios Lda	G	G	-
Orey (Cayman) Ltd.	D	D	-
CMA- CGM, Portugal - Agentes de Navegação Lda	A	-	-
Agemasa- Ag. Marítima de Consignaciones SA	A	-	-
Orey Shipping SL	G	-	-
Orey Comercio e Navegação SA	-	-	-
Storkship- Navegação e Logística SA	A	-	-
Orey (Angola)- Comércio e Serviços Lda	G	G	-
OA Technical Representations- Rep. Nav. Ind. SA	A	A	-
Orey Técnica Serviços Naveis, Lda.	-	-	-
Sofema - Soc.Ferramentas e Máquinas Lda.	G	-	-
Contrafogo, Soluções de Segurança S.A.	-	-	-
Oilwater Industrial, Serviços e Representações S.A.	A	A	-
Lalizas Marine- Equipamentos Nauticos Lda	-	-	-
Orey Financial ITC SA	A	A	C
Orey Gestão de Activos SGFIM SA	A	-	A
Orey Management (Cayman) Ltd	C	-	-
OP Inicial SGPS	A	-	-
Football Players Funds Management Ltd	C	-	-
TRT Initiators GmbH	D	-	-
TRF Transferechtefonds 1 Management GmbH	D	-	-
Orey Financial Brasil, S.A.	A	-	-

A: Administrador - C: Chairman - D: Director - G: Gerente

**2.12 Identificação dos membros do conselho fiscal, discriminando-se os membros que cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.**

- Presidente: José Martinho Soares Barroso
- Vogal: Acácio Augusto Lougares Pita Negrão
- Vogal: Nuno de Deus Vieira Paisana Salvador Pinheiro
- Todos membros do Conselho Fiscal cumprem os critérios de aferição de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º e respeitam as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A [incluindo a alínea f)], ambos do Código das Sociedades Comerciais, tendo todas as competências

necessárias ao exercício das respectivas funções.

**2.13 Qualificações profissionais dos membros do conselho fiscal, a indicação das actividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos cinco anos, o número de acções da sociedade de que são titulares, data da primeira designação e data do termo de mandato.**

Conselho Fiscal	Cargo	Nº de Acções da Sociedade	Data da 1ª Designação	Termo do Mandato
José Martinho Soares Barroso	Presidente	-	2007	2012
Acácio Augusto Pita Negrão	Vogal	-	2007	2012
Nuno de Deus Vieira P. Salvador Pinheiro	Vogal	-	2007	2012

### ■ José Martinho Soares Barroso

- Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo ISCTE;
- Inscrito na lista de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 724;
- Desde 1982 colaborador e Partner da BDO & Associados, SROC, Lda.;
- Membro de Comitês internacionais da BDO.

### ■ Acácio Augusto Pita Negrão

- Em Outubro de 1993, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Licenciou-se, em Julho de 1998.
- Entre Setembro de 1999 e Julho de 2000, frequentou e concluiu o curso de pós-graduação em Mercados, Instituições e Instrumentos Financeiros, promovido pela Bolsa de Derivados do Porto, a NovaForum (FEUNL) e as Faculdades de Direito das Universidades de Lisboa (FDUL) e Nova de Lisboa (FDUNL).



## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- Entre Setembro de 2004 e Julho de 2005, frequentou e concluiu o curso de pós-graduação em “Gestão Fiscal das Organizações”, promovido pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (IDEFE – Instituto para o Desenvolvimento e Estudos Económicos, Financeiros e Empresariais).
  - Administrador da PLEN – Deus Pinheiro, Ferreira de Lemos, Eliseu Mendes, Pita Negrão – Sociedade de Advogados, RL, pessoa colectiva nº 507.992.580, inscrita no Conselho Geral da Ordem dos Advogados sob o nº 4/2007, com o capital social de € 5.000 e com sede na Av. António Augusto de Aguiar n.º 24, 7º Esq. – 1050-016 Lisboa;
  - Administrador da “Caleiraeterna – Fabrico e Comércio de Componentes e Máquinas para Caleiras, S.A., pessoa colectiva nº 503.199.834, com sede no Parque Industrial Manuel da Mota, Lote 24 – 3100-354 Pombal, com o capital social de € 750.300, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Pombal;
  - Membro do Conselho Fiscal da SCOA.
  - De Março a Setembro de 1998, trabalhou no Departamento Financeiro do Banco Mello, onde exerceu funções na Sala de Mercados, tendo a seu cargo a gestão da Tesouraria dos “Foreign Branches” daquela instituição.
  - Entre finais de Setembro de 1998 e Outubro de 2000, frequentou o estágio de advocacia na sociedade de advogados “Pena, Machete & Associados” (a qual, a partir de Setembro de 1999 e após fusão com outras sociedades, se passou a designar “PMBGR – Sociedade de Advogados), tendo como patrono o Dr. Rui Machete.
  - Após ter concluído o seu estágio de advocacia, em Outubro de 2000, ingressou na sociedade de advogados “Abreu & Marques, Vinhas e Associados”, na qual trabalhou, como advogado associado sénior, até Fevereiro de 2007.
  - Em Março de 2007, foi co-fundador da PLEN – Sociedade de Advogados, RL, na qual exerce, actualmente, a sua actividade profissional de advogado.
- Nuno Salvador Vieira Paisana Salvador Pinheiro**
- Licenciou-se na Universidade Católica de Lisboa em 1998.
  - Obteve o grau de Masters in International and Comparative Law na Vrije Universiteit Brussels em 1999 e uma pós-graduação em Direito dos Valores Mobiliários na Universidade de Lisboa em 2000.
  - Exerceu advocacia na Simmons & Simmons em Bruxelas e no Grupo Legal Português.
  - A partir de 2001 exerceu advocacia na Abreu & Marques, Vinhas e Associados integrando o departamento de direito comercial, com responsabilidade nas principais transacções em que a sociedade participou, ao nível de fusões e aquisições.
  - Em Março de 2007, foi co-fundador da PLEN – Sociedade de Advogados, RL, na qual exerce, actualmente, a sua actividade profissional de advogado.
- 2.14 Funções que os membros do conselho fiscal exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo grupo.**

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

### ▪ José Martinho Soares Barroso

- Colaborador e Partner da BDO & Associados, SROC, Lda.
- Não exerce qualquer função em outras empresas do Grupo.

### ▪ Acácio Augusto Pita Negrão

- Co-fundador da PLEN, responsável da sociedade pelas áreas de Direito Laboral e Contencioso.
- Não exerce qualquer função em outras empresas do Grupo.

### ▪ Nuno Salvador Vieira Paisana Salvador Pinheiro

- Co-fundador da PLEN, responsável da sociedade pelas áreas de M&A – Fusões e Aquisições e Direito Imobiliário e co-responsável pela área de Direito Comercial.
- Não exerce qualquer função em outras empresas do Grupo.
- O Conselho Fiscal dispõe dos poderes e encontra-se sujeito aos deveres estabelecidos na lei e no Contrato de Sociedade da OREY, competindo-lhe, em especial:
  - Fiscalizar a administração da sociedade;
  - Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
  - Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
  - Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da

caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;

- Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respectiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
  - Propor à Assembleia Geral a nomeação do revisor oficial de contas e a sua remuneração;
  - Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais e zelar para que sejam asseguradas, no seio da Sociedade, as condições adequadas ao exercício da actividade do revisor oficial de contas;
  - Agir com interlocutor da Sociedade perante o Revisor Oficial de Contas, e ser o primeiro destinatário dos relatórios por este realizados;
  - Proceder à avaliação anual da actividade desempenhada pelo Revisor Oficial de Contas, propondo a sua destituição à Assembleia Geral, sempre que se verifique justa causa para o efeito;
  - Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.
- O Conselho Fiscal elabora, anualmente, um relatório sobre a sua actividade, no qual inclui uma descrição da actividade de fiscalização desenvolvida durante o período em questão, que é alvo de publicação no sítio da Internet da Sociedade, juntamente com os documentos de prestação de contas.
  - Nestes termos, refira-se que no ano de 2010, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos no exercício da sua actividade de fiscalização.

**2.15** Descrição da política de remuneração, incluindo, designadamente, os meios de alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da sociedade e a avaliação do desempenho, distinguindo os administradores executivos dos não executivos, e um resumo e explicação da política da sociedade relativamente aos termos de compensações negociadas contratualmente ou através de transacção em caso de destituição e outros pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos.

- A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração tem uma componente fixa e uma componente variável, esta última deliberada em Assembleia Geral, e que é atribuída em função dos resultados da sociedade.
- A remuneração dos Administradores executivos pode consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade, em percentagem que, no global, não poderá exceder 15% (quinze) do lucro do exercício distribuível.
- Os membros não executivos são remunerados com base num valor fixo, não recebendo qualquer componente variável.
- A Sociedade não toma como elemento comparativo para a fixação da remuneração, políticas e práticas remuneratórias de outras sociedades.

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- A Assembleia Geral poderá deliberar a constituição de um regime de reforma ou de complementos de reforma em benefício dos Administradores cujos anos de mandato, seguidos ou interpolados, sejam superiores a seis anos.
- Na Assembleia Geral de 31 de Maio de 2010 foi aprovada a distribuição, para Gratificações ao Conselho de Administração, de 10% (dez por cento) dos resultados líquidos consolidados, correspondentes a € 129.952,00 (*cento e vinte e nove mil novecentos e cinquenta e dois euros*) em função de um crédito de mérito, premiando o esforço dedicação, bem como os resultados obtidos ao longo do ano por cada um dos administradores.
- Não existem quaisquer acordos entre a sociedade e os membros do conselho de administração e dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

**2.16** Indicação da composição da comissão de remunerações ou órgão equivalente, quando exista, identificando os respectivos membros que sejam também membros do órgão de administração, bem como os seus cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao 3.º grau, inclusive.

- Presidente: Dr. Rui Chancerelle de Machete
- Vogal: Dr. José Carlos Appleton Moreira

Rato

- Vogal: Dr. Maria Teresa de Sousa Botelho
- A 31 de Dezembro de 2010 nenhum dos membros acima referidos pertencia ao órgão de administração da Sociedade, nem dele faziam parte o cônjuge ou quaisquer parentes ou afins em linha recta até ao 3.º grau, inclusive, de algum dos membros da Comissão de Remunerações.

**2.17** Indicação da remuneração, individual ou colectiva, entendida em sentido amplo, de forma a incluir, designadamente, prémios de desempenho, auferida, no exercício em causa, pelos membros do órgão de administração.

- No exercício de 2010 a remuneração anual fixa e variável auferida pelos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal foi a seguinte:

Conselho de Administração	Componente Fixa	Componente Variável	Senhas de Presença	Total
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey	0	44.952	0	44.952
Joaquim Paulo Claro dos Santos	0	25.000	0	25.000
Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes	0	0	0	0
Juan Celestino Lázaro González	0	0	5.000	5.000
Jorge Delclaux Bravo	0	0	2.500	2.500
Alexender Somerville Gibson	0	0	5.000	5.000
Miguel Ribeiro Ferreira	0	0	2.500	2.500
Francisco Van Zeller	0	0	5.000	5.000
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>69.952</b>	<b>20.000</b>	<b>89.952</b>

Conselho Fiscal	Componente Fixa	Componente Variável	Senhas de Presença	Total
José Martinho Soares Barroso	12.000	0	0	12.000
Acácio Augusto Pita Negrão	6.000	0	0	6.000
Nuno de Deus Vieira P. Salvador Pinheiro	1.500	0	0	1.500
<b>Total</b>	<b>19.500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>19.500</b>

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- A remuneração auferida pelos órgãos do conselho de administração em outras empresas do grupo foi a seguinte:

Conselho de Administração	Componente Fixa	Componente Variável	Senhas de Presença	Total
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey	49.182	0	0	49.182
Joaquim Paulo Claro dos Santos	111.498	0	0	111.498
Tristão José da Cunha Mendonça e Menezes	11.700	0	0	11.700
<b>Total</b>	<b>172.380</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>172.380</b>

**2.18** Indicação, em termos individuais, dos montantes cujo pagamento esteja previsto, independentemente da sua natureza, em caso de cessação das funções durante o mandato, quando excedam o dobro da remuneração mensal fixa.

- Não existem quaisquer acordos entre a sociedade e os membros do conselho de administração e dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

**2.19** Informação sobre a política de comunicação de irregularidades adoptada na sociedade.

- Atendendo à dimensão da Sociedade, o Conselho de Administração não tinha sentido, até à data, a necessidade de dispor de uma política de comunicação de irregularidades. A Administração da Sociedade encontra-se em permanente contacto com os seus auditores e com os Gerentes e Directores das principais áreas de negócio, potenciando, desta forma, que qualquer irregularidade detectada seja devidamente comunicada.
- No entanto em 2009 a OREY procedeu à implementação de um mecanismo de

comunicação de irregularidades proporcionando a todos os colaboradores do Grupo, de forma segura, eficaz, directa e confidencial. Assim foi criada uma caixa de correio electrónico [presidente.conselho.fiscal@orey.com](mailto:presidente.conselho.fiscal@orey.com), que permite a qualquer entidade transmitir ao Presidente do Conselho Fiscal qualquer actuação irregular que, no seu entendimento, possa ter ocorrido no seio da Empresa, nomeadamente, as referentes a práticas contabilísticas e financeiras ilícitas ou pouco claras.

- Este meio garante a possibilidade aos colaboradores da OREY de transmitirem as suas dúvidas e preocupações sobre a Sociedade, ao órgão a quem cumpre fiscalizar a sua actividade. Por outro lado, este tipo de mecanismos proporciona, igualmente, que se detectem mais facilmente e numa altura mais inicial, as eventuais práticas nefastas ao bom governo da Sociedade, evitando-se, desse modo, a criação de danos na Sociedade, nos seus membros e colaboradores e, conseqüentemente, nos seus accionistas.
- Refira-se que, de acordo com a Recomendação II.1.4.1 do Código de Governo das Sociedades da CMVM, toda e qualquer comunicação acima descrita será tratada de forma absolutamente confidencial, em tudo o que não prejudique a resolução do problema.
- Numa base regular o Presidente do Conselho Fiscal apresenta uma síntese de todas as comunicações recebidas ao Presidente do Conselho de Administração.



# 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

## 3. INFORMAÇÃO

**3.1** Estrutura de capital, incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

- O capital social da Sociedade, no valor de € 13.000.000 (treze milhões de euros), está representado por 13.0000.000 (treze milhões) acções ao portador com o valor nominal de um Euro cada.
- As acções são nominativas e adoptam a forma de representação escritural.
- Nos aumentos de capital em dinheiro os accionistas gozam do direito de preferência na subscrição de novas acções, excepto se tal for reduzido ou suprimido por deliberação da Assembleia Geral tomada nos termos da lei para cada aumento específico.

**3.2** Participações qualificadas no capital social do emitente, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

- Em 31 de Dezembro de 2010, os accionistas detentores de participações qualificadas, calculadas nos termos do disposto no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, no capital social da Sociedade, eram os seguintes:

Participações Qualificadas	Quantidade	% do Capital Social	% dos direitos de voto
Duarte Maia de Albuquerque d'Orey	0	0,00%	0,00%
Directamente:			
Indirectamente:			
- Orey Inversiones Financieras, SL	4.270.000	32,85%	32,85%
- Triângulo-Mor Consultadoria Económica e Financeira, S.A.	5.070.000	39,00%	39,00%
- Através da Orey Gestão de Activos SGFIM, S.A. Referente a Carteiras de Clientes de Gestão Discricionária	204.969	1,58%	1,58%
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>9.544.969</b>	<b>73,42%</b>	<b>73,42%</b>
Jochen Michalski	370.044	2,85%	2,85%
MCFA, SGPS, S.A.	275.000	2,12%	2,12%
Invespri SGPS, S.A.	263.442	2,03%	2,03%
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>908.486</b>	<b>7,00%</b>	<b>7,00%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>10.453.455</b>	<b>80,42%</b>	<b>80,42%</b>

**3.3** Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos.

- As acções da Sociedade integram uma única classe e série, encontrando-se totalmente subscritas e liberadas, sendo que não existem titulares de direitos especiais.

**3.4** Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

- Nos termos do disposto nos Estatutos da OREY, não existem quaisquer regras que imponham restrições à transmissibilidade das acções, como por exemplo, cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

**3.5** Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- Que seja do conhecimento da Sociedade, não existem Acordos Parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de valores mobiliários ou de direitos de voto.

### 3.6 Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.

- As alterações nos estatutos estão dependentes da aprovação em Assembleia Geral. Não existem regras especiais à alteração dos estatutos para além daquelas que estão previstas no Código das Sociedades Comerciais.

3.7 Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

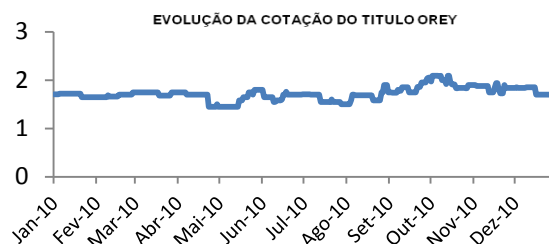
- Não existem mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes.

3.8 Descrição da evolução da cotação das acções do emitente, tendo em conta, designadamente: a) A emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções; b) O anúncio de resultados; c) O pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por

acção.

- A acção Orey teve uma desvalorização de 14% entre 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010. A acção fechou, no último dia de 2009, a 1,71 Euros e fechou, em 31 de Dezembro de 2010, a 1,85 Euros.

- A evolução durante o ano de 2010 das cotações do título Orey foi a seguinte:



- A Sociedade mantém em vigor um contrato de “liquidity provider” com o Caixa – Banco de Investimento, S.A. o qual entrou em vigor em 6 de Janeiro de 2005. Este contrato tem como objectivo proporcionar o aumento da liquidez do título cotado na Eurolist by Euronext Lisbon.
- Os impactos sobre a cotação da acção Orey tendo em conta eventos corporativos foram os seguintes:



## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- 30 de Abril de 2010 – A Sociedade informou sobre os resultados consolidados do exercício de 2009. A acção fechou a € 1,50 (um euro e cinquenta cêntimos), mantendo a cotação no dia seguinte.
- 31 de Maio de 2010 – A Sociedade informou sobre os resultados consolidados do primeiro trimestre. A acção fechou a € 1,7 (um euro e sete cêntimos) mantendo a cotação no dia seguinte.
- 23 de Julho de 2010 – A Sociedade informou sobre a distribuição de bens da Sociedade e pagamento aos Accionistas referente à redução de Capital. Neste dia a acção fechou a € 1,6 (um euro e seis cêntimos), tendo mantido a cotação no dia seguinte.
- 29 de Julho de 2010 – A Sociedade informou sobre os resultados consolidados do primeiro semestre. A acção fechou a € 1,55 (um euro e cinquenta e cinco cêntimos) mantendo a cotação no dia seguinte.
- 11 de Novembro de 2010 – A Sociedade informou sobre os resultados do terceiro trimestre de 2010. A acção fechou a € 1,88 (um euro e oitenta e oito cêntimos), mantendo a cotação no dia seguinte.
- A sociedade tem tido uma política de distribuição de dividendos pautada pela preocupação de proporcionar um nível de rendimentos aos accionistas sem pôr em causa o investimento e as perspectivas de desenvolvimento da sociedade.
- A proposta de aplicação de resultados é da responsabilidade do Conselho de Administração, subordinada ao estipulado na legislação portuguesa e nos estatutos da Sociedade, podendo ser apresentadas, em Assembleia Geral, propostas alternativas à apresentada pelo Conselho de Administração.
- Durante o ano de 2010 não foram distribuídos dividendos.
- Tal como deliberado na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2009 foram pagos dividendos no valor bruto de € 0,11 (onze cêntimos) por acção, relativos ao exercício de 2008.
- Tal como deliberado na Assembleia Geral de 21 de Abril de 2008 foram pagos dividendos no valor bruto de € 0,10 (dez cêntimos) Euros por acção, relativos ao exercício de 2007.

**3.9** Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade, identificando, designadamente, o valor do dividendo por acção distribuído nos três últimos exercícios.

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

**3.10** Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa, designadamente justificação para a adopção do plano, categoria e número de destinatários do plano, condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e ou o exercício de opções e competência do órgão de administração para a execução e ou modificação do plano.

- Foi apresentada à Assembleia Geral de 3 de Abril de 2007 a seguinte proposta de atribuição de um plano de acções aos colaboradores a qual foi aprovada:

- I) Objectivos:

- 1) Alinhar interesses das pessoas chave da empresa com os accionistas;
- 2) Associar a componente variável da remuneração à evolução do valor accionista;
- 3) Atrair e reter Recursos Humanos;
- 4) Incentivar e partilhar o sucesso;
- 5) Premiar empenho na conquista de objectivos e procura de resultado.

- II) Condições de Acesso

- 1) Pertencer ao quadro de efectivos do grupo OREY, à data do exercício do direito;
- 2) O título da Sociedade estar cotado em Bolsa;
- 3) Ter avaliação de desempenho positiva todos os anos e de acordo com os seguintes critérios:
  - 3.1 Pontuação > 60% - mantém todas as opções
  - 3.2 Pontuação > = 50% e <= a 60% - perde 1/3 das opções, ou seja equivalentes a um ano dado que o plano é a 3 anos
  - 3.3 Pontuação < 50% - perde todas as opções
- 4) Mobilidade: São excluídos do plano de opções os colaboradores que recusem a mudança para outra empresa do grupo desde que esta se situe na mesma cidade ou num raio de 100 (cem) quilómetros;
- 5) Assiduidade e pontualidade (critérios)
  - 5.1 São excluídos do plano os colaboradores:
    - Que tenham uma baixa prolongada com excepção da licença de parto;
    - Que tenham um número de faltas anual superior a 22 dias úteis, seguidos ou interpolados.
  - 5.2 Em caso de ausência por licença sem vencimento, o colaborador perderá opções proporcionalmente ao tempo de duração da licença, ie (nº de dias de licença / 3 x 365).

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

### ■ III) Ficha Técnica

- Os colaboradores abrangidos serão distribuídos por três níveis: Nível 1) Administradores da OREY e das Sub Holdings; Nível 2) Gerentes ou Directores; Nível 3) Outros Quadros.
- Nível 1) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 32.000. acções da Sociedade cada um;
- Nível 2) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 16.000. acções da Sociedade cada um;
- Nível 3) Os colaboradores integrados neste nível poderão exercer a opção de adquirir 8.000. acções da Sociedade cada um;
- Caberá ao Conselho de Administração indicar os colaboradores abrangidos.
- O plano é constituído para o triénio 2007 a 2009
- Quantidade total das acções sobre as quais pode ser exercido o direito de opção: até um milhão de acções.
- “Strike Price”: € 3,081 (três euros, oito cêntimos e uma décima) correspondente à média ponderada do valor do título “OREY” nos últimos seis meses de 2006.
- Período e número de vezes em que pode ser exercida a opção: Entre um de Janeiro e trinta de Junho de 2010 e, no máximo, por seis vezes.
- Ao Plano de Opções e aos rendimentos gerados pelo respectivo exercício dos correspondentes

direitos aplica-se a legislação fiscal e parafiscal que, no momento, estiver em vigor.

– Ajustamentos ao “strike price”:

- O preço do exercício e número de acções serão ajustados caso haja eventos que tenham impacto no número de acções emitidas como, por exemplo, aumento e redução de capital, “stock split”, etc.
- Não haverá ajustamento decorrente da Operação Pública de Subscrição de Valores Mobiliários Obrigatoriamente Permutáveis por acções, operação designada por “Capital Orey 2006 – 2009” uma vez que este efeito foi ajustado na cotação de 08/06/2006.

**3.11** Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, desde que sejam significativos em termos económicos para qualquer das partes envolvidas, excepto no que respeita aos negócios ou operações que, cumulativamente, sejam realizados em condições normais de mercado para operações similares e façam parte da actividade corrente da sociedade.

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- Não foram realizados quaisquer negócios ou operações significativos em termos económicos entre, a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo.

3.12 Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor ou a outro serviço similar.

- Com o objectivo de se assegurar a existência de um contacto permanente com o mercado, respeitando sempre o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, a OREY decidiu criar, por um lado, a figura do *Investor Relations* e, por outro, um Gabinete de Apoio ao Investidor.
- A função de *Investor Relations* é actualmente exercida por um membro do Conselho de Administração, o Dr. Joaquim Paulo Claro dos Santos. O seu endereço profissional é o seguinte:

- Joaquim Santos
- Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, Nº 17 6ªA
- 1070 – 313 Lisboa
- Telef: + 351 21 340 70 46
- Fax: + 351 21 347 39 37
- Email: [joaquim.santos@orey.com](mailto:joaquim.santos@orey.com)

- Embora mantendo esta responsabilidade

ao nível do Conselho de Administração, a Sociedade tem um Gabinete de Apoio ao Investidor, nos termos das recomendações da CMVM sobre governo das sociedades cotadas.

- Os investidores podem aceder ao Gabinete através do telefone +351 213407046, fax +351 213473937 e e-mail: [ir@orey.com](mailto:ir@orey.com), podendo, no sítio da Sociedade na Internet em [www.orey.com](http://www.orey.com), ter uma percepção mais completa da forma de funcionamento deste organismo. O horário de atendimento é nos dias úteis entre as 9h00 horas e as 12h30 horas e entre as 14h00 horas e as 17h30 horas.
- O gabinete tem como principal função assegurar a prestação ao mercado de toda a informação relevante, divulgação da informação financeira intercalar e notícias relacionadas com o Grupo e, paralelamente, responder a questões ou pedidos de esclarecimento, de investidores ou público em geral, sobre informação financeira e informação de carácter público relacionada com o desenvolvimento das actividades do Grupo.

3.13 Informação da Sociedade no Sítio da Internet.

- A Sociedade disponibiliza, ao público em geral, no seu sítio na Internet, em [www.orey.com](http://www.orey.com), os seguintes elementos em português e em Inglês:

## 24. RELATÓRIO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES

- A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos do artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;
- Os Estatutos da Sociedade;
- Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;
- Documentos de prestação de contas;
- Calendário semestral de eventos societários;
- Convocações para a realização das Assembleias Gerais;
- As Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral;

**3.13** Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede suportada pela sociedade e ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços: a) Serviços de revisão legal de contas; b) Outros serviços de garantia de fiabilidade; c) Serviços de consultoria fiscal; d) Outros serviços que não de revisão legal de contas.

- O valor das remunerações pagas ou a pagar aos Auditores Externos da Sociedade, ou a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede, por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade foi, em 2010, como se segue (valores expressos em Euros):
- Serviços de Revisão Legal das Contas/Auditoria 195.960€

- A Ernst & Young tem estabelecido um sistema interno de controlo e monitorização da política de independência, que obedece em pleno às normas de independência vigentes a nível nacional e internacional, instituída para identificar potenciais ameaças à independência e as respectivas medidas de salvaguarda.

Nesta política, estão estabelecidos os serviços expressamente proibidos pelo risco que estes apresentam à independência do auditor, o que é observado rigorosamente. Paralelamente, a independência pessoal de cada profissional é assegurada através de um processo interno, pelo qual cada sócio, gerente e colaborador profissional atesta regularmente o seu conhecimento da referida política e declara o seu cumprimento com a mesma.

São efectuadas acções regulares de formação contínua sobre a referida política.

A monitorização do cumprimento da política de independência é efectuada através de auditorias internas regulares, conduzidas por auditores da rede internacional da Ernst & Young.

- Compete ainda à Ernst & Young verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.



**Relatório disponível no site institucional da Orey**  
**[www.orey.com](http://www.orey.com)**

### **Contactos para os *Media* e Investidores**

**José Pedro Luís**  
**Cunha Vaz & Associados**

M: +351 939 743 133

T: +351 210 120 635

Fax +351 213 121 199

[jpl@cunhavaz.com](mailto:jpl@cunhavaz.com)

Avenida Duque de Loulé, 123 - 7º  
1050-089 Lisboa Portugal

### **Contactos para os Investidores**

**Joaquim Santos**

Investor Relations

Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.

Responsável pelas relações com o mercado

T: +351 21 340 70 00

[joaquim.santos@orey.com](mailto:joaquim.santos@orey.com)

[ir@orey.com](mailto:ir@orey.com)

**Sociedade Comercial Orey Antunes, S.A.**  
Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, nº 17, 6º A  
1070 – 313 Lisboa, Portugal